

Direito à memória, à verdade e à justiça

A Comissão Nacional da Verdade investiga as graves violações de Direitos Humanos cometidas pela Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)



Derecho a la memoria, la verdad y la justicia

La Comisión Nacional de la Verdad investiga las graves violaciones de Derechos Humanos perpetradas por la Dictadura Militar en Brasil (1964-1985)



Direito à memória, à verdade e à justiça

A Comissão Nacional da Verdade investiga as graves violações de Direitos Humanos cometidas pela Ditadura Militar no Brasil (1964–1985)

Derecho a la memoria, la verdad y la justicia

La Comisión Nacional de la Verdad investiga las graves violaciones de Derechos Humanos perpetradas por la Dictadura Militar en Brasil (1964–1985)

Catálogo elaborado com o acervo da exposição fotográfica organizada pelo Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (Espanha) em colaboração com a Fundação Arquivo Nacional do Brasil.

Catálogo elaborado a partir de la exposición fotográfica organizada por el Centro de Estudios Brasileños de la Universidad de Salamanca (España), en colaboración con la Fundación Archivo Nacional de Brasil.

Curadoria (Comisariado):

Vivien Ishaq (Arquivo Nacional)

Elisa Duarte (Centro de Estudios Brasileños)

Esther Gambi (Centro de Estudios Brasileños)

Desenho, edição e tradução do catálogo (Diseño, edición y traducción del catálogo):

Elisa Duarte (Centro de Estudios Brasileños)

Esther Gambi (Centro de Estudios Brasileños)

Fotógrafos da Comissão Nacional da Verdade (Fotógrafos de la Comisión Nacional de la Verdad):

Fabrizio Faria

Lígia Benevides Batista

Lívia Mota Fonseca

Marcelo Oliveira

Renata Cristina Peterlini

Thiago Dutra Vilela

Salamanca, dezembro (diciembre) de 2015.

Organização (Organización):

Colaboração (Colaboración):





Direito à memória, à verdade e à justiça. A Comissão Nacional da Verdade investiga as graves violações de Direitos Humanos cometidas pela Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

[Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/)

Índice

Apresentação 1

1. A Comissão Nacional da Verdade 3

2. O golpe de Estado e a estrutura da repressão 15

3. A guerrilha do Araguaia 31

4. Operação CONDOR 42

5. A Ditadura fez vítimas em diferentes grupos sociais 59

6. Tortura e violência sexual 72

7. Execuções e mortes decorrentes de tortura 87

8. Desaparecimentos forçados 99

9. Locais associados a graves violações de Direitos Humanos 112

10. Perícias 131

11. Autoria e recomendações 143

Presentación 1

1. La Comisión Nacional de la Verdad 3

2. El golpe de Estado y la estructura de la represión 15

3. La guerrilla del Araguaia 31

4. Operación CONDOR 42

5. La Dictadura causó víctimas en diferentes grupos sociales 59

6. Tortura y violencia sexual 72

7. Ejecuciones y muertes resultado de la tortura 87

8. Desapariciones forzadas 99

9. Lugares asociados a graves violaciones de Derechos Humanos 112

10. Investigaciones periciales 131

11. Autoría y recomendaciones 143

A exposição *O direito à memória, à verdade e à justiça. A Comissão Nacional da Verdade investiga as graves violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar no Brasil (1964 – 1985)*, realizada pelo Centro de Estudios Brasileños da Universidade de Salamanca em parceria com o Arquivo Nacional do Brasil (AN) é a primeira mostra fotográfica realizada sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV, criada por lei específica, situou o Brasil entre os países que decidiram lidar com o seu legado de violações de direitos humanos. Composta por fotografias oriundas do acervo da CNV, atualmente sob a custódia do AN, a mostra oferece ao público a oportunidade de conhecer o cotidiano dos trabalhos de investigação da CNV durante os trinta e um meses de seu funcionamento, de 16 de maio de 2012 até 10 de dezembro de 2014, data de entrega de seu Relatório Final à Presidência da República. Ao longo desse período, e em sintonia com a demanda histórica da sociedade brasileira, a CNV buscou atender ao estabelecido em seu mandato legal: examinar, esclarecer a autoria das graves violações de direitos humanos praticadas contra a população brasileira durante os anos de 1964 a 1985 e identificar sua autoria, a fim de efetivar o direito à verdade histórica e a reconciliação nacional. A existência da CNV e a mobilização de amplos setores da sociedade brasileira estimularam a instalação de inúmeras comissões estaduais, setoriais, universitárias em todo o país, ampliando os debates sobre o tema e a dinâmica dos trabalhos da Comissão. A exposição apresenta imagens sobre os diversos campos de atuação da CNV no território brasileiro: tomada de testemunhos de vítimas sobreviventes e de familiares de mortos e desaparecidos políticos; audiências públicas para apresentação de relatórios de pesquisa; sessões de depoimentos de ex-agentes da repressão; divulgação de perícias e a realização de diligências a instalações militares associadas a ocorrência de graves violações de direitos humanos e as atividades desenvolvidas com as comissões da verdade estaduais e municipais, comitês populares de memória e justiça e entidades de direitos humanos.

(texto de Vivien Ishaq)

La exposición *Derecho a la memoria, la verdad y justicia. La Comisión Nacional de la Verdad investiga las graves violaciones de Derechos Humanos perpetradas por la Dictadura Militar en Brasil (1964-1985)*, realizada por el Centro de Estudios Brasileños de la Universidad de Salamanca en colaboración con el Archivo Nacional de Brasil (AN), es la primera muestra fotográfica realizada sobre la Comisión Nacional de la Verdad (CNV). La CNV, creada por ley específica, puso a Brasil entre los países que decidieron revisar su legado de violaciones de derechos humanos. Formada por fotografías originales del acervo de la CNV, actualmente bajo custodia del AN, la muestra ofrece al público la oportunidad de conocer el día a día del trabajo de investigación de la CNV durante los treinta y un meses de su funcionamiento, desde 16 de mayo de 2012 hasta el 10 de diciembre de 2014, fecha de la entrega de su Informe Final a la Presidencia de la República. A lo largo de ese período, y en sintonía con la demanda histórica de la sociedad brasileña, la CNV investigó lo que se establecía en su mandato legal: examinar, esclarecer la autoría de las graves violaciones de derechos humanos perpetradas contra la población brasileña entre los años 1964 y 1985 e identificar su autoría, con la finalidad de garantizar el derecho a la verdad histórica y a la reconciliación nacional. La existencia de la CNV y la movilización de amplios sectores de la sociedad brasileña estimularon la instalación de inúmeras comisiones estatales, sectoriales y universitarias en todo el país, ampliando los debates sobre el tema y la dinámica de los trabajos de la Comisión. La exposición presenta imágenes sobre los diversos campos de actuación de la CNV en territorio brasileño: recogida de testimonios de las víctimas supervivientes y de familiares de los muertos y desaparecidos políticos; audiencias públicas para la presentación de informes de investigación; declaraciones de ex agentes de la represión; divulgación de los estudios periciales y reconocimiento de las instalaciones militares asociadas a graves violaciones de derechos humanos; y desarrollo de actividades con las Comisiones de la Verdad estatales y municipales, comités populares de memoria y justicia y entidades de derechos humanos.

(texto de Vivien Ishaq)

1.

A Comissão Nacional
da Verdade

1.

La Comisión Nacional
de la Verdad

1. A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada por lei votada pelo Congresso Nacional do Brasil, instalada em 16 de maio de 2012 e extinta em 16 de dezembro de 2014, vinte e seis anos após o fim da ditadura militar, expressando que a passagem do tempo não foi um impedimento para o Brasil enfrentar seu legado trágico de violações de direitos humanos. A CNV, em cumprimento do mandato que lhe foi conferido pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, realizou o exame e o esclarecimento de graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. A CNV foi inicialmente composta pelos conselheiros Cláudio Fonteles, ex-Procurador-Geral da República; Gilson Langaro Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, advogado, defensor de presos políticos e ex-Ministro da Justiça; João Paulo Cavalcanti Filho advogado e ex-Ministro da Justiça; Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; Paulo Sérgio Pinheiro professor titular de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP); e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminal e defensora de presos políticos. Com a renúncia de Claudio Lemos Fonteles, em setembro de 2013, sua vaga foi ocupada por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, advogado e professor titular de Direito Internacional e diretor do Instituto de Relações Internacionais da USP. Ao longo de dois anos e meio de atividades, a CNV manteve equipes permanentes de pesquisa no Arquivo Nacional, em sua sede no Rio de Janeiro e na sua Coordenação Regional em Brasília; pesquisou em arquivos públicos estaduais brasileiros e em arquivos no exterior; ouviu cerca de 1.500 depoimentos de ex-agentes da repressão e testemunhos de vítimas sobreviventes e familiares de mortos e desaparecidos políticos; realizou diligências locais em que foram praticadas graves violações de direitos humanos, em vários estados brasileiros. Em cumprimento do art. 11 da Lei nº 12.528/2011, a CNV produziu Relatório circunstanciado, abrangendo cerca de 3.500 páginas, contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações, o qual foi apresentado à Presidenta da República Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014. Nesse mesmo dia, o Relatório foi publicado no sítio institucional da CNV na internet, e entregue ao presidente do Senado Federal, ao presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador-Geral da República. O acervo da CNV reúne, portanto, milhares de documentos, testemunhos de vítimas e familiares, depoimentos de agentes da repressão política, 47 mil fotografias, vídeos de audiências públicas, diligências e depoimentos, laudos periciais, croquis e plantas de instalações militares, livros, entre outros registros. Seu acervo reúne documentos recebidos de comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais, arquivos de familiares de vítimas da ditadura e documentos oriundos da cooperação com governos de países como Argentina, Alemanha, Chile, Estados Unidos e Uruguai. Foi também transferido para o Arquivo Nacional, o sítio institucional da CNV (www.cnv.gov.br).

1. LA COMISIÓN NACIONAL DE LA VERDAD

La Comisión Nacional de la Verdad (CNV) fue creada por una ley votada por el Congreso Nacional de Brasil, iniciada el 16 de mayo de 2012 y extinta el 16 de diciembre de 2014, veintiséis años después del fin de la dictadura militar, poniendo de manifiesto que el paso del tiempo no ha sido un impedimento para que Brasil haga frente a su trágico legado de violaciones de los derechos humanos. La CNV, cumpliendo con el mandato que le fue conferido por la Ley nº 12.528, del 18 de noviembre de 2011, examinó y esclareció las graves violaciones de derechos humanos cometidas en el periodo comprendido entre el 18 de septiembre de 1946 y el 5 de octubre de 1988. Estuvo inicialmente compuesta por los consejeros Cláudio Fonteles, ex Fiscal General de la República; Gilson Langaro Dipp, Ministro del Tribunal Superior de Justicia; José Carlos Dias, abogado, defensor de presos políticos y ex Ministro de Justicia; João Paulo Cavalcanti Filho abogado y ex-Ministro de Justicia; Maria Rita Kehl, psicoanalista y periodista; Paulo Sérgio Pinheiro profesor titular de Ciencia Política en la Universidad de São Paulo (USP); y Rosa Maria Cardoso da Cunha, abogada criminalista y defensora de presos políticos. Con la renuncia de Claudio Lemos Fonteles, en septiembre de 2013, su puesto fue ocupado por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, abogado y profesor titular de Derecho Internacional y director del Instituto de Relaciones Internacionales de la USP. A lo largo de dos años y medio de actividades, la CNV mantuvo equipos permanentes de investigación en el Archivo Nacional, en su sede en Río de Janeiro y en su Coordinación Regional en Brasília; investigó en archivos públicos estatales brasileños y en archivos del exterior; escuchó cerca de 1.500 testimonios de ex agentes de la represión, de víctimas supervivientes y de familiares de muertos y desaparecidos políticos; realizó diligencias en los lugares donde fueron cometidas graves violaciones de derechos humanos, en varios estados brasileños. En cumplimiento del art. 11 de la Ley nº 12.528/2011, la CNV elaboró un Informe, de cerca de 3.500 páginas, con las actividades realizadas, los hechos examinados, las conclusiones y recomendaciones, el cual fue presentado ante la Presidenta de la República Dilma Rousseff el 10 de diciembre de 2014. Ese mismo día, el Informe fue publicado en la web institucional de la CNV y entregado al presidente del Senado Federal, al presidente del Supremo Tribunal Federal y al Fiscal General de la República. Los fondos de la CNV reúnen, por tanto, miles de documentos, testimonios de víctimas y familiares, declaraciones de agentes de la represión política, 47 mil fotografías, vídeos de audiencias públicas, diligencias y testimonios, laudos periciais, croquis y plantas de instalaciones militares y libros, entre otros registros. Sus fondos incluyen documentos recibidos de comisiones de la verdad estatales, municipales y sectoriales, archivos de familiares de víctimas de la dictadura y documentos procedentes de la cooperación con gobiernos de países como Argentina, Alemania, Chile, Estados Unidos y Uruguay. También se transfirió al Archivo Nacional, la web institucional de la CNV (www.cnv.gov.br).



Instalação da Comissão Nacional da Verdade

Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, que contou com a participação dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor de Mello e José Sarney, a presidenta da República, Dilma Rousseff, deu posse aos sete integrantes da CNV: Cláudio Fonteles, Gilson Langaro Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha. Dilma Rousseff, em seu discurso afirmou que *“a ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda a apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade. As novas gerações merecem a verdade, e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e a cada dia”*.

Palácio do Planalto, Brasília, 16 de maio de 2012.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Creación de la Comisión Nacional de la Verdad

En una ceremonia realizada en el Palacio del Planalto, que contó con la participación de los ex presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor de Mello y José Sarney, la presidenta de la República, Dilma Rousseff, entregó posesión de sus cargos a los siete integrantes de la CNV: Cláudio Fonteles, Gilson Langaro Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro y Rosa Maria Cardoso da Cunha. Dilma Rousseff, en su discurso afirmó que: *“el desconocimiento de la historia no trae la paz, al contrario, mantiene latentes daños y rancores. La desinformación no ayuda a apaciguar, sólo facilita el camino a la intolerancia. La sombra y la mentira no son capaces de promover la concordia. Brasil merece la verdad. Las nuevas generaciones merecen la verdad, y, sobre todo, merecen la verdad aquellos que perdieron amigos y parientes y que continúan sufriendo como si éstos murieran de nuevo cada día”*.

Palacio del Planalto, Brasilia, 16 de mayo de 2012.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Seminário Internacional "As Comissões Nacionais da Verdade nas Américas e a Comissão Nacional da Verdade do Brasil"

Seminário realizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH), Centro Internacional para a Justiça de Transição (ICTJ), CNV, Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH), Ministério das Relações Exteriores e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

À esquerda, Sueli Belatto, vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e os conselheiros da CNV Rosa Cardoso da Cunha, Gilson Dipp, Paulo Sérgio Pinheiro e José Carlos Dias.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Seminario Internacional "Las Comisiones Nacionales de la Verdad en las Américas y la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil"

Seminario realizado por el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH), el Centro Internacional para la Justicia de la Transición (ICTJ), la Comisión Nacional de la Verdad (CNV), el Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del Mercosur (IPPDH), el Ministerio de Relaciones Exteriores y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD).

A la izquierda, Sueli Belatto, vicepresidente de la Comisión de Amnistía del Ministerio de Justicia, y los consejeros de la CNV Rosa Cardoso da Cunha, Gilson Dipp, Paulo Sérgio Pinheiro y José Carlos Dias.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Reunião da CNV com instituições parceiras

Auditório do Centro de Convenções Israel Pinheiro.
Brasília, 25 de fevereiro de 2013.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Reunión de la CNV con instituciones colaboradoras

Auditorio del Centro de Convenciones Israel Pinheiro.
Brasilia, 25 de febrero de 2013.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Reunião de trabalho

A reunião contou com a participação de 30 Comissões da Verdade, estaduais e municipais, e outras instituições conveniadas, visando ampliar o intercâmbio de informações com as entidades parceiras. São Paulo, 25 de setembro de 2013. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Reunión de trabajo

La reunión contó con la participación de 30 Comisiones de la Verdad, estatales y municipales, y otras instituciones vinculadas, con el fin de aumentar el intercambio de informaciones entre las entidades colaboradoras. São Paulo, 25 de septiembre de 2013. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Balanço final das atividades

O coordenador Pedro Dallari apresenta o balanço das atividades realizadas pela CNV na 22ª Conferência Nacional dos Advogados. Auditório Riocentro, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2014. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Balance final de las actividades

El coordinador Pedro Dallari, presenta el balance de las actividades realizadas por la CNV en la 22ª Conferencia Nacional de Abogados. Auditorio Riocentro, Rio de Janeiro, 22 de octubre de 2014. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Reunião de trabalho

Colegiado e assessoria reunidos durante uma semana, para leitura final do Relatório. À esquerda, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Maria Luci Buff Migliori, José Carlos Dias, Vivien Ishaq, Pedro Dallari, André Saboia, Cristina Borges Mariani, Tereza Eletério de Souza, José Paulo Cavalcanti Filho, Antônio de Moraes Mesplé e Paulo Sérgio Pinheiro.
Brasília Palace Hotel, Brasília, 31 de outubro de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Reunión de trabajo

Colegiado y asesoría reunidos durante una semana para la lectura final del Informe. A la izquierda Rosa Maria Cardoso da Cunha, Maria Luci Buff Migliori, José Carlos Dias, Vivien Ishaq, Pedro Dallari, André Saboia, Cristina Borges Mariani, Tereza Eletério de Souza, José Paulo Cavalcanti Filho, Antônio de Moraes Mesplé y Paulo Sérgio Pinheiro.
Brasilia Palace Hotel, Brasilia, 31 de octubre de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Equipe da CNV

A equipe da CNV que trabalhava na sede, em Brasília, na véspera da entrega do Relatório.

Centro Cultural do Banco do Brasil, 09 de dezembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Equipo de la CNV

El equipo de la CNV que trabajaba en la sede, en Brasilia, la víspera de la entrega del Informe.

Centro Cultural del Bando do Brasil, 09 de diciembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Cerimônia pública de entrega do Relatório da CNV à sociedade brasileira

Auditório do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
Brasília, 10 de dezembro de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Ceremonia pública de entrega del Informe de la CNV a la sociedad brasileña

Auditorio del Consejo Federal de la Orden de los Abogados de Brasil (OAB).
Brasilia, 10 de diciembre de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



ONU

Ban Ki-Moon, Secretário-Geral da ONU enviou aos membros da CNV, cumprimentos ao governo e à população do Brasil “por seus esforços em promover a verdade e a reconciliação nacional por meio do trabalho da CNV”, em 09 de dezembro de 2014. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

ONU

Ban Ki-Moon, Secretario General de la ONU felicitó a los miembros de la CNV, al gobierno y a la población brasileña “por sus esfuerzos por promover la verdad y la reconciliación nacional por medio del trabajo de la CNV”, el 9 de diciembre de 2014. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Colegiado da CNV com a presidenta Dilma Rousseff

Em cerimônia oficial com a presença de vários ministros de Estado, a presidenta do Brasil Dilma Rousseff recebe o Relatório da CNV. À esquerda, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Dilma Rousseff, Pedro Dallari, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha.

Palácio do Planalto, Brasília, 10 de dezembro de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Colegiado de la CNV con la presidenta Dilma Rousseff

En una ceremonia oficial con la presencia de varios ministros de Estado, la presidenta de Brasil Dilma Rousseff recibe el Informe de la CNV. A la izquierda José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Dilma Rousseff, Pedro Dallari, Paulo Sérgio Pinheiro y Rosa Maria Cardoso da Cunha.

Palacio del Planalto, Brasilia, 10 de diciembre de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

2.

O golpe de Estado e a
estrutura da
repressão

2.

El golpe de Estado y
la estructura de la
represión

2. O GOLPE DE ESTADO E A ESTRUTURA DA REPRESSÃO

Em 31 de março de 1964, um golpe de estado militar destituiu o governo constitucional do presidente João Goulart, instaurando no país um regime autoritário que duraria 21 anos. O presidente deposto morreria no exílio, na Argentina, em 1976. Uma Constituição democrática só seria promulgada em 1988. Entre 1964 e 1985, os militares governaram o Brasil por meio de atos institucionais e medidas de exceção, que permitiram a perseguição aos opositores e dissidentes com a demissões, a cassação de direitos políticos, a detenção arbitrária, a prisão e o exílio; onde a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos forçados e a eliminação física foram sistematicamente utilizados contra todos aqueles que contestavam. Os presidentes-generais construíram um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil: sindicatos, organizações profissionais, universidades, igrejas, partidos. Foi criada também uma burocracia de censura que proibia manifestações de opiniões e de expressões culturais identificadas como hostis ao regime militar. Os pilares do sistema repressivo eram formados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), subordinado ao presidente da República; os serviços de informações dos ministérios civis (as DSI: Divisões de Segurança e Informações); pelos serviços de espionagem e repressão das Forças Armadas, o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Outras unidades davam sustentação ao sistema repressivo, como a Polícia Federal, e no âmbito estadual, as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). Em julho de 1969, em São Paulo, a Operação Bandeirantes (Oban) surgiu para concentrar as ações repressivas no comando do Exército, contando inclusive com doações de empresários e industriais para realizar suas atividades, mas a estrutura foi extinta em 1970, para dar lugar ao Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e ao Destacamento de Operações de Informações (DOI) instalados nas principais capitais do país. Conhecidos à época pela sigla DOI-CODI, foi o local por onde passaram milhares presos e onde ocorreu a maioria dos casos de execuções e desaparecimentos forçados. A CNV, ao longo de trinta e um meses de investigação em múltiplos campos, identificou a dimensão sistêmica da ação violadora do Estado ditatorial, seja perpetrada por seus agentes, seja por terceiros agindo com seu consentimento ou conivência. Ao investigar as graves violações, a CNV se deparou com a prática disseminada em larga escala da tortura nos cárceres militares e policiais de todos os estados brasileiros. Uma vez que as graves violações examinadas foram praticadas, em um contexto sistemático e generalizado de ataque contra a população civil, como ficou demonstrado no Relatório, a CNV concluiu, em diversos momentos, que os agentes do Estado ditatorial perpetraram crimes contra a humanidade.

2. EL GOLPE DE ESTADO Y LA ESTRUCTURA DE LA REPRESIÓN

El 31 de marzo de 1964, un golpe de estado militar destituyó al gobierno constitucional del presidente João Goulart, instaurando en el país un régimen autoritario que duraría 21 años. El presidente depuesto moriría en el exilio en Argentina, en 1976. Sólo se promulgaría una Constitución democrática en 1988. Entre 1964 y 1985, los militares gobernaron Brasil mediante actos institucionales y medidas de excepción, que permitieron la persecución a los opositores y disidentes con dimisiones, suspensión de derechos políticos, detención arbitraria, prisión y exilio; donde la tortura, los asesinatos, las desapariciones forzosas y la eliminación física fueron sistemáticamente utilizados contra todos aquellos que contestaban. Los presidentes-generales construyeron un sistema represor complejo, que permeaba las estructuras administrativas de los poderes públicos y ejercía una vigilancia permanente sobre las principales instituciones de la sociedad civil: sindicatos, organizaciones profesionales, universidades, iglesias, partidos. También se creó una burocracia de censura que prohibía la manifestación de opiniones y expresiones culturales identificadas como hostiles al régimen militar. Los pilares del sistema represivo estaban formados por el Servicio Nacional de Informaciones (SNI), subordinado al presidente de la República; los servicios de informaciones de los ministerios civiles (las DSI: Divisiones de Seguridad e Informaciones); los servicios de espionaje y represión de las Fuerzas Armadas, el Centro de Informaciones del Ejército (CIE), el Centro de Informaciones y Seguridad de la Aviación (CISA) y el Centro de Informaciones de la Marina (CENIMAR). Otras unidades sustentaban el sistema represivo como la Policía Federal, y en el ámbito estatal, las Delegaciones de Orden Política y Social (DOPS). En julio de 1969, en São Paulo, se puso en marcha la Operación Bandeirantes (Oban) para concentrar las acciones represivas bajo la dirección del Ejército, contando incluso con donaciones de empresarios e industriales para realizar sus actividades, pero la estructura fue desarticulada en 1970, para dar lugar al Centro de Operaciones de Defensa Interna (CODI) y al Destacamento de Operaciones de Informaciones (DOI) instalados en las principales capitales del país. Conocidos en la época por las siglas DOI-CODI, fue el lugar por el que pasaron miles de presos y donde se produjo la mayoría de los casos de ejecuciones y desapariciones forzosas. La CNV, a lo largo de treinta y un meses de investigación, identificó la dimensión sistémica de la acción violadora del Estado dictatorial, ya fuera perpetrada por sus agentes, ya por terceros actuando con su consentimiento o connivencia y se deparó con la práctica difundida a gran escala de la tortura en las cárceles militares y policiales de todos los estados brasileños. Dado que las graves violaciones examinadas fueron cometidas en un contexto sistemático y generalizado de ataque contra la población civil, la CNV concluyó que los agentes del Estado dictatorial perpetraron crímenes contra la humanidad.



Serviço Nacional de Informações

Prédio de Tecnologia da Informação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

S. l., S. d.

Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Servicio Nacional de Informaciones

Edificio de Tecnología de la Información del Servicio Nacional de Informaciones (SIN).

S.l, S. d.

Fondos del SIN. Archivo Nacional.

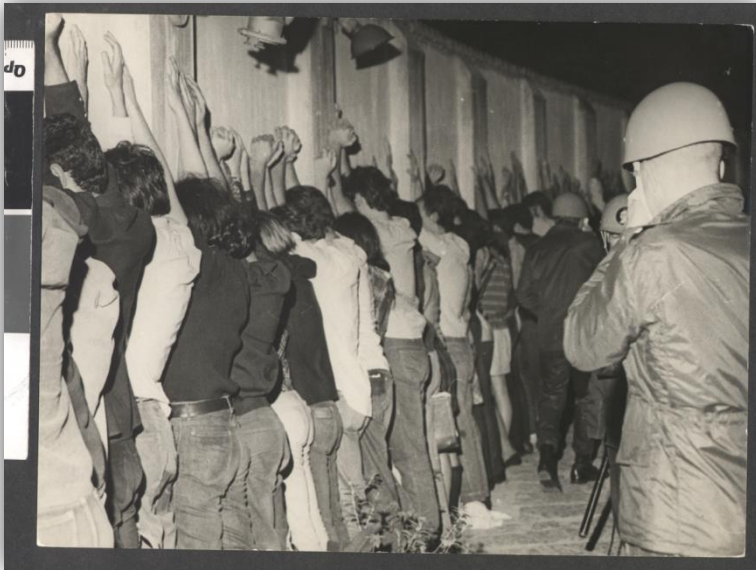


Ministério do Exército

Manobras militares em frente ao Ministério do Exército.
Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964.
Acervo do jornal *Correio da Manhã*. Arquivo Nacional.

Ministerio del Ejército

Maniobras militares frente al Ministerio del Ejército
Río de Janeiro, 02 de abril de 1964.
Fondos del periódico *Correio da Manhã*. Archivo Nacional.



Prisão de estudantes

Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro são detidos pelas forças policiais, em virtude da manifestação contra a ditadura ocorrida dentro do campus.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1968.

Acervo do jornal *Correio da Manhã*. Arquivo Nacional.

Prisión de estudiantes

Estudiantes de la Universidad Federal de Río de Janeiro son detenidos por las fuerzas policiales en virtud de la manifestación en contra de la dictadura desarrollada en el campus.

Río de Janeiro, 21 de junio de 1968.

Fondos del periódico *Correio da Manhã*. Archivo Nacional.



As atrizes Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Norma Bengel e Cacilda Becker

Rio de janeiro, 1968.
Acervo do jornal *Correio da Manhã*. Arquivo Nacional.

Las actrices Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Norma Bengel y Cacilda Becker

Río de janeiro, 1968.
Fondos del periódico *Correio da Manhã*. Archivo Nacional.



Passeata dos Cem Mil

“Passeata dos Cem Mil”, considerada a maior manifestação popular contra a ditadura militar, foi organizada pelo movimento estudantil e contou com a participação de artistas, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1968.

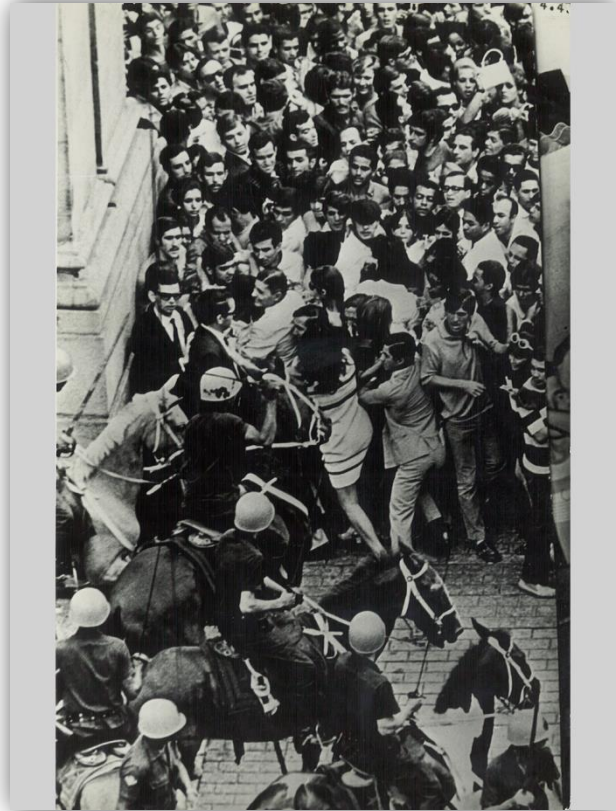
Acervo do jornal *Correio da Manhã*. Arquivo Nacional.

Marcha de los Cien Mil

La “Marcha de los Cien Mil”, considerada la mayor manifestación popular contra la dictadura militar, fue organizada por el movimiento estudiantil y contó con la participación de artistas, intelectuales y otros sectores de la sociedad brasileña.

Río de Janeiro, 26 de junio de 1968.

Fondos del periódico *Correio da Manhã*. Arquivo Nacional.



Repressão da Polícia Militar aos estudantes.

Rio de Janeiro, 1968.
Acervo do jornal *Correio da Manhã*. Arquivo Nacional.

Represión de la Policía Militar a los estudiantes

Río de Janeiro, 1968.
Fondos del periódico *Correio da Manhã*. Archivo Nacional.



Presos políticos banidos que partiram para o Chile, em troca da libertação do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben

Rio de Janeiro, junho de 1970.
Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Presos políticos exiliados que partieron hacia Chile, a cambio de la liberación del embajador alemán Ehrenfried Von Holleben

Río de Janeiro, junio de 1970.
Fondos del SNI. Archivo Nacional.



Cartaz de militantes de organizações de esquerda procurados pelos órgãos de segurança nacional

S. I., 1971.
 Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Cartel de militantes de organizaciones de izquierda buscados por los órganos de seguridad nacional

S.I, 1971.
 Fondos del SNI. Archivo Nacional.



Material apreendido durante diligências do Comando Militar do Planalto (11ª R. M.) a diversas repúblicas de estudantes da UnB

Brasília, junho de 1973.
Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Material confiscado durante las diligencias del Comando Militar del Planalto (11ª R. M.) a diversas residencias estudiantiles de la Universidad de Brasilia (UnB)

Brasilia, junio de 1973.
Fondos del SNI. Archivo Nacional.



Manifestação pela anistia

Cinelândia, Rio de Janeiro, 1979.
Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Manifestación por la amnistía

Cinelândia, Rio de Janeiro, 1979.
Fondos del SNI. Archivo Nacional.



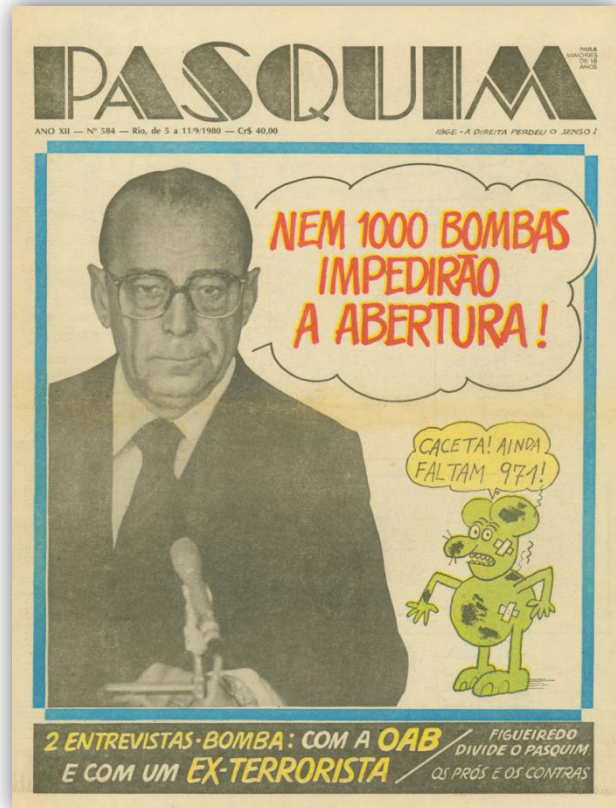
I - VISTA DO PRÉDIO DA UNE NO DIA DA MANIFESTAÇÃO

Prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), antes de sua demolição

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1980.
Acervo do SIN. Arquivo Nacional.

Edificio de la Unión Nacional de los Estudiantes (UNE), antes de su demolición

Río de Janeiro, 13 de junio de 1980.
Fondos del SNI. Archivo Nacional.



Capa do semanário *O Pasquim*, classificado pelo SNI como periódico da imprensa nanica

Setembro de 1980.
Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Portada del semanario *O Pasquim*, catalogado por el SNI como un periódico de la prensa subversiva

Septiembre de 1980.
Fondos del SNI. Archivo Nacional.

Claudio Fonteles no Arquivo Nacional

O conselheiro Claudio Fonteles gravando programa televisivo, na sala-depósito do Arquivo Nacional onde estão armazenados os documentos do principal serviço secreto da ditadura no Brasil, o Serviço Nacional de Informações, que se tornaria nacionalmente temido e conhecido por sua sigla SNI. Os nove milhões de páginas de documentos do SNI, somadas aos dos acervos dos órgãos de repressão e informação também custodiados na instituição, foram a principal fonte de pesquisa para os trabalhos de investigação da CNV.

Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.

Brasília, 8 de janeiro de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Claudio Fonteles en el Archivo Nacional

El consejero Claudio Fonteles grabando un programa de televisión en la sala depósito del Archivo Nacional donde están almacenados los documentos del principal servicio secreto de la dictadura en Brasil, el Servicio Nacional de Informaciones, que se volvería nacionalmente temido y conocido por sus siglas SNI. Los nueve millones de páginas de documentos del SNI, sumadas a los fondos de los órganos de represión e información también custodiados en la institución, fueron la principal fuente para los trabajos de investigación de la CNV.

Coordinación Regional del Archivo Nacional en el Distrito Federal.

Brasilia, 8 de enero de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Chegada da urna de Jango à Base Aérea de Brasília

Com honras de chefe de Estado, o esquife com os restos mortais do presidente do Brasil João Goulart, deposto em 1964, foi recepcionado pela presidenta Dilma Rousseff, familiares, lideranças políticas, Forças Armadas e pela Comissão Nacional da Verdade. João Goulart nasceu em 1º de março de 1919, em São Borja, no estado do Rio Grande do Sul. Popularmente conhecido como Jango, foi deputado estadual, deputado federal, Secretário de Estado de Interior e Justiça do governo do Rio Grande do Sul. Foi eleito duas vezes vice-presidente da República (1955 e 1960). Em agosto de 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, tornou-se presidente do Brasil até 31 de março de 1964, quando foi deposto pelo golpe militar. João Goulart foi o único presidente do Brasil a morrer no exílio, na Argentina, em 6 de dezembro de 1976.

Base Aérea de Brasília, 20 de novembro de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Llegada de los restos de Jango a la Base Aérea de Brasilia

El ataúd con los restos mortales del presidente de Brasil João Goulart, depuesto en 1964, fue recibido con honores de jefe de Estado por la presidenta Dilma Rousseff, familiares, líderes políticos, Fuerzas Armadas y la Comisión Nacional de la Verdad. João Goulart nació el 1 de marzo de 1919, en São Borja, en el estado de Rio Grande do Sul. Popularmente conocido como Jango, fue diputado estatal, diputado federal y Secretario de Estado de Interior y Justicia del gobierno de Rio Grande do Sul. Fue elegido dos veces vicepresidente de la República (1955 y 1960). En agosto de 1961, tras la renuncia del presidente Jânio Quadros, se convirtió en presidente de Brasil, hasta el 31 de marzo de 1964, cuando fue depuesto por un golpe militar. João Goulart fue el único presidente de Brasil en morir en el exilio, en Argentina, el 6 de diciembre de 1976.

Base Aérea de Brasilia, 20 de noviembre de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



3.

A guerrilha do
Araguaia

3.

La guerilla del
Araguaia

3. A GUERRILHA DO ARAGUAIA

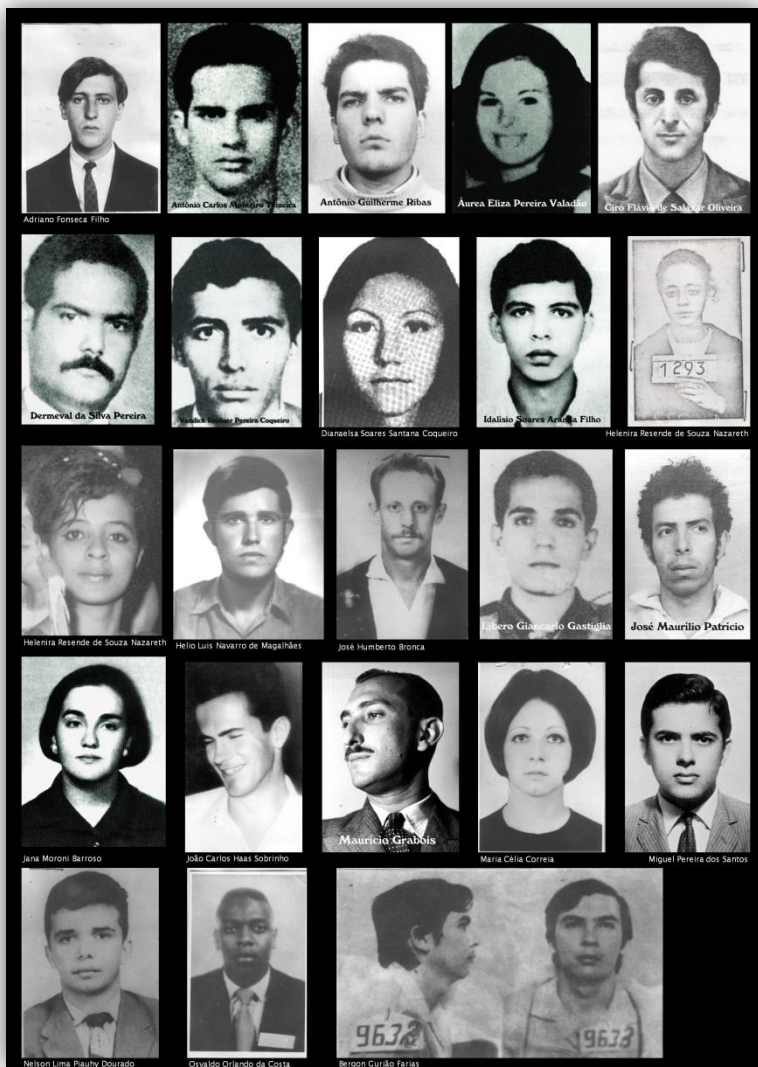
Em 24 de novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos examinou pela primeira vez, um caso de graves violações de direitos humanos praticado no Brasil durante o regime militar, ao julgar o caso Gomes Lund e outros Vs. Brasil, referente à Guerrilha do Araguaia. A Corte IDH decidiu que a interpretação conferida à Lei de Anistia de 1979, que impede a investigação, julgamento e sanção dos responsáveis por tais violações, é incompatível com as obrigações assumidas pelo Brasil por sua vinculação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte IDH tem sido enfática quanto à manifesta incompatibilidade das leis de Anistia com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, dispondo que, ao impedirem a investigação, identificação e sanção dos responsáveis por graves violações de direitos humanos, são desprovidas de efeitos jurídicos. Assim, a Corte determinou a responsabilidade internacional do Estado brasileiro pelo desaparecimento forçado dos guerrilheiros do Araguaia e, por conseguinte, a obrigação de que sejam realizados todos os esforços para identificar o paradeiro das vítimas desaparecidas e proceder à entrega dos restos mortais a seus familiares. Determinou, ainda, a obrigação do Estado brasileiro de estabelecer a verdade e assegurar a determinação judicial de responsabilidades individuais.

Desde a década de 1980, após a promulgação da Lei de Anistia e com a gradativa abertura política do regime, os familiares dos combatentes no Araguaia iniciaram um longo périplo em busca dos corpos de seus parentes na região do conflito, realizando caravanas para a região, ouvindo moradores e testemunhas, seguindo pistas. Os familiares nunca deixaram de exigir do Estado brasileiro as informações sobre as circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos e a localização dos seus restos mortais. Até hoje só foram localizadas duas ossadas de guerrilheiros sepultadas no Cemitério de Xambioá: Maria Lúcia Petit, em 1996, quando pela primeira vez, um combatente desaparecido foi identificado e sepultado por familiares. E, Bérqson Gurjão Farias, em julho de 2009. Os restos mortais de Bérqson foram sepultados em Fortaleza, sua terra natal, em 5 de outubro de 2009, 37 anos após sua morte na Guerrilha do Araguaia, diante da presença da mãe, dona Luiza, de 94 anos de idade.

3. LA GUERRILLA DEL ARAGUAIA

El 24 de noviembre de 2010, la Corte Interamericana de Derechos Humanos examinó por primera vez un caso de graves violaciones de derechos humanos cometido en Brasil durante el régimen militar, al juzgar el caso Gomes Lund y otros Vs. Brasil, relativo a la Guerrilla de Araguaia. La Corte IDH decidió que la interpretación conferida a la Ley de Amnistía de 1979, que impide la investigación, juicio y sanción de los responsables de tales violaciones, es incompatible con las obligaciones asumidas por Brasil al vincularse a la Convención Americana sobre Derechos Humanos. La Corte IDH ha sido enfática en cuanto a la manifiesta incompatibilidad de las leyes de Amnistía con la Convención Americana sobre Derechos Humanos, disponiendo que, al impedir la investigación, identificación y sanción de los responsables de las graves violaciones de derechos humanos, están desprovistas de efectos jurídicos. Así la Corte determinó la responsabilidad internacional del Estado brasileño por la desaparición forzosa de los guerrilleros de Araguaia y, por consiguiente, la obligación de que se realicen todos los esfuerzos necesarios para identificar el paradero de las víctimas desaparecidas y proceder a la entrega de los restos mortales a sus familiares. Determinó también la obligación del Estado brasileño de establecer la verdad y apurar las responsabilidades individuales.

Desde la década de 1980, tras la promulgación de la Ley de Amnistía y con la gradual apertura política del régimen, los familiares de los combatientes de Araguaia iniciaron un largo periplo en busca de los cuerpos de sus parientes en la región del conflicto, organizando caravanas hacia la zona, escuchando a los habitantes del lugar y a los testigos, siguiendo pista. Los familiares nunca dejaron de exigir al Estado brasileño información sobre las circunstancias de las muertes y las desapariciones y la localización de sus restos mortales. Hasta el día de hoy sólo se han encontrado dos esqueletos de guerrilleros sepultados en el Cementerio de Xambioá: Maria Lúcia Petit, en 1996, cuando se identificó por primera vez a un combatiente desaparecido. Y Bérqson Gurjão Farias, en julio de 2009, 37 años después de su muerte en la Guerrilla de Araguaia, ante la presencia de su madre, doña Luiza, de 94 años de edad.



Mosaico dos Desaparecidos

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no sudeste do estado do Pará, com o objetivo de realizar o projeto de *guerra popular revolucionária*, inspirada na Revolução Chinesa. As Forças Armadas realizaram três campanhas militares e operações de inteligência, mobilizando cerca de 10 mil homens contra cerca de 70 guerrilheiros do PCdoB, durante os anos de 1970 a 1974. Em 1972, o Exército iniciou o ataque aos destacamentos dos guerrilheiros, quando foram feitos prisioneiros. Contudo, após o ano de 1972, a ordem do comando militar era não mais deixar vivos os combatentes. A Guerrilha do Araguaia é um dos episódios mais violentos da ditadura, resultando em prisões ilegais e tortura da população local e na morte e desaparecimento forçado de cerca de 70 militantes do PCdoB.

Mosaico de los desaparecidos

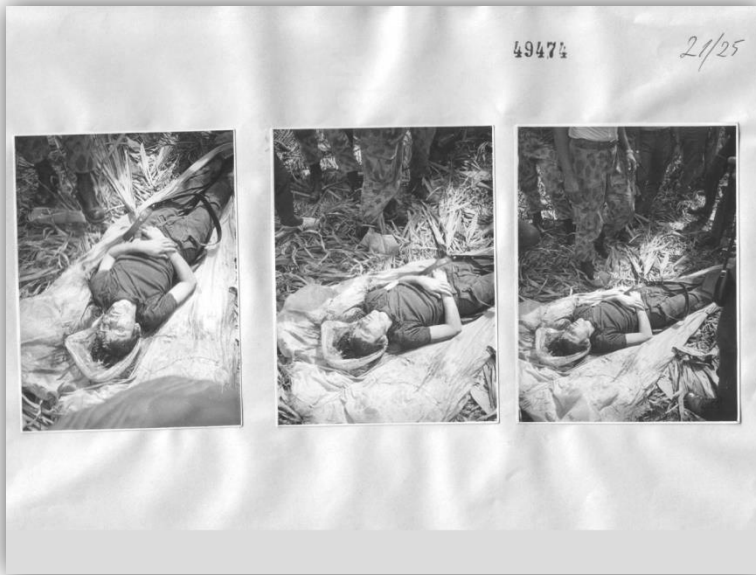
La Guerrilla de Araguaia fue un movimiento armado organizado por el Partido Comunista de Brasil (PCdoB), en el sudeste del estado de Pará, con el objeto de llevar a cabo un proyecto de "guerra popular revolucionaria", inspirada en la Revolución China. Las Fuerzas Armadas realizaron tres campañas militares y operaciones de inteligencia, movilizandoo cerca de 10 mil hombres para hacer frente a unos 70 guerrilleros del PCdoB, de 1970 a 1974. En 1972, el Ejército inició el ataque a los destacamentos de los guerrilleros, haciéndolos prisioneros. Con todo, después de 1972, las órdenes del mando militar era no dejar vivos a los combatientes. La Guerrilla de Araguaia es uno de los episodios más violentos de la dictadura, traduciéndose en prisiones ilegales y tortura de la población local y en la muerte y desaparición forzosa de cerca de 70 militantes del PCdo B.

Maria Lúcia Petit da Silva

A ex-guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva, com 22 anos de idade. É a única fotografia do Serviço Nacional de Informações (SNI) que registra imagem de guerrilheiro morto durante as operações militares. Maria Lúcia era uma das desaparecidas durante o conflito, até que em 1996, o Departamento de Medicina Legal da Universidade de Campinas (São Paulo) exumou duas ossadas localizadas no Cemitério de Xambioá (TO), e uma delas foi reconhecida como sendo a de Maria Lúcia Petit da Silva. Seus dois irmãos, Lúcio e Jaime, também guerrilheiros, continuam desaparecidos. A segunda ossada foi identificada como pertencendo ao guerrilheiro Bergson Gurjão, sendo os dois únicos casos de localização de restos mortais de desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Maria Lúcia Petit da Silva

La ex guerrillera Maria Lúcia Petit da Silva, con 22 años de edad. Es la única fotografía del Servicio Nacional de Informaciones (SNI) que registra la imagen de un guerrillero muerto durante las operaciones militares. Maria Lúcia era una de las desaparecidas durante el conflicto, hasta que en 1996, el Departamento de Medicina Legal de la Universidad de Campinas (São Paulo) exhumó dos esqueletos localizados en el Cementerio de Xambioá (TO), y uno de ellos fue identificado como el de Maria Lúcia Petit da Silva. Sus dos hermanos, Lúcio y Jaime, también guerrilleros, continúan desaparecidos. El segundo esqueleto fue identificado como perteneciente al guerrillero Bergson Gurjão, siendo los dos únicos casos de localización de restos mortales de desaparecidos de la Guerrilla del Araguaia. Fondos del SNI. Archivo Nacional.





Material pertencente aos guerrilheiros Rodolfo de Carvalho Troiano (Mané) e Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), recolhidos pelos militares

Araguaia, 1972.
Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Material perteneciente a los guerrilleros Rodolfo de Carvalho Troiano (Mané) y Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), recogidos por los militares

Araguaia, 1972.
Fondos del SNI. Archivo Nacional.



Barraca de refeitório do Posto de Comando das Forças Armadas

Araguaia, 1972.
Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Barracón de refectorio del Puesto de Mando de las Fuerzas Armadas

Araguaia, 1972.
Fondos del SNI. Archivo Nacional.



Audiência com os Suruís

Em audiência conjunta com a Comissão da Verdade dos Camponeses do Araguaia, indígenas da etnia Suruí são ouvidos sobre tortura e desaparecimentos forçados cometidos por militares durante as ações de combate aos guerrilheiros. Tibaku do Suruí relatou que durante sua detenção, o militar lhe falou: *“Olha índio, se você perguntar mais alguma coisa, eu sou capaz de jogar você pela janela.”*

Câmara Municipal de Marabá (Estado do Pará), 17 de novembro de 2012.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Audiencia con los Suruís

En audiencia conjunta con la Comisión de la Verdad de los Campesinos de Araguaia, se toma testimonio a indígenas de la etnia Suruí sobre tortura y desapariciones forzadas cometidas por militares durante las acciones de combate a los guerrilleros. Tibaku do Suruí relató que durante su detención un militar le dijo: *“Mira, indio, si preguntas alguna cosa más soy capaz de tirarte por la ventana”*.

Câmara Municipal de Marabá (Estado de Pará), 17 de noviembre de 2012.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Camponeses da região do Araguaia e indígenas Suruí participaram da audiência pública da CNV em parceria com o Comitê Paraense de Memória, Verdade e Justiça e com a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia. Três índios da aldeia Sororó e seis moradores do campo deram seus depoimentos às mais de 200 pessoas presentes

Auditório da Câmara Municipal de Marabá, 17 de novembro de 2012.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Campeſinos de la región de Araguaia e indígenas Suruí participan en la audiencia pública de la CNV en colaboración con el Comité Paraense de Memoria, Verdad y Justicia y con la Asociación de los Torturados de la Guerrilla de Araguaia. Tres indios de la aldea Sororó y seis habitantes del campo prestaron su testimonio ante más de 200 asistentes

Auditorio de la Cámara Municipal de Marabá, 17 de noviembre de 2012.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Foto do avião da Polícia Federal

Os conselheiros José Carlos Dias e Maria Rita Kehl chegam à cidade de Marabá para tomada de testemunhos de vítimas da repressão do Exército. Marabá, 11 de agosto de 2014. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Foto del avión de la Policía Federal

Los consejeros José Carlos Dias y Maria Rita Kehl llegan a la ciudad de Marabá para la recogida de testimonios de víctimas de la represión del Ejército. Marabá, 11 de agosto de 2014. Fondo de la CNV. Archivo Nacional.



Criméia Schimdt de Almeida. Audiência

Criméia Schimdt de Almeida é ouvida por todo o colegiado da CNV: Maria Rita Kehl, José Paulo Cavalcanti, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Pedro Dallari, José Carlos Dias e Paulo Sérgio Pinheiro. Criméia, ex-guerrilheira no Araguaia, deixou a região em junho de 1972. Foi presa em São Paulo, em 29 de dezembro de 1972, grávida de seis meses, juntamente com sua irmã, cunhado e sobrinhos, sendo todos levados para o DOI-CODI, onde foi torturada pessoalmente pelo comandante da instalação militar, o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Transferida para Brasília sofreu tortura até o nascimento em 13 de fevereiro de 1973, de seu filho João Carlos de Almeida Grabois, no Hospital da Guarnição do Exército. Seu pai, André Grabois era comandante de um dos destacamentos de guerrilheiros, morto em 25 de dezembro de 1973 durante ataque do Exército.

Brasília, 12 de agosto de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Criméia Schimdt de Almeida. Audiencia

Criméia Schimdt de Almeida, ex guerrillera en Araguaia, abandonó la región en junio de 1972. Fue detenida en São Paulo, el 29 de diciembre de 1972, embarazada de seis meses, junto con su hermana, cuñado y sobrinos, que fueron llevados también al DOI-CODI, donde fue torturada personalmente por el comandante de la instalación militar, el entonces mayor Carlos Alberto Bilhante Ustra. Traslada a Brasilia sufrió tortura hasta el nacimiento, el 13 de febrero de 1973, de su hijo João Carlos de Almeida Grabois, en el Hospital de la Guarnición del Ejército. Su padre, André Grabois era comandante de uno de los destacamentos guerrilleros, muerto el 25 de diciembre de 1973 durante un ataque del Ejército.

Brasilia, 12 de agosto de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Diligência na Casa Azul

Diligência de reconhecimento da “Casa Azul”, localizada no Km 01, da rodovia Transamazônica, atualmente sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, que contou com a presença de testemunhas das violações de direitos humanos cometidas no local. Denúncias apontam que, durante a década de 1970, a “Casa Azul” foi utilizada pelo Centro de Informações do Exército (CIE) como centro de prisão ilegal, tortura e extermínio de militantes do PCdoB e de camponeses que apoiavam a guerrilha do Araguaia.

Marabá, 15 de setembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Diligencia en la Casa Azul

Diligencia de reconocimiento de la “Casa Azul”, localizada en el kilómetro 01 de la autovía Transamazónica, actualmente sede del Departamento Nacional de Infraestructura de Transportes, contó con la presencia de testigos de las violaciones de derechos humanos cometidas en el lugar. Las denuncias apuntan que, durante la década de 1970, la “Casa Azul” fue utilizada por el Centro de Informaciones el Ejército (CIE) como centro de prisión ilegal, tortura y exterminio de militantes del PCdoB y de campesinos que apoyaban a la guerrilla de Araguaia.

Marabá, 15 de septiembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

4.

Operação CONDOR

4.

Operación CONDOR

4. OPERAÇÃO CONDOR: A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO EM VIOLAÇÕES COMETIDAS NO EXTERIOR

Coube à CNV promover o esclarecimento das graves violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado ditatorial ainda que ocorridas no exterior. Isso porque seus trabalhos tiveram por pressuposto a constatação de que o Brasil organizou uma forma de repressão que ultrapassou as fronteiras do país. Assim, o Relatório da CNV reservou dois capítulos para analisar o monitoramento pelo Estado ditatorial dos brasileiros que viviam no exterior, por meio, principalmente, do Centro de Informações do Exterior (Ciex), estabelecido no Ministério das Relações Exteriores (MRE), em coordenação com o Serviço Nacional de Informações (SNI); e à cooperação internacional para ações de repressão, em especial a Operação Condor, aliança entre as forças de segurança e serviços de inteligência das ditaduras do Cone Sul. A Operação Condor (Plan Condor) foi o nome atribuído a rede secreta de informações criada na década de 1970 formada pela união dos aparelhos repressivos das ditaduras aliadas da América Latina -Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A cooperação repressiva incluía o compartilhamento de dados produzidos pelos serviços de inteligência e a realização de operações conjuntas extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados, refugiados ou banidos.

Essa rede repressiva internacional era complexamente articulada e promoveu operações com finalidades criminosas para cometer violações de direitos, em clara situação de terrorismo de Estado. Desde abril de 1964, com a chegada do presidente deposto ao exílio no Uruguai, o afluxo de exilados brasileiros aumentou no país, levando a ditadura brasileira pressionar o Governo de Montevideú em busca de cooperação para restringir a liberdade de expressão e a locomoção dos brasileiros exilados. O MRE contava com duas estruturas que integravam a comunidade de informações formada pelo Sistema Nacional de Informações (Sisni): a Divisão de Segurança e Informações (DSI) e o Centro de Informações do Exterior (CIEX). A CNV identificou bases do CIEX em capitais do Cone Sul (Assunção, Buenos Aires, Santiago,), da Europa Ocidental (Paris, Lisboa e Genebra), e da Europa do Leste (Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental). Até os dias de hoje, o MRE não reconheceu formalmente a existência desse órgão, apesar da farta documentação produzida pelo CIEX depositada no Arquivo Nacional do Brasil. As pesquisas conduzidas pela CNV comprovaram a atuação direta do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em graves violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e a existência de uma rede de informantes pagos. Foram identificados telegramas e ofícios que registram partir de 1970, solicitações das autoridades brasileiras para detenção de brasileiros em território uruguaio, chileno e argentino.

4. OPERACIÓN CÓNDOR: LA PARTICIPACIÓN DEL ESTADO BRASILEÑO EN VIOLACIONES COMETIDAS EN EL EXTERIOR

La CNV promovió la aclaración de las graves violaciones de derechos humanos perpetradas por el Estado dictatorial brasileño en el exterior. Ello respondió a la premisa de que sus trabajos debían constatar que Brasil organizó una forma de represión que fue más allá de las fronteras del país. Así, el Informe de la CNV reservó dos capítulos para analizar la vigilancia a la que el Estado dictatorial sometió a los brasileños que vivían en el exterior, por medio, principalmente, del Centro de Informaciones del Exterior (Ciex), establecido en el Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE), en coordinación con el Servicio Nacional de Informaciones (SNI); y la cooperación internacional para acciones de represión, en especial la Operación Cóndor, alianza entre las fuerzas de seguridad y servicios de inteligencia de las dictaduras del Cono Sur. La Operación Cóndor (Plan Cóndor) fue el nombre atribuido a la red secreta de informaciones creada en la década de 1970 formada por la unión de los aparatos represivos de las dictaduras aliadas de América Latina - Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. La cooperación represiva incluía el intercambio de datos obtenidos por los servicios de inteligencia y la realización de operaciones conjuntas extraterritoriales de secuestro, tortura, ejecución y desaparición forzosa de opositores políticos exiliados, refugiados o expulsados.

Esa red represiva internacional estaba complejamente articulada y promovió operaciones con finalidad criminal para cometer violaciones de derechos, en clara situación de terrorismo de Estrado. Desde abril de 1964, con la llegada del presidente depuesto al exilio en Uruguay, el flujo de exiliados brasileños aumentó en el país, llevando a la dictadura brasileña a presionar al Gobierno de Montevideo para obtener su cooperación a fin de restringir la libertad de expresión y desplazamiento de los brasileños exiliados. El MRE contaba con dos estructuras que integraban la comunidad de informaciones formada por el Sistema Nacional de Informaciones (Sisni): la División de Seguridad e Informaciones (DSI) y el Centro de Información del Exterior (CIEX). La CNV identificó las bases del CIEX en capitales del Cono Sur (Asunción, Buenos Aires, Santiago...), de Europa Occidental (París, Lisboa y Ginebra) y de la Europa del Este (Praga, Moscú, Varsovia y Berlín Oriental). Hasta el día de hoy, el MRE no ha reconocido formalmente la existencia de ese órgano, a pesar de la abundante documentación generada por el CIEX depositada en el Archivo Nacional de Brasil. Las investigaciones realizadas por la CNV demostraron la actuación directa del MRE en graves violaciones de derechos humanos de brasileños en el exterior y la existencia de una red de informantes pagados. Se identificaron telegramas y oficios que registran a partir de 1970 peticiones de las autoridades brasileñas para la detención de brasileños en territorio uruguayo, chileno y argentino.



Daniel Carvalho

Daniel Carvalho (agachado à direita), junto ao seu irmão Joel e outros asilados brasileiros em Buenos Aires. Daniel e Joel convencidos a voltar ao Brasil, são vítimas de uma emboscada preparada pelo Exército, em julho de 1974, no interior do Parque Nacional do Iguaçu, que ficou conhecida como a Chacina do Parque de Iguaçu. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Daniel Carvalho

Daniel Carvalho (agachado a la derecha), con su hermano Joel y otros exiliados brasileños en Buenos Aires. Daniel y Joel decididos a regresar a Brasil, son víctimas de una emboscada preparada por el Ejército, en julio de 1974, en el interior del Parque Nacional del Iguazú, que se conoce como la *Chacina do Parque de Iguaçu*, la Carnicería del Parque de Iguaçu. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Presos políticos brasileiros no Chile

Chilenos saúdam a chegada de ex-presos políticos banidos pelo regime militar em troca da libertação do embaixador suíço no Brasil, Enrico Bucher.

Santiago, janeiro de 1971.

Acervo do jornal *Correio da Manhã*. Arquivo Nacional.

Presos políticos brasileños en Chile

Chilenos saludan la llegada de ex presos políticos exiliados por el régimen militar a cambio de la liberación del embajador suizo en Brasil, Enrico Bucher.

Santiago, enero de 1971.

Fondos del periódico *Correio da Manhã*. Archivo Nacional.



Familiares de presos políticos brasileiros no Chile

Familiares dos presos políticos banidos que partiram para o Chile, em troca da libertação do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben. Rio de Janeiro, junho de 1970. Acervo do jornal *Correio da Manhã*. Arquivo Nacional.

Familiares de presos políticos brasileños en Chile

Familiares de los presos políticos exiliados que fueron a Chile, a cambio de la liberación del embajador alemán Ehrenfried Von Holleben. Río de Janeiro, junio de 1970. Fondos del periódico *Correio da Manhã*. Archivo Nacional.



Lilian Ruggia, irmã do argentino Enrique Ruggia

Lilian Ruggia, irmã do argentino Enrique Ruggia, desaparecido após sofrer uma emboscada preparada pelo Exército, no interior do Parque Nacional do Iguaçu. Enrique Ruggia e cinco militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Onofre Pinto, os irmãos Daniel e Joel de Carvalho, José Lavecchia e Vitor Ramos foram executados e seus cadáveres nunca foram localizados. Audiência Pública realizada parceria com a Comissão da Verdade do Paraná, Comissão Estadual da Verdade de São Paulo. Câmara Municipal, Foz de Iguaçu, 22 de junho de 2013. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Lilian Ruggia, hermana del argentino Enrique Ruggia

Lilian Ruggia, hermana del argentino Enrique Ruggia, desaparecido tras sufrir una emboscada por parte del Ejército, en el interior del Parque Nacional de Iguaçu. Enrique Ruggia y cinco militantes de la Vanguardia Popular Revolucionaria (VPR), Onofre Pinto, los hermanos Daniel y Joel de Carvalho, José Lavecchia y Victor Ramos fueron ejecutados y sus cuerpos nunca se localizaron. Audiencia Pública realizada en colaboración con la Comisión de la Verdad de Paraná, Comisión Estatal de la Verdad de São Paulo. Câmara Municipal, Foz de Iguaçu, 22 de junio de 2013. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Mabel Alicia Bernis de Raya

Mabel Alicia Bernis de Raya, viúva do franco-argentino Jean Henri Raya, desaparecido no Rio de Janeiro em novembro de 1973, relata que após 40 anos, o caso de seu marido voltou a ser tratado na imprensa argentina, devido aos trabalhos da CNV. Jean Henri Raya (04/08/1944), saiu de Buenos Aires para o Brasil, no dia 16 de novembro de 1973. A família recebeu uma última carta datada de 21 de novembro de 1973. A partir desse momento não se teve mais notícias sobre seu paradeiro e nem de seus companheiros, os cidadãos argentinos Antonio Luciano Pregoni e Antonio Graciani, também desaparecidos. A investigação da CNV mostram ainda a possível correlação dos três desaparecimentos com os casos Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita, sequestrados em Buenos Aires e trazidos para o Brasil, onde foram executados. São conhecidos até o momento, 17 brasileiros mortos ou desaparecidos fora do Brasil e 8 estrangeiros em território brasileiro.

Assembleia Legislativa de São Paulo, 11 de outubro de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Mabel Alicia Bernis de Raya

Mabel Alicia Bernis de Raya, viuda del franco-argentino Jean Henri Raya, desaparecido en Río de Janeiro en noviembre de 1973, relata que después de 40 años el caso de su marido volvió a ser tratado por la prensa argentina gracias a los trabajos de la CNV. Jean Henri Raya (04/08/1944) partió de Buenos Aires a Brasil el 16 de noviembre de 1973. La familia recibió su última carta el 21 de noviembre de ese año. A partir de ese momento no se tuvieron más noticias de su paradero, ni de sus compañeros, los ciudadanos argentinos Antonio Luciano Pregoni y Antonio Graciani, también desaparecidos. La investigación de la CNV muestra la posible correlación entre las tres desapariciones y los casos de Joaquim Pires Cerveira y João Batista Rita, secuestrados en Buenos Aires y llevados a Brasil, donde fueron ejecutados. Hasta ahora, se conoce el caso de 17 brasileños muertos o desaparecidos fuera de Brasil y de 8 extranjeros en territorio brasileño.

Asamblea Legislativa de São Paulo, 11 de octubre de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Carlos Lafforgue

Carlos Lafforgue, diretor do Arquivo Nacional da Memória da Argentina. Segundo Lafforgue, a ditadura argentina deixou cerca de 30 mil desaparecidos, mas, graças a pesquisa documental e a colaboração de testemunhas, inúmeras ações judiciais estão sendo abertas contra os responsáveis. 470 agentes da ditadura já foram presos e cerca de mil estão sendo processados, "o mesmo sistema judicial que condena um bandido comum está julgando os criminosos que praticaram crimes contra a humanidade", afirmou. Lafforgue defendeu ainda a universalização do processo de punição e justiça, e que os trabalhos de pesquisas não parem.

Assembleia Legislativa de São Paulo, 11 de outubro de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Carlos Lafforgue

Carlos Lafforgue, diretor del Archivo Nacional de la Memoria de Argentina. Según Lafforgue, la dictadura argentina dejó cerca de 30 mil desaparecidos, pero gracias a la investigación documental y a la colaboración de los testigos, se están abriendo innumerables acciones judiciales contra los responsables. 470 agentes de la dictadura ya han sido detenidos y cerca de mil están siendo procesados, "el mismo sistema judicial que condena a un preso común está juzgando a los criminales que cometieron crímenes contra la humanidad", afirmó. Lafforgue defendió también la universalización de los procesos de punición y justicia y que los trabajos de investigación no se detengan.

Asamblea Legislativa de São Paulo, 11 de octubre de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Andrés Habegger

Andrés Habegger, cineasta e filho do jornalista argentino Norberto Armando Habegger desaparecido ao desembarcar no Rio de Janeiro, proveniente do México, em 31 de julho de 1978. Era secretário político do Movimento Peronista Montonero e liderou forte campanha de denúncias dos crimes perpetrados pela ditadura militar argentina, comandada pelo general Jorge Rafael Videla. Andrés relatou em seu depoimento que seu pai *“foi detido por três militares argentinos, que atualmente estão presos na Argentina, por outro crime. Eles tiveram ajuda da repressão brasileira para capturá-lo”*.

Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2013. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Andrés Habegger

Andrés Habegger, cineasta e hijo del periodista argentino Norberto Armando Habegger desaparecido al desembarcar en Río de Janeiro, procedente de México, el 31 de julio de 1978. Era secretario político del Movimiento Peronista Montero y lideró la fuerte campaña de denuncias de los crímenes perpetrados por la dictadura militar argentina, encabezada por el general Jorge Rafael Videla. Andrés relató en su declaración que su padre *“fue detenido por tres militares argentinos, que actualmente están encarcelados en Argentina, por otro crimen. Tuvieron ayuda de la represión brasileña para capturarlo”*.

Comisión Estatal de la Verdad de Río de Janeiro, 30 de octubre de 2013. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Deoclécio Paulo

Deoclécio Paulo (na cabeceira da mesa), militar do Exército, foi adido militar na Embaixada do Brasil, em Santiago, no Chile. Depoimentos e documentos indicam que ele esteve no Estádio Nacional do Chile, onde foram presos, torturados e mortas pessoas presas logo após o golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. No estádio também foram presos brasileiros, mas Deoclécio Paulo negou todas as denúncias aos conselheiros Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Cardoso (da direita à esquerda). CNV, Brasília 21 de julho de 2014. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Deoclécio Paulo

Deoclécio Paulo (en la cabecera de la mesa), militar del Ejército, fue agregado militar en la Embajada de Brasil en Santiago, en Chile. Testimonios y documentos indican que estuvo en el Estadio Nacional de Chile, donde fueron detenidos, torturados y asesinados presos inmediatamente después del golpe militar que acabó con Salvador Allende el 11 de septiembre de 1973. En el estadio también fueron detenidos brasileños, pero Deoclécio Paulo negó todas las denuncias a los consejeros Paulo Sérgio Pinheiro y Rosa Cardoso (de derecha a izquierda). CNV, Brasilia, 21 de julio de 2014. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Jacy Ochsendorf e Souza

Sargento Jacy Ochsendorf. Segundo o depoimento do ex- agente da repressão Marival Chaves à CNV, Jacy atuou no Centro de Informações do Exército (CIE) e era o responsável por controlar o agente duplo de codinome Gringo, que circulava entre os Montoneros no Brasil, que eram alvo de operações de sequestro coordenadas pelas ditaduras brasileira e argentina. Jacy Ochsendorf é réu em ação penal do Ministério Público Federal acusado, juntamente com outros quatro militares, de participar do homicídio e da ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Paiva. Acervo CNV. Arquivo Nacional, 29 de julho de 2014.

Jacy Ochsendorf e Souza

Sargento Jacy Ochsendorf. Según el testimonio de ex agente de la represión Marival Chaves a la CNV, Jacy actuó en el Centro de Informaciones del Ejército (CIE) y era el responsable de controlar al agente doble con el nombre en clave de Gringo, que se movía entre los Montoneros en Brasil, que eran blanco de operaciones de secuestro coordinadas por las dictaduras brasileña y argentina. Jacy Ochsendorf es detenido durante una acción penal de Ministerio Público Federal, acusado, junto a otros cuatro militares, de participar en el homicidio y la ocultación del cadáver del ex diputado Rubens Paiva. Fondos de la CNV. Archivo Nacional, 29 de julio de 2014.



Depoimento de Edgard Fuques à conselheira Rosa Cardoso da Cunha

Fuques chefiou a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), em Porto Alegre, na década de 1970. Segundo denúncia, teria participado do episódio conhecido como sequestro dos uruguaios, ocorrido em 1978, quando os cidadãos uruguaios Lillian Celiberti e Universindo Diaz foram sequestrados, em ação da Operação Condor.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional, 11 de setembro de 2014.

Testimonio de Edgard Fuques a la consejera Rosa Cardoso da Cunha

Fuques encabezó la Delegación de Orden Político y Social (DOPS) de Porto Alegre, en la década de 1970. Según una denuncia, habría participado en el episodio conocido como secuestro de los uruguayos, ocurrido en 1978, cuando los ciudadanos uruguayos Lillian Celiberti y Universindo Díaz fueron secuestrados en una acción de la Operación Cóndor.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional, 11 de septiembre de 2014.



Chegada dos peritos da CNV no Parque de Iguaçu

Chegada dos peritos da CNV e de testemunha ao local provável da Chacina do Parque de Iguaçu, que vitimou o argentino Enrique Ruggia e cinco brasileiros militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Onofre Pinto, os irmãos Daniel e Joel de Carvalho, José Lavecchia e Vitor Ramos. Seus cadáveres nunca foram localizados.

Parque Nacional de Foz de Iguaçu, 3 de dezembro de 2014.

Acervo CNV. Arquivo Nacional.

Llegada de los peritos de la CNV en el Parque de Iguaçu

Llegada de los peritos de la CNV y del testigo al lugar de probable Carnicería del Parque de Iguaçu, que acabó con la vida del argentino Enrique Ruggia y de cinco brasileños militantes de la Vanguardia Popular Revolucionaria (VPR), Onofre Pinto, los hermanos Daniel y Joel de Carvalho, José Lavecchia y Víctor Ramos. Sus cadáveres nunca fueron encontrados.

Parque Nacional de Foz de Iguaçu, 3 de diciembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

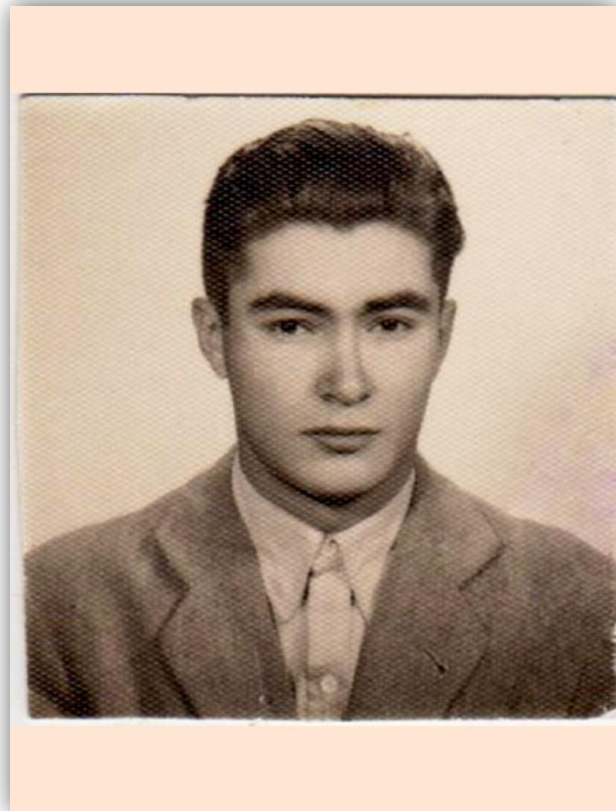


Otávio Rainolfo

Depoimento da testemunha Otávio Rainolfo. À esquerda, os peritos criminais Pedro Cunha, Celso Nenevê e o assessor da CNV, Daniel Lerner. Acervo da CNV. Arquivo Nacional, 03 de dezembro de 2014.

Otávio Rainolfo

Declaración del testigo Otávio Rainolfo. A la Izquierda, los peritos criminales Pedro Cunha, Celso Nenevê y el asesor de la CNV, Daniel Lerner. Fondos de la CNV. Archivo Nacional, 03 de diciembre de 2014.



Antonio Luciano Pregoni

Antonio Luciano Pregoni, cidadão argentino, desaparecido em 21 de novembro de 1973, juntamente com Jean Henri Raya Ribard, cidadão francês, no Rio de Janeiro, em conexão com o sequestro dos cidadãos brasileiros Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita, em Buenos Aires, em 05 de dezembro de 1973.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Antonio Luciano Pregoni

Antonio Luciano Pregoni, ciudadano argentino, desaparecido el 21 de noviembre de 1973 junto a Jean Henri Raya Ribard, ciudadano francés, en Río de Janeiro, en relación con el secuestro de los ciudadanos brasileños Joaquim Pires Cerveira y João Batista Rita en Buenos Aires el 05 de diciembre de 1973.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



GRUPO DE SÃO BORJA; 1-ARTHUR DORNELLES
2-LUTERO FAGUNDES
3-JANGO
4-IGNORADO
5-IGNORADO
6-JOÃO JOSÉ FONTELA (CUNHADO DE JANGO)
7-MANECO DOS SANTOS (TRABALHA C/ JANGO EM MALDONADO)

81974

F13 - 1

JANGO

Documento do acervo do SNI sobre o monitoramento sofrido pelo ex-Presidente João Goulart em seu exílio na Argentina iniciado em 1973. Acervo do SNI. Arquivo nacional.

JANGO

Documento de los fondos del SNI sobre la vigilancia sufrida por el ex presidente João Goulart durante su exilio en Argentina empezado en 1973. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Frank R. Teruggi, Carlos Beust, Jorge Basso e amiga

Jorge Basso nasceu em 17 de fevereiro de 1951, em Buenos Aires, Argentina, e tinha nacionalidade brasileira por parte de mãe. A família se muda para a cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde militou no Partido Operário Comunista (POC). Com prisão decretada no Brasil, em 1971 foi para o Chile, ingressando no curso de História da Universidade do Chile. Com o golpe de Estado que derrubou o presidente Salvador Allende, foi para a Argentina. Em Buenos Aires, trabalhava como jornalista e pertenceu ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*. Logo após o golpe militar na Argentina, Jorge foi preso, no dia 15 de abril de 1976, em um hotel do centro de Buenos Aires, sendo desde então considerado desaparecido.

O brasileiro Carlos Beust de Oliveira chegou ao Chile como exilado, em 1969. No ano seguinte vai viver na Argentina, onde passa a militar no *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e, em 1973, se viu novamente forçado a asilar-se, desta vez, na Suécia.

Frank R. Teruggi, estudante americano na Universidade do Chile. Em 11 de setembro de 1973, nove dias após o golpe militar foi preso e levado ao Estádio Nacional, onde foi executado.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Frank R. Teruggi, Carlos Beust, Jorge Basso y amiga

Jorge Basso nació el 17 de febrero de 1951, en Buenos Aires, Argentina y tenía nacionalidad brasileña por parte de madre. La familia se mudó a la ciudad de Porto Alegre, en Rio Grande do Sul, donde militó en el Partido Obrero Comunista (POC). Al ser decretado su ingreso en prisión en Brasil en 1971, se marchó a Chile, cursando Historia en la Universidad de Chile. Con el golpe de Estado que acabó con el presidente Salvador Allende, se encaminó a Argentina. En Buenos Aires trabajó como periodista y perteneció al *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Después del golpe militar en Argentina, Jorge fue detenido el 15 de abril de 1976 en un hotel del centro de Buenos Aires, siendo desde entonces considerado desaparecido.

El brasileño Carlos Beust de Oliveira llegó a Chile como exiliado en 1969. Al año siguiente se marchó a vivir a Argentina, donde pasó a militar en el *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*, y en 1973 se vio nuevamente obligado a exiliarse, esta vez a Suecia.

Frank R. Teruggi, estudiante americano en la Universidad de Chile. El 11 de septiembre de 1973, nueve días después del golpe militar, fue tenido y llevado al Estadio Nacional, donde fue ejecutado.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



5.

A Ditadura fez vítimas
em diferentes
grupos sociais

5.

La Dictadura causó
víctimas en diferentes
grupos sociales

5. A DITADURA FEZ VÍTIMAS EM DIFERENTES OS GRUPOS SOCIAIS

O volume 2 do Relatório da CNV é dedicado às violações de direitos humanos ocorridas em diferentes grupos sociais. O Relatório apresenta o número de 7.591 militares perseguidos (do Exército, Marinha, Aeronáutica e Forças Policiais) durante o período de 1964 a 1980. Em todo o país, militares foram presos por seus superiores, ficando incomunicáveis por semanas e sendo submetido a maus tratos e a tortura. No primeiro dia do golpe militar, as forças de repressão invadiram e incendiaram a sede a União Nacional dos Estudantes (UNE), localizada no Rio de Janeiro. O regime militar aboliu a representatividade da UNE, passando a entidade a atuar na ilegalidade. O contexto das violações perpetradas pelo regime militar nas universidades brasileiras e no meio educacional se caracterizou pela intensa vigilância de agentes dentro das universidades; por atos normativos que promoveram demissões de professores e de funcionários; expulsão de estudantes; invasões pelas forças repressivas nas universidades; linhas de pesquisas e cursos foram banidos do sistema, entre outras medidas. A prisão de grande parte das lideranças nacionais estudantis no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado em outubro de 1968, contribuiu para a identificação pelos órgãos repressivos dos líderes e de cerca 800 estudantes, acarretando um duro golpe contra o movimento estudantil. Durante a ditadura, acentuou-se a repressão contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, com a ocorrência de violações de direitos em diversos campos e o grupo foi alvo de uma repressão específica dos órgãos do Estado. O relatório da CNV registrou a repressão aos homossexuais que atingia o serviço público na época. As questões da terra e dos povos indígenas eram pontos neurálgicos para a ditadura militar, tanto pela expansão da fronteira agrícola, como pela afirmação do domínio territorial da Amazônia pelas Forças Armadas. O Relatório registra o extermínio de povos indígenas os assassinatos de missionários, entre eles o genocídio perpetrado contra o povo Waimiri-Atroari, decorrente do processo de construção da rodovia BR-174, que interliga os estados brasileiros de Roraima e Amazonas à Venezuela. No período abrangido pelas investigações da CNV, os agentes do Estado reprimiram, com violência, camponeses que se uniram por reforma agrária e todas às manifestações contra a exploração de fazendeiros, ou efetuada pelos grandes latifúndios empresariais ou familiares. Foram os casos da repressão à Guerrilha de Porecatu (1950-1957); ao conflito de Trombas e Formoso (1959); às Ligas Camponesas (criadas em 1940), em especial no Nordeste, com a prisão e assassinatos de trabalhadores rurais, juntamente com lideranças do Partido Comunista Brasileiro (PCB); a repressão do Exército aos camponeses que apoiaram direta ou indiretamente os guerrilheiros no Araguaia. No caso do Araguaia, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos foram praticados mesmo contra camponeses que desconheciam o projeto de guerrilha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

5. LA DICTADURA CAUSÓ VÍCTIMAS EN DIFERENTES LOS GRUPOS SOCIALES

El volumen 2 del Informe de la CNV está dedicado a las violaciones de derechos humanos producidas en distintos grupos sociales. El Informe recoge un total de 7.591 militares perseguidos (del Ejército, Marina, Aviación y Fuerzas Policiales) durante el periodo de 1964 a 1980. Los militares fueron detenidos por sus superiores, quedando incomunicados durante semanas y siendo sometidos a malos tratos y tortura. El primer día del golpe militar, las fuerzas de represión invadieron e incendiaron la sede de la Unión Nacional de los Estudiantes (UNE), ubicada en Río de Janeiro. El régimen militar abolió la representatividad de la UNE, y la entidad pasó a actuar en la ilegalidad. Las violaciones perpetradas por el régimen en las universidades brasileñas y en el medio educativo en general se caracterizaron por la intensa vigilancia de los agentes dentro de las universidades; por la destitución de profesores y funcionarios; la expulsión de estudiantes; las invasiones por parte de las fuerzas represivas de las universidades y la eliminación del sistema de líneas de investigación y cursos enteros. La prisión de gran parte de los líderes estudiantiles nacionales en el XXX Congreso de la Unión Nacional de los Estudiantes, realizado en octubre de 1968, contribuyó a que los órganos represivos identificaran a los líderes y a cerca de 800 estudiantes, suponiendo un duro golpe contra el movimiento estudiantil. Durante la dictadura se acentuó la represión contra las lesbianas, gays, bisexuales, travestis, transexuales y transgéneros, con violaciones de derechos en diversos campos y la represión específica de los órganos del Estado. El Informe de la CNV recogió la represión a los homosexuales que alcanzaba el servicio público de la época. Las cuestiones de la tierra y de los pueblos indígenas eran puntos neurálgicos para la dictadura militar, tanto por la expansión de la frontera agrícola, como por la afirmación del dominio territorial de la Amazonía por parte de las Fuerzas Armadas. El Informe recoge el asesinato de misioneros y el extermínio de pueblos indígenas, entre ellos el genocidio perpetrado contra el pueblo Waimiri-Atroair, resultado de la construcción de la autovía BR-174, que conecta los estados brasileños de Roraima y Amazonas con Venezuela. En el periodo abarcado por las investigaciones de la CNV, los agentes del Estado reprimieron con violencia a campesinos que se unieron para luchar por la reforma agraria y contra la explotación de los hacendados, o de los grandes latifundios empresariales o familiares. Fueron los casos de la represión de la Guerrilla de Porecatu (1950-1957); del conflicto de Trombas y Formoso (1959); de la represión a las Ligas Campesinas creadas en 1940 en especial en el Nordeste, con la prisión y asesinato de trabajadores rurales, junto a líderes del Partido Comunista Brasileño (PCB); la represión del Ejército a los campesinos que apoyaron directa o indirectamente a los guerrilleros de Araguaia. En el caso de Araguaia, se produjeron también prisiones arbitrarias, torturas y asesinatos incluso contra campesinos que ignoraban el proyecto de la guerrilla del Partido Comunista de Brasil (PCdoB).



União Nacional dos estudantes

Lançamento da Comissão da Verdade da União Nacional dos Estudantes (UNE), iniciativa do movimento estudantil para apurar casos de perseguições e de morte de jovens durante a ditadura. Participaram da mesa, à esquerda o conselheiro Claudio Fonteles, representante da UNE, o ex-ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi e Mateus Guimarães sobrinho do líder estudantil da Universidade de Brasília (UnB) e militante da Ação Popular (AP), Honestino Guimarães desaparecido em 1973. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 18 de janeiro de 2013. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Unión Nacional de los Estudiantes

Presentación de la Comisión de la Verdad de la Unión Nacional de los Estudiantes (UNE), iniciativa del movimiento estudiantil para investigar los casos de persecución y muerte de jóvenes durante la dictadura. Participan en la mesa, a la izquierda el consejero Claudio Fonteles, representante de la UNE, el ex ministro de Derechos Humanos, Paulo Vanucchi y Mateus Guimarães, sobrino del líder estudiantil de la Universidad de Brasilia (UnB) y militante de la Acción Popular (AP), Honestino Guimarães desaparecido en 1973.

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 18 de enero de 2013. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Índios Xavantes na CNV

Índios Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé, no Mato Grosso, entregam aos conselheiros José Carlos Dias e Maria Rita Kehl denúncia sobre a ocorrência de escravidão, remoção forçada, extermínio de aldeias, tortura e execuções.

Sede da CNV, Brasília, 23 de abril de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Indios Xavantes en la CNV

Indios Xavantes de la Tierra Indígena Marãiwatsédé, no Mato Grosso, entregan a los consejeros José Carlos Dias y Maria Rita Kehl la denuncia sobre los casos de esclavitud, traslados forzosos, exterminio de aldeas, tortura y ejecuciones.

Sede de la CNV, Brasilia, 23 de abril de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional



Aldeia indígena dos Wamiri-atroari

A conselheira Maria Rita Kehl na aldeia indígena dos Wamiri-atroari.
Amazônia, 06 de julho de 2013.
Acervo da CNV. Arquivo nacional.

Aldea indígena de los Wamir

La consejera Maria Rita Kehl en la aldea indígena de los Wamiri-atroari.
Amazonia, 06 de julio de 2013.
Fondo CNV. Archivo nacional.



Militar en la Audiencia

A CNV realizou diversas sessões públicas, em parceria com comissões da verdade estaduais, para ouvir testemunhos de militares vítimas da ditadura. A Ouvidoria da CNV durante os eventos recebia denúncias de vítimas de perseguição e de violações de direitos humanos. Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 18 de junho de 2013. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Militar na Ouvidoria

La CNV realizó diversas sesiones públicas, en colaboración con comisiones de la verdad estatales, para recoger testimonios de militares víctimas de la dictadura. La Audiencia de la CNV durante los eventos recibía denuncias de víctimas de persecución y de violaciones de derechos humanos. Comisión Estatal de la Verdad de Río de Janeiro, 18 de junio de 2013. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Elizabeth Teixeira

Elizabeth Teixeira, com 88 anos, ao lado da deputada federal Luisa Erundina e da conselheira Maria Rita Kehl. Viúva do líder camponês João Pedro Teixeira, assassinado a tiros em 02 de abril de 1962, personagem do documentário do cineasta Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*. Depois da morte do marido, com 11 filhos, assumiu a presidência da Liga dos Camponeses de Sapé, defendendo os direitos dos trabalhadores do campo da Zona da Mata paraibana.

Comissão Estadual da Verdade da Preservação da Memória da Paraíba, Sapé, 15 de julho de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Elizabeth Teixeira

Elizabeth Teixeira, con 88 años, junto a la diputada federal Luisa Erundina y la consejera Maria Rita Kehl. Viuda del líder campesino João Pedro Teixeira, asesinado a tiros el 02 de abril de 1962, protagonista del documental de cineasta Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*. Tras la muerte de su esposo, con 11 hijos, asumió la presidencia de la Liga de los Campesinos de Sapé, defendiendo los derechos de los trabajadores del campo de la Zona de la Mata paraibana.

Comisión Estatal de la Verdad de la Preservación de la Memoria de Paraíba, Sapé, 15 de julio de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Foto do vídeo do depoimento de Dom Waldyr Calheiros

Exibição do depoimento de dom Waldyr Calheiros, bispo emérito de Volta Redonda, região do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, que atuou na defesa dos direitos de trabalhadores e de agentes de pastoral presos durante a ditadura.

Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Foto del vídeo de la declaración del D. Waldyr Calheiros

Exhibición del testimonio del D. Waldyr Calheiros, obispo emérito de Volta Redonda, región del Valle de Paraíba, en Río de Janeiro, que trabajó en defensa de los derechos de los trabajadores y de agentes de la pastoral detenidos durante la dictadura.

Comisión Estatal de la Verdad de Río de Janeiro, 18 de septiembre de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Audiência Ditadura e homossexualidades

O conselheiro Paulo Sérgio Pinheiro e a Comissão da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”, em parceria com o Museu da Diversidade Sexual, debatem a repressão sofrida pela militância de pessoas de orientações sexuais minoritárias. Durante os anos de ditadura, com a presença do deputado estadual e presidente da Comissão de São Paulo, Adriano Diogo.

Memorial da Resistência, São Paulo, 29 de março de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Audiencia Dictadura y homosexualidad

El consejero Paulo Sérgio Pinheiro y la Comisión de la Verdad de São Paulo Rubens Paiva, en colaboración con el Museo de la Diversidad Sexual, debaten la represión sufrida por la militancia de personas de orientaciones sexuales minoritarias durante los años de dictadura, con la presencia del diputado estatal y presidente de la Comisión de São Paulo, Adriano Diogo.

Memorial de la Resistencia, São Paulo, 29 de marzo de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Audiência pública da CNV para ouvir indígenas

Audiência pública da CNV para ouvir indígenas de 7 etnias do Mato Grosso do Sul (guarani-ñandeva, guarani-kaiowá, terena, kadiwéu, kinikinau, ofaié-xavante e guató), quando foram apresentados nove casos de violação de direitos humanos contra indígenas, com o apoio de tradutores. A violência sistemática contra os índios no estado culminou na expulsão de seus territórios tradicionais. Para o procurador da República Marco Antonio Delfino, “é importante que nós entendamos este processo histórico, que ocasiona 60 suicídios ao ano. A violência sistêmica começou lá atrás, capitaneada pelo Estado brasileiro. Crimes foram cometidos, remoção de populações inteiras, para atender interesses particulares. Estamos resgatando o direito à verdade, à reparação e, principalmente, agindo para que isso não se repita”. Os depoimentos colhidos servirão como base para abertura de pedidos de indenização coletiva, ou outras ações compensatórias, em favor das comunidades indígenas. O evento foi uma realização conjunta da CNV, do Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul, do Ministério Público do Trabalho, da FUNAI e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

Dourados, 25 e 26 de abril de 2014, no cine-auditório da Universidade Federal da Grande Dourados.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Audiencia Pública de la CNV para oír a indígenas

Audiencia Pública de la CNV para oír a indígenas de 7 etnias de Mato Grosso do Sul (guarani-ñandeva, guarani-kaiowá, terena, kadiwéu, kinikinau, ofaié-xavante y guató), en la que se presentaron nueve casos de violación de derechos humanos contra indígenas, con el apoyo de traductores. La violencia sistemática contra los indios en el estado culminó con la expulsión de sus territorios tradicionales. Para el fiscal de la República Marco Antonio Delfino, “es importante que entendamos este proceso histórico, que provoca 60 suicidios al año. La violencia sistémica comenzó tiempo atrás, dirigida por el Estado brasileño. Se cometieron crímenes, se trasladó a poblaciones enteras, sólo para atender intereses particulares. Estamos rescatando el derecho a la verdad, a la reparación de los daños y, principalmente, actuando para que esto no se repita”. Los testimonios recogidos servirán como base para la apertura de peticiones de indemnización colectiva u otras acciones compensatorias, en favor de las comunidades indígenas. El evento fue realizado de manera conjunta por la CNV, el Ministerio Público Federal de MS, el Ministerio Público del Trabajo, la Funai, la Universidad Federal de Grande Dourados (UFGD), la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) y la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul.

Dourados, 25-26 abril, cine auditorio de la Universidad Federal de Grande Dourados.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Tomada de depoimentos de indígenas da etnia Terena

Tomada de depoimentos de indígenas da etnia Terena, a segunda maior etnia que habita o estado, na cidade de Aquidauna localizada a 150 km da capital, Campo Grande. Durante os relatos, os índios contaram os abusos sofridos como assassinatos, remoção forçada ou sob coação de suas terras tradicionais, perseguições, prisões ilegais, estupros, trabalhos forçados ou em condições de semiescravidão.

Aldeia Bananal, Mato Grosso do Sul, 17 de outubro de 2014.

Acervo CNV. Arquivo Nacional.

Recogida de testimonios de los indígenas de la etnia Teren

Recogida de testimonios de los indígenas de la etnia Terena, la segunda mayor etnia que habita el estado, en la ciudad de Aquidauna, localizada a 150 Km de la capital, Campo Grande. Durante los relatos, los indios contaron los abusos sufridos como asesinatos, traslados forzosos o por coacción de sus tierras tradicionales, persecuciones, prisiones ilegales, violaciones, trabajos forçados o en condiciones de semi-esclavitud.

Aldea Bananal, Mato Grosso do Sul, 17 de octubre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Manifestação pela memória das vítimas da repressão

Manifestação pela memória das vítimas da repressão, com a participação de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, destacado na foto por um círculo feito pelo agente de informação devido à sua intensa atuação em movimentos sociais.

Beberibe, Pernambuco, março de 1978.

Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Manifestación por la memoria de las víctimas de la represión

Manifestación por la memoria de las víctimas de la represión, con la participación de D. Hélder Câmara, arzobispo de Olinda y Recife, destacado en la foto con un círculo realizado por el agente de información debido a su intensa actuación en movimientos sociales.

Beberibe, Pernambuco, marzo de 1978.

Fondos del SIN. Archivo Nacional.



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu a CNV

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu a CNV, para dar seu depoimento sobre a perseguição e repressão sofridas durante a ditadura. Lula contou aos membros da CNV, Maria Rita Kehl e Paulo Sérgio Pinheiro, como foi lutar por melhores condições de trabalho nos anos 1970 e 1980, e deu detalhes sobre os 31 dias que passou na cadeia, sua relação com os militares, investigadores e carcereiros.

Instituto Lula. São Paulo, 08 de dezembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

El ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva recibió a la CNV

El ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva recibió a la CNV para prestar su testimonio sobre la persecución y represión sufridas durante la dictadura. Lula contó a los miembros de la CNV, Maria Rita Kehl y Paulo Sérgio Pinheiro, cómo fue luchar por mejores condiciones de trabajo en los años 1970-1980, y dio detalles sobre los 31 días que pasó en la cárcel, su relación con los militares, investigadores y carceleros.

Instituto Lula. São Paulo, 08 de diciembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

6.

Tortura e violência
sexual

6.

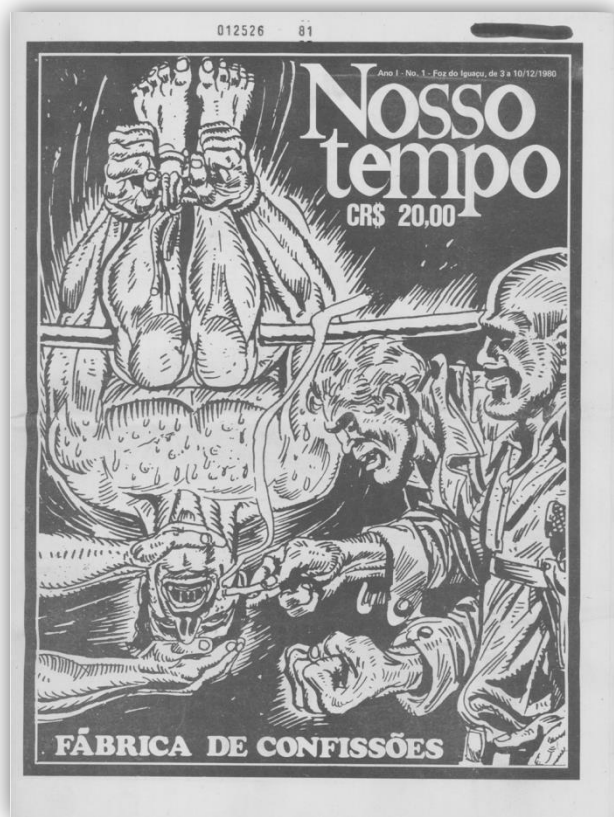
Tortura y violencia
sexual

6. TORTURA E VIOLÊNCIA SEXUAL

A Lei Federal nº 12.528/2011, ao definir a competência da CNV, apresentou uma lista de quatro graves violações de direitos humanos que deveriam receber tratamento especial em razão de sua gravidade: tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. A expressão graves violações de direitos humanos é utilizada para designar violação a direitos considerados inegociáveis, como o direito à vida e à integridade pessoal, não sendo passíveis de suspensão mesmo em situações excepcionais. O conceito tem se ampliado para indicar a transgressão a normas imperativas do direito internacional como aquelas referentes à proibição do genocídio, dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade. Além dessas graves violações, a CNV analisou, enquanto graves violações de direitos humanos, duas outras condutas: a prisão ilegal e arbitrária e a violência sexual. A violência sexual como método de tortura física e psicológica vitimou mulheres e homens durante a Ditadura Militar. O Relatório da CNV relata a crueldade dos métodos de tortura era intensificada contra mulheres, submetidas a estupros, desnudamento forçado, abortos provocados e separação e tortura dos filhos por parte de agentes do Estado brasileiro. Inserida na lógica da tortura e estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade, a violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar ocorreu rotineiramente desde os primeiros momentos da prisão. As mulheres, militantes ou não, incluindo religiosas, eram vistas pelos torturadores como merecedoras de violações, formados numa ótica sexista e homofóbica. A hoje presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à época liderança da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), contou em 2001, que ficou presa por três anos e abordou o fato de a tortura deixar cicatrizes que não são apenas físicas. Segundo Dilma Rousseff, “ Eu me lembro de chegar na Operação Bandeirante, presa, no início de 1970. Era aquele negócio meio terreno baldio, não tinha nem muro, direito. Eu entrei no pátio da Operação Bandeirante e começaram a gritar: “Mata!”, “Tira a roupa”, “Terrorista”, “Filha da puta”, “Deve ter matado gente”. Sobre essas sequelas da tortura sofrida, que acompanham os sobreviventes pelo resto de suas vidas, disse: “Acho que nenhum de nós consegue explicar a seqüela: a gente sempre vai ser diferente. (...) As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim”. Não obstante o regime militar negasse oficialmente o apoio à tortura, diversos fatores concorrem para demonstrar que essa prática fazia parte de uma política de repressão coordenada pelas Forças Armadas. A tortura, como enfatiza o relatório da Anistia Internacional de 1972, tornou-se um instrumento de poder e de preservação do governo. Algumas evidências do caráter sistemático da tortura serão apresentadas a seguir: a existência de um campo de conhecimento a embasá-la; a presença de médicos e enfermeiros nos centros de tortura; a repetição de fatos com as mesmas características; a burocratização do crime, com a destinação de estabelecimentos, recursos e pessoal próprios, com equipes para cumprir turnos na sua execução; e a adoção de estratégias de negação.

6. TORTURA Y VIOLENCIA SEXUAL

La Ley Federal nº 12.528/2011, al definir las competencias de la CNV, presentó una lista de cuatro importantes violaciones de derechos humanos que debían recibir un tratamiento especial debido a su gravedad: tortura, muerte, desaparición forzosa y ocultación de cadáver. La expresión “graves violaciones de derechos humanos” se utiliza para designar la violación de derechos considerados innegociables, como el derecho a la vida y a la integridad personal, no siendo posible su suspensión ni siquiera en situaciones excepcionales. El concepto se ha ampliado para incluir la transgresión de normas imperativas del derecho internacional como aquellas relativas a la prohibición del genocidio, de los crímenes de guerra y de los crímenes contra la humanidad. Además de esas graves violaciones, la CNV analizó otras dos conductas: la prisión ilegal y arbitraria y la violencia sexual. La violencia sexual como método de tortura física y psicológica afectó a hombres y mujeres durante la dictadura militar. El Informe de la CNV relata que la crueldad de los métodos de tortura era intensificada contra las mujeres sometidas a violaciones, desnudos forzados, abortos provocados y separación y tortura de sus hijos por parte de agentes del Estado brasileño. Incluida dentro de la lógica de la tortura y estructurada en la jerarquía de género y sexualidad, la violencia sexual descrita por los supervivientes de la dictadura se produjo rutinariamente desde los primeros momentos de la detención. Las mujeres, militantes o no, incluyendo religiosas, eran vistas por los torturadores, con una formación sexista y homofoba, como merecedoras de violaciones. La actual presidenta de Brasil, Dilma Rousseff, en la época líder de la Vanguardia Armada Revolucionaria Palmares (VAR-Palmares), contó en 2001, que estuvo en prisión durante tres años y abordó el hecho de que la tortura deja cicatrices no sólo físicas: “Yo recuerdo llegar presa en la Operación Bandeirante, a principios de 1970. Era aquel terreno medio baldío, no tenía ni muro. Entré en el patio de la Operación Bandeirante y comenzaron a gritar: ¡Mata! ¡Quítate la ropa!, ¡Terrorista!, ¡Hija de puta!, Debe haber matado a gente”. Sobre las secuelas de la tortura sufrida, que acompañan a los supervivientes durante el resto de sus vidas, dijo: “Creo que ninguno de nosotros consigue explicar la secuela: siempre vamos a ser diferentes (...) Las marcas de la tortura soy yo misma. Forman parte de mí”. A pesar de que el régimen militar negase oficialmente el apoyo a la tortura, diversos factores demuestran que esa práctica formaba parte de una política de represión coordinada por las Fuerzas Armadas. La tortura, como enfatiza el Informe de Amnistía Internacional de 1972, se convirtió en un instrumento de poder y de preservación del gobierno. Algunas evidencias del carácter sistemático de la tortura son las siguientes: la presencia de médicos y enfermeras en los centros de tortura; la repetición de hechos con las mismas características; la burocratización del crimen, con la designación de recursos, organización de centros y de instrumentos y el uso de personal propio, con equipos que cumplían turnos en su ejecución; y la adopción de estrategias de negación.



Jornal Nosso Tempo

Capa da primeira edição do jornal *Nosso Tempo*, apreendido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) em outubro de 1980. Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Periódico Nosso Tempo

Portada de la primera edición del periódico *Nosso Tempo*, requisado por el Servicio Nacional de Informaciones (SNI) en octubre de 1980. Fondos del SIN. Archivo Nacional.

Amélia Teles e Eleonora Menicucci

As ex-presas políticas Amélia Teles e Eleonora Menicucci, atual Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, ambas vítimas de tortura e de violência sexual. *“Numa dessas sessões, um torturador da Operação Bandeirantes que tinha o nome de Mangabeira ou Gaeta (...) eu amarrada na cadeira do dragão, ele se masturbando e jogando a porra em cima do meu corpo”,* conta Maria Amélia de Almeida Teles sobre a prisão em 1972. Eleonora Menicucci de Oliveira foi torturada na frente da filha de pouco menos de dois anos, que também era ameaçada. *“Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Lourival Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha”.* Amélia relatou também a tortura que ela e seus filhos menores sofreram na prisão: *“Eles usavam a maternidade contra nós, torturavam nossos filhos e diziam que iam matá-los”.*

Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, São Paulo, 26 de março de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Amélia Teles y Eleonora Menicucci

Las ex presas políticas Amélia Teles y Eleonora Menicucci, actual Ministra de la Secretaría de Políticas para Mujeres de la Presidencia de la República, ambas víctimas de tortura y de violencia sexual. *“En una de esas sesiones, un torturador de la Operación Bandeirantes que se llamaba Mangabeira o Gaeta (...) yo [estaba] atada en la silla del dragón, él masturbándose y corriéndose encima de mi cuerpo”,* cuenta Maria Amélia de Almeida Teles sobre su estancia prisión en 1972. Eleonora Menicucci de Oliveira fue torturada delante de su hija de casi dos años, que también era amenazada. *“Allí estaba mi hija de un año y diez meses, sólo con el pañal, con el frío que hacía. Ellos la pusieron delante de mí, gritando, llorando y amenazaban con pegarla. El torturador era Mangabeira (nombre en clave del escribiente de policía llamado Lourival Gaeta) y junto a él había una niña de tres años que él aseguraba que era su hija”.* Amélia relató también la tortura que tanto ella como sus hijos menores sufrieron en prisión: *“Ellos usaban la maternidad en nuestra contra, torturaban a nuestros hijos y decían que iban a matarlos”.*

Comisión Estatal de la Verdad Rubens Paiva, São Paulo, 26 de marzo de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Depoimento de Lucia Murat à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

A cineasta Lúcia Murat relatou as diversas modalidades de tortura a que foi submetida durante sua prisão no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro: *"Gritavam, me xingavam e me puseram de novo no pau de arara. Mais espancamento, mais choque, mais água. E dessa vez entraram as baratas. Puseram baratas passeando pelo meu corpo. Colocaram uma barata na minha vagina"*.

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, 28 de maio de 2013.

Acervo da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

Testimonio de Lucia Murat a la Comisión Estatal de la Verdad de Río de Janeiro

La cineasta Lúcia Murat relató las diversas modalidades de tortura a las que fue sometida durante su detención en el *Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna* (DOI-CODI) de Río de Janeiro: *"Gritaban, me insultaban y me ponían de nuevo en el 'pau de arara' . Más golpes, más choques eléctricos, más agua. Y entonces aparecieron las cucarachas. Hicieron que las cucarachas se pasearan por mi cuerpo. Metieron una cucaracha en mi vagina"*.

Asamblea Legislativa de Río de Janeiro, 28 de mayo de 2013.

Fondos de la Comisión Estatal de la Verdad de Río de Janeiro.



Dulce Pandolfi

A historiadora Dulce Chaves Pandolfi, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), relata os horrores que sofreu durante os mais de três meses que ficou detida no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), no Rio de Janeiro, “*fui submetida em diversos momentos a diversos tipos de tortura. Um simples como socos e pontapés. Outras mais grotescas como ter um jacaré andando sobre meu corpo nu. Recebi muito choque elétrico e fiquei muito tempo pendurada no chamado pau de arara. [...] servi de cobaia para uma aula de tortura. O professor, diante de seus alunos, fazia demonstrações com meu corpo*”.

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, 28 de maio de 2013.

Acervo da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

Dulce Pandolfi

La historiadora Dulce Chaves Pandolfi, ex militante de la Acción Libertadora Nacional (ALN), relata los horrores que sufrió durante los más de tres meses que permaneció detenida en el *Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna* (DOI-CODI), de Río de Janeiro: “*Fui sometida en diversos momentos a distintos tipos de tortura. Unas simples como puñetazos y puntapiés. Otras más grotescas como un caimán caminando sobre mi cuerpo desnudo. Recibí muchos electro choques y estuve mucho tiempo colgada del llamado ‘pau de arara’. (...) Serví de cobaya para una clase de tortura. El profesor, delante de los alumnos, hacía sus demostraciones con mi cuerpo*”.

Asamblea Legislativa de Río de Janeiro, 28 de mayo de 2013.

Fondos de la Comisión Estatal de la Verdad de Río de Janeiro.



Aparecido Laertes Calandra

Aparecido Laertes Calandra, conhecido pelos presos políticos como capitão Ubirajara, acusado de tortura e de outras graves violações de direitos humanos no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, nos anos de 1970. O deputado estadual Adriano Diogo, presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, denunciou: *“sua especialidade era a humilhação. Gostava especialmente de torturar mulheres. Ele torturou minha mulher”*.

Auditório do Banco do Brasil. São Paulo, 12 de agosto de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Aparecido Laertes Calandra

Aparecido Laertes Calandra, conocido por los presos políticos como capitán Ubirajara, acusado de tortura y de otras graves violaciones de derechos humanos en el *Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna* (DOI-CODI) de São Paulo, en los años 1970. El diputado estatal Adriano Diogo, presidente de la Comisión Estatal de la Verdad Rubens Paiva, denunció: *“su especialidad era la humillación. Le gustaba especialmente torturar a mujeres. Él torturó a mi mujer”*.

Auditório del Banco de Brasil. São Paulo, 12 de agosto de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Inês Etienne Romeu

Inês Etienne Romeu foi a única sobrevivente da Casa da Morte, local clandestino de tortura e extermínio do CIE, o serviço secreto do Exército, localizado em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Inês Etienne Romeu, dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi presa pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, em São Paulo, no dia 05 de maio de 1971, sendo levada à Casa da Morte, onde viveu 96 dias de cárcere privado, sendo submetida a tortura e estupro. Em 11 agosto de 1971, Inês foi libertada e no dia seguinte internada em um hospital onde sua prisão foi "legalizada". No hospital começou a redigir sua denúncia, que somente seria entregue ao Conselho Federal da OAB no ano de 1979, após ter cumprido integralmente sua pena de oito anos de prisão, por ter participado do sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher. Em sua denúncia, Inês Etienne identificou seus torturadores e carcereiros, bem como vários militantes que passaram pela Casa da Morte, onde foram torturados, executados e tiveram seus corpos ocultados e que continuam até hoje desaparecidos. Inês Etienne ao lado de Sérgio Ferreira, que a ajudou a localizar e reconhecer em fevereiro 1981, a casa onde esteve presa, assim como seu proprietário Mario Ladders. Inês faleceu em 27 de abril de 2015. Auditório do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 25 de março de 2014. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Inês Etienne Romeu

Inês Etienne Romeu fue la única superviviente de la Casa de la Muerte, local clandestino de tortura y exterminio del CIE, el servicio secreto del Ejército, ubicado en Petrópolis, Río de Janeiro. Inês Etienne Romeu, dirigente de la *Vanguardia Popular Revolucionária (VPR)* fue detenida por el delegado Sérgio Paranhos Fleury en São Paulo, el día 05 de mayo de 1971, y llevada a la Casa de la Muerte donde vivió 96 días privada de libertad y sometida a tortura y violaciones. El 11 de agosto de 1971, Inês fue puesta en libertad y al día siguiente internada en un hospital donde su prisión fue "legalizada". En el hospital empezó a redactar su denuncia que solamente fue entregada al Consejo Federal de la OAB en 1979, después de haber cumplido íntegramente la pena de ocho años de prisión por haber participado en el secuestro del embajador suizo, Giovanni Enrico Bucher. En su denuncia Inês Etienne identificó a sus torturadores y carceleros, así como a varios militantes que pasaron por la Casa de la Muerte, donde fueron torturados y ejecutados. Sus cuerpos fueron ocultados, continuando hasta hoy desaparecidos. Inês Etienne al lado de Sérgio Ferreira, que la ayudó a localizar y reconocer en febrero de 1981 la casa donde estuvo presa, así como a su propietario Mario Ladders. Inês falleció el 27 de abril de 2015.

Auditório del Archivo Nacional, Río de Janeiro, 24 de marzo de 2014. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Nelson da Silva Machado Guimarães

Juiz-auditor aposentado da Justiça Militar Federal de São Paulo, Nelson da Silva Machado Guimarães, admite tortura e prisões ilegais na ditadura. Salão Nobre do Arquivo Nacional, 31 de julho de 2014.

Nelson da Silva Machado Guimarães

Juez auditor jubilado de la Justicia Militar Federal de São Paulo, Nelson da Silva Machado Guimarães, admite la práctica de la tortura y prisiones ilegales en la dictadura. Salón Noble el Archivo Nacional, 31 de julio de 2014.



Danilo Carneiro

Sobrevivente da Guerrilha do Araguaia, Danilo Carneiro, foi capturado pelos militares e submetido à tortura em Belém e em Brasília. Com lesões em diversos órgãos, realizou mais de 30 cirurgias para minimizar as sequelas decorrentes das violências que sofreu. Atualmente integra o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. Brasília, 12 de agosto de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Danilo Carneiro

Superviviente de la Guerrilla de Araguaia, Danilo Carneiro fue capturado por los militares y sometido a tortura en Belém y en Brasília. Con lesiones en diversos órganos, ha sufrido más de 30 operaciones quirúrgicas para intentar minimizar las secuelas de los abusos que padeció. Actualmente integra el Grupo Tortura Nunca Más, de Río de Janeiro.

Brasília, 12 de agosto de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Testemunho do médico Luiz Tenório

Testemunho do médico Luiz Tenório, torturado por uma equipe do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro e que recebeu assistência em 1972 do médico militar Ricardo Agnese Fayad, seu colega de universidade. A função de Fayad no DOI-CODI e na Polícia do Exército, segundo ele e outros presos políticos, era verificar se a tortura poderia prosseguir. Ele foi liberado por Fayad para voltar às mãos dos torturadores.

Salão Nobre do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Testimonio del médico Luiz Tenório

Testimonio del médico Luiz Tenório, torturado por un equipo del Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de Río de Janeiro y que recibió asistencia en 1972 del médico militar Ricardo Agnese Fayad, su compañero de universidad. La función de Fayad en el DOI-CODI y en la Policía del Ejército, según él y otros presos políticos, era verificar si la tortura podía continuar. Fayad dio su visto bueno para que volviera a las manos de los torturadores.

Salón Noble del Archivo Nacional. Río de Janeiro, 08 de septiembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Médico Ricardo Fayad

Convocado pela CNV, o general reformado do Exército, o médico Ricardo Fayad, general reformado do Exército, compareceu, mas negou-se a prestar esclarecimentos, não respondendo a nenhuma pergunta dos conselheiros. A CNV identificou a ação de médicos nos locais de tortura cuja função era monitorar as condições de resistência do preso.

Salão Nobre do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Médico Ricardo Fayad

Convocado por la CNV, el médico Ricardo Fayad, general reformado del Ejército, compadeció, pero se negó a prestar declaración, no respondiendo a ninguna pregunta de los consejeros. La CNV identificó la acción de médicos en los lugares de tortura cuya función era comprobar la resistencia de los presos.

Salón Noble del Archivo Nacional. Río de Janeiro, 08 de septiembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Jornalista Pinheiro Salles

O jornalista Pinheiro Salles relata os horrores vividos na ditadura: *“Durante cerca de dois anos, os primeiros dos quase nove anos em que estive preso, eu fui torturado, praticamente todos os dias, em diferentes presídios, primeiro do Rio Grande do Sul e depois em São Paulo. Fui submetido a todos os tipos mais cruéis de tortura. Eles, os torturadores, eram de uma criatividade enorme. Criavam mil formas de nos torturar. Só não me colocaram na cadeira-de-dragão, e não sei por que. Eles gostavam muito de me colocar era no ‘pau-de-arara’, pelado. Nos quatro primeiros meses, fiquei completamente nu e sem tomar banho. Fiquei tão machucado que já não andava mais. Era mantido num cubículo sem janela, sem cama ou colchão, cheio de ratos e com apenas um buraco no canto para eu defecar. Não conseguia sequer andar ou ficar de pé. Dois soldados me arrastavam pelos corredores do presídio, puxando pelas pernas, com o corpo no chão, para me levar à sala de torturas, onde davam continuidade às sessões de espancamentos e choques elétricos nas orelhas, na língua, no pênis e no ânus - ou nos dois ao mesmo tempo, com o ânus entupido com uma bucha de Bom-Brill”* [marca de palha de aço].

Sede da CNV. Brasília, 24 de setembro de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

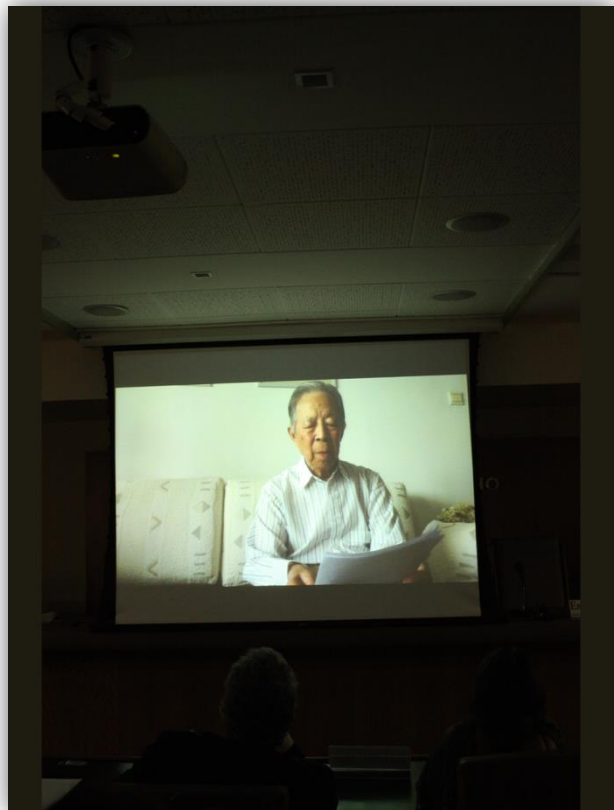


Periodista Pinheiro Salles

El periodista Pinheiro Salles relata los horrores vividos en la dictadura: *“Durante cerca de dos años, los primeros de los casi nueve que estuve preso, fui torturado prácticamente todos los días, en diferentes presidios de Rio Grande do Sul y después en São Paulo. Fui sometido a los tipos más crueles de tortura. Ellos, los torturadores, tenían una creatividad enorme. Ideaban mil formas de torturarnos. Solo me libré de la silla del dragón, no sé por qué. Les gustaba mucho ponerme en el ‘pau de arara’, en cueros. Los cuatro primeros meses estuve totalmente desnudo y sin bañarme. Acabé tan destrozado que ya ni caminaba. Era mantenido en un cubículo sin ventana, sin cama o colchón, lleno de ratas y con apenas un agujero en una esquina para poder defecar. No conseguía siquiera andar o ponerme de pie. Dos soldados me arrastraban por los pasillos del presidio tirando de mis piernas, con el cuerpo en el suelo, para llevarme a la sala de torturas, donde daban continuidad a las sesiones de golpes y choques eléctricos en las orejas, en la lengua, en el pene y en el ano, o en los dos al mismo tiempo, con el ano taponado con un estropajo de Bom-Brill”* [marca de estropajo de acero, similar al Nanas español].

Sede de la CNV. Brasília, 24 de septiembre de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Depoimento em vídeo de Ju Qingdong

Depoimento em vídeo de Ju Qingdong, 84 anos, um dos presos, do chamado “caso dos nove chineses”, como ficou conhecida a prisão, tortura e expulsão dos cidadãos chineses no Rio de Janeiro, em 03 de abril de 1964, da audiência da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro em parceria com a CNV. Em 22 de setembro de 1964, os chineses foram condenados a dez anos de prisão e expulsos do território brasileiro no ano seguinte, acusados falsamente de estarem no país para conspirarem contra o regime recém-instalado. Até hoje estão impedidos de entrar no país. Na verdade, eles eram funcionários do governo da República Popular da China e chegaram ao Brasil entre 1961 e 1964. O grupo veio ao Brasil em virtude das negociações bilaterais iniciadas no governo do então presidente Jânio Quadros.

Auditório da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro (CAARJ), Rio, 26 de setembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Testimonio en vídeo prestado por Ju Qingdong

Testimonio en vídeo prestado a la audiencia de la Comisión de la Verdad de Río de Janeiro, en colaboración con la CNV, por Ju Qingdong, 84 años, uno de los presos del llamado “caso de los nueve chinos”, como quedó conocida la prisión, tortura y expulsión de los ciudadanos chinos en Río de Janeiro, el 03 de abril de 1964. El 22 de septiembre de 1964, los chinos fueron condenados a diez años de prisión y expulsados del territorio brasileño al año siguiente, acusados falsamente de estar en el país para conspirar contra el régimen recién establecido. Hasta hoy tienen prohibido entrar en el país. En realidad, eran funcionarios del gobierno de la República Popular China y llegaron a Brasil entre 1961 y 1964, en virtud de las negociaciones bilaterales iniciadas durante el gobierno del entonces presidente Jânio Quadros.

Auditorio de la Caja de Asistencia de los Abogados del Estado de Río de Janeiro (CAARJ), Río, 26 de septiembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Gilse Cosenza

Gilse Cosenza identifica sala como sendo o lugar onde esteve presa em agosto de 1969, durante a diligência da CNV ao antigo 12º Regimento de Infantaria (hoje 12º Batalhão de Infantaria). Apesar de não ter sido torturada no local, Gilse prestou depoimentos e foi coagida a entregar seus companheiros de militância. Diante de sua negativa, ela foi levada por três militares, que a torturam e a violentaram em um posto policial de beira de estrada.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Gilse Cosenza

Gilse Cosenza, identifica una sala como el lugar el que estuvo detenida en agosto de 1969, durante la diligencia de la CNV al antiguo 12º Regimiento de Infantería (hoy 12º Batallón de Infantería). A pesar de no haber sido torturada en ese lugar, Gilse prestó declaración y fue presionada para entregar a sus compañeros de militancia. Ante su negativa, fue trasladada por tres militares, que la torturaron y la violaron en un puesto policial a lado de la carretera.

Belo Horizonte, 30 de septiembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

7.
Execuções e mortes
decorrentes de
tortura

7.
Ejecuciones y muertes
resultado de la
tortura

7. EXECUÇÕES E MORTES DECORRENTES DE TORURA

No Brasil, de 1946 a 1988, foram registradas 191 mortes por execução sumária ou decorrentes de tortura, perpetradas por agentes a serviço do Estado. Para ocultar as reais circunstâncias desses assassinatos, os órgãos de segurança montaram encenações de falsos tiroteios, suicídios simulados ou acidentes. Alguns corpos foram entregues às famílias para seu sepultamento civil em caixão lacrado, para esconder as marcas de sevícias. Durante a ditadura militar, presos e familiares desafiaram a recusa do governo em admitir a prática de graves violações de direitos humanos. Os trabalhos de investigação da CNV foram beneficiados por todo esse legado de denúncias, divulgadas ao longo dos 48 anos que separam o golpe militar e o início dos trabalhos da CNV. Assim, foi que em 1975, ocorreu a primeira denúncia tornada pública, de 35 presos políticos sobre torturas e torturadores, que chegou à esfera do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O documento apresentou nomes e codinomes de 233 torturadores do regime militar no país, descreveu também os principais métodos e instrumentos de tortura que eram empregados pelos órgãos de repressão e as condições carcerárias. O primeiro nome da lista de torturadores é o do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, entre 1970 e 1974. Na década de 1980, foi organizada a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que entregou à Comissão Mista sobre a Anistia, instalada no Congresso Nacional, um dossiê contendo os relatos dos casos dos mortos e desaparecidos. Em 15 de julho de 1985, apenas quatro meses após o fim da ditadura militar, foi publicado o livro, *o Projeto Brasil: Nunca Mais*, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e do Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, que revelou centenas de relatos de presos, contidos nos processos que chegaram à esfera do Superior Tribunal Militar. Denúncias feitas em juízo, com nomes de torturadores, de centros de sevícias, de presos políticos assassinados, de desaparecidos, formaram um conjunto incontestável de testemunhos que mostraram, pela primeira vez, a face cruel da repressão. Anos mais tarde, em 1995, foi publicado o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, onde estão registradas 358 mortes ocorridas durante o regime militar. Em 2007, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República publicou o livro *Direito à Memória e à Verdade*. Seria impossível aqui enumerar todas as denúncias sobre as graves violações cometidas que chegaram ao conhecimento da imprensa nacional e no exterior, às entidades de internacionais direitos humanos e às instâncias governamentais. Frente a todas essas denúncias, o Estado ditatorial adotou a sistemática política de negação de informações sobre o paradeiro dos desaparecidos, sobre as mortes ocorridas sob custódia dos órgãos estatais, e pela prática de tortura nos presos políticos.

7. EJECUCIONES Y MUERTES RESULTADO DE LA TORTURA

En Brasil, de 1946 a 1988, se registraron 191 muertes por ejecución sumaria o resultado de la tortura, cometidas por agentes al servicio del Estado. Para ocultar las circunstancias reales de esos asesinatos, los órganos de seguridad montaron escenificaciones de falsos tiroteos, suicídios simulados o accidentes. Algunos cuerpos (pocos) fueron entregados a las familias para su sepultura civil en un ataúd lacrado, a fin de ocultar las marcas de los abusos. Durante la dictadura militar, presos y familiares desafiaron la negativa del gobierno a admitir la práctica de graves violaciones de derechos humanos. Los trabajos de investigación de la CNV se vieron beneficiados por todo ese legado de denuncias, divulgadas a lo largo de los 48 años que separan el golpe militar del inicio de los trabajos de la CNV. Así, en 1975 se produjo la primera denuncia pública, de 35 presos políticos sobre torturas y torturadores, que llegó al Consejo Federal de la Orden de los Abogados de Brasil. El documento presentó nombres y apodos de 233 torturadores del régimen militar, describió también los principales métodos e instrumentos de tortura empleados por los órganos de represión y las condiciones carcelarias. El primer nombre de la lista de torturadores es el del coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que dirigió el Destacamento de Operaciones de Informaciones del Centro de Operaciones de Defensa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, entre 1970 y 1974. Ya en la década de 1980, se organizó la Comisión de Familiares de Muertos y Desaparecidos Políticos, que entregó a la Comisión Mixta sobre Amnistía establecida en el Congreso Nacional, un dossier con los relatos de los casos de muertos y desaparecidos. El 15 de julio de 1985, apenas cuatro meses después del fin de la dictadura, se publicó el libro *Proyecto Brasil: Nunca Más*, coordinado por el reverendo Jaime Wright y el arzobispo de São Paulo, D. Evaristo Arns, que reveló centenares de relatos de presos, contenidos en los procesos que llegaron hasta el Superior Tribunal Militar. Denuncias hechas en el juicio, con nombres de torturadores, centros de abusos, presos políticos asesinados y desaparecidos formaron un conjunto incontestable de testimonios que mostraron, por primera vez, la cara más cruel de la represión. Años más tarde, en 1995, se publicó el *Dossier de los Muertos y Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, donde están registradas 358 muertes ocurridas durante el régimen militar. En 2007, la Comisión Especial de Muertos y Desaparecidos Políticos de la Secretaría de Especial de Derechos Humanos de la Presidencia de la República publicó el libro *Derecho a la Memoria y a la Verdad*. Sería imposible enumerar aquí todas las denuncias de graves violaciones que llegaron al conocimiento de la prensa nacional e internacional, a las entidades internacionales de derechos humanos e, incluso, a las instancias gubernamentales, en especial al Ministerio de Justicia. Frente a todas esas denuncias, el Estado dictatorial adoptó la sistemática política de negación de informaciones sobre el paradero de los desaparecidos, las muertes producidas bajo custodia de los órganos estatales y por la práctica de tortura.

Chael Charles Schreier

Foto de Chael Charles Schreier, do acervo do DOPS do Rio de Janeiro. Chael, natural de São Paulo, dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), estudante de Medicina até entrar na clandestinidade no final do ano de 1968. Foi preso por agentes da repressão, no dia 21 de novembro de 1969, no Rio de Janeiro, na casa onde também residia Maria Auxiliadora Lara Barcelos e Antônio Roberto Espinosa, também integrantes da VAR-Palmares. Os três foram levados para o Batalhão da Polícia do Exército da Vila Militar, onde Chael morreu no dia seguinte, decorrente da tortura, aos 23 anos de idade. Seu caso de morte decorrente de tortura teve enorme repercussão no Brasil ao ser noticiado pela revista *Veja*, que conseguiu driblar a rigorosa censura de imprensa vigente na época. O caso também foi publicado em veículos internacionais como o *New York Times*, *Le Monde* e *The Times*. Depoimento de Antônio Roberto Espinosa à CNV, ele próprio sobrevivente à tortura na Vila Militar, relatou “*que enquanto o declarante sofria choques ouvia gritos de Chael, até que às 2 horas da tarde cessaram os gritos de Chael; que Chael havia sido assassinado pelo Cap. José Juiz, Cap. Lauria...*”.

Fotografia cedida pela cineasta Anita Leandro ao acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Chael Charles Schreier

Foto de Chael Charles Schreier, de los fondos del DOPS de Río de Janeiro. Chael, natural de São Paulo, dirigente de la Vanguardia Popular Revolucionaria Palmares (VAR-Palmares), estudiante de Medicina hasta entrar en la clandestinidad a finales de 1968. Fue detenido por agentes de la represión el 21 de noviembre de 1969 en Río de Janeiro, en la casa donde también residía Maria Auxiliadora Lara Barcelos y Antônio Roberto Espinosa, integrantes de la VAR-Palmares. Los tres fueron conducidos al Batallón de la Policía del Ejército de la Villa Militar, donde Chael murió al día siguiente, como consecuencia de la tortura, a los 23 años de edad. Su caso tuvo enorme repercusión en Brasil al ser publicado por la revista *Veja*, que consiguió esquivar la rigurosa censura de prensa vigente en la época. El caso también fue publicado por medios internacionales como el *New York Times*, *Le Monde* y *The Times*. Testimonio de Antônio Roberto Espinosa a la CNV, él mismo superviviente de la tortura en la Villa Militar que relató “*que mientras el declarante sufría choques eléctricos oía los gritos de Chael, hasta que a las dos de la tarde cesaron. Que Chael había sido asesinado por el Cap. José Juiz, Cap. Lauria...*”.

Fotografía cedida por la cineasta Anita Leandro a los fondos de la CNV. Archivo Nacional.

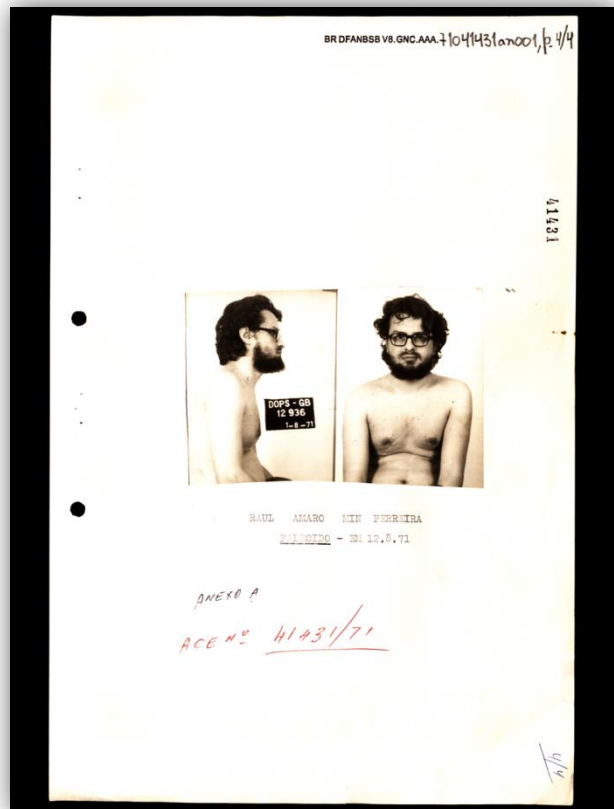


Celso Lauria

Celso Lauria, coronel do Exército, teve participação em casos de tortura e morte e foi quem assinou o relatório do Inquérito Policial Militar sobre a morte de Chael. Lauria, contra todas as provas a ele apresentadas durante audiência da CNV, insistiu na tese de que Chael teria sido morto em confronto com as forças de repressão.

Celso Lauria

Celso Lauria, coronel del Ejército, participó en los casos de tortura y muerte y fue quien firmó el informe de la Investigación Policial Militar sobre la muerte de Chael. Lauria, a pesar de todas las pruebas que se presentaron ante él durante la audiencia de la CNV, insistió en la tesis de que Chael había muerto en un enfrentamiento con las fuerzas de represión.



Raul Amaro Min

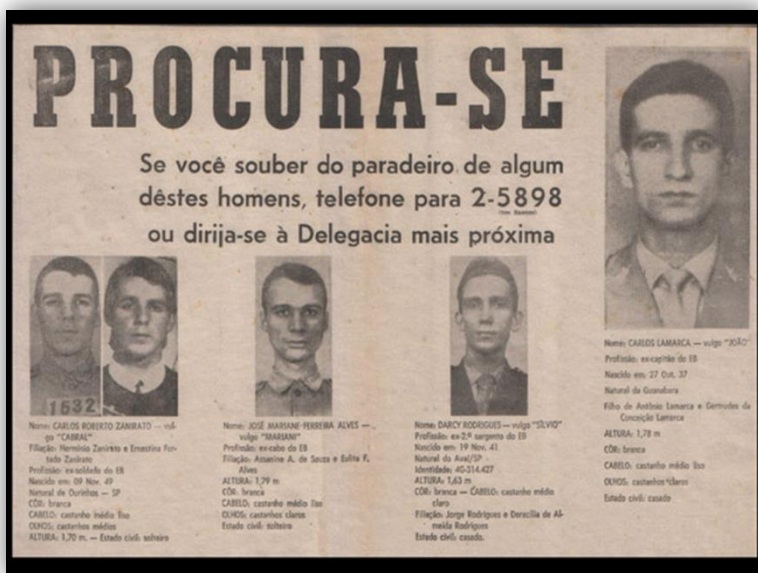
Fotografia identificada no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) que comprova que o engenheiro Raul Amaro Min apresentava boas condições físicas ao dar entrada no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Rio de Janeiro, em 1º de agosto de 1971. Raul foi submetido interrogatório sob tortura no DOPS, segundo atestam duas testemunhas. Entregue aos militares do DOI-CODI, continuou sendo torturado, até ser levado para o Hospital Central do Exército (HCE), no dia 4 de agosto. Documentos localizados pela família de Raul à CNV indicam que ele foi interrogado e sofreu tortura dentro do hospital, em 11 de agosto. Um dos documentos apresentava agentes do DOI-CODI para entrada no hospital, assinado pelo comandante-substituto à época do DOI, Antônio Nogueira Belham. E outros documentos, comprovaram que Raul apresentou novas lesões depois da entrada no HCE, indicando que a prática de tortura cometida pelos militares não conhecia limites. Raul não resistiu às sevícias sofridas e morreu aos 27 anos, nas dependências do HCE.

Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Raul Amaro Min

Fotografía localizada en los fondos del Servicio Nacional de Informaciones (SNI) que demuestra que el ingeniero Raul Amaro Min presentaba una buena condición física al llegar al Departamento de Orden Política y Social (DOPS) de Río de Janeiro, el 1 de agosto de 1971. Raul fue sometido a un interrogatorio bajo tortura en el DOPS, según sostienen dos testigos. Entregado a los militares del DOI-CODI, continuó siendo torturado hasta que fue llevado al Hospital Central del Ejército (HCE) el 4 de agosto. Los documentos localizados por la familia de Raul y entregados a la CNV, indican que fue interrogado y torturado dentro del hospital, el 11 de agosto. Uno de los documentos recogía la llegada de agentes del DOI-CODI al hospital, firmada por el comandante-sustituto en la época del DOI, Antônio Nogueira Belham. Y otros documentos demuestran que Raul presentó nuevas lesiones después de su ingreso en el HCE, lo que indica que la práctica de la tortura cometida por los militares no conocía límites. Raul no resistió el maltrato recibido y murió a los 27 años en las dependencias del HCM.

Fondos del SNI. Archivo Nacional.



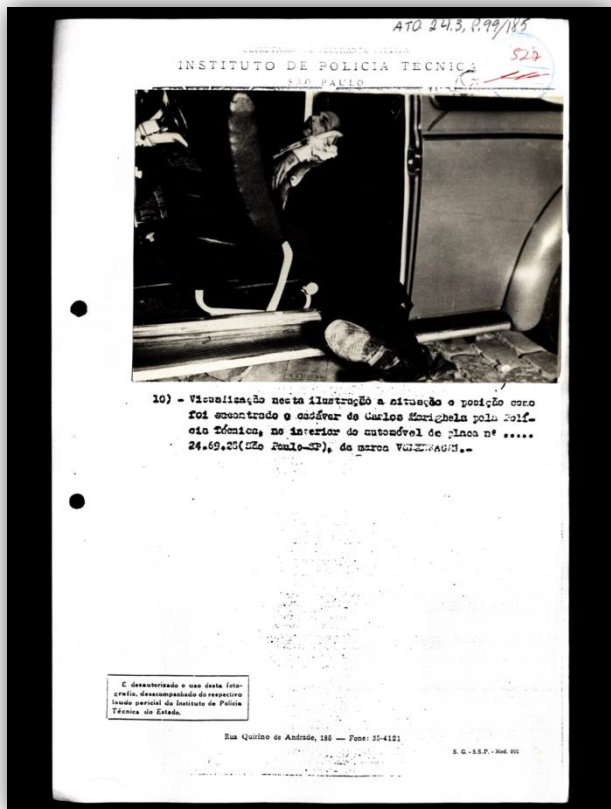
Carlos Lamarca

Cartaz que identifica, no canto direito, Carlos Lamarca, entre outros militantes procurados pela repressão. Lamarca, militar do Exército, se aproximou de grupos de oposição à ditadura após o golpe 1964. Em 24 de janeiro de 1969, abandonou o Exército e entrou na clandestinidade, após conseguir retirar 63 fuzis FAL da sua unidade de infantaria, tornando-se, junto com Carlos Marighella, os dois principais inimigos do regime ditatorial. Marighella foi morto em novembro de 1969 pelas forças de repressão e a intensa perseguição a Lamarca teve fim com sua execução em 17 de setembro de 1971, aos 33 anos, em Ipujiara, sertão da Bahia, durante a denominada Operação Pajussara, composta por militares das três Forças Militares e policiais civis e militares. Acervo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Arquivo Nacional.

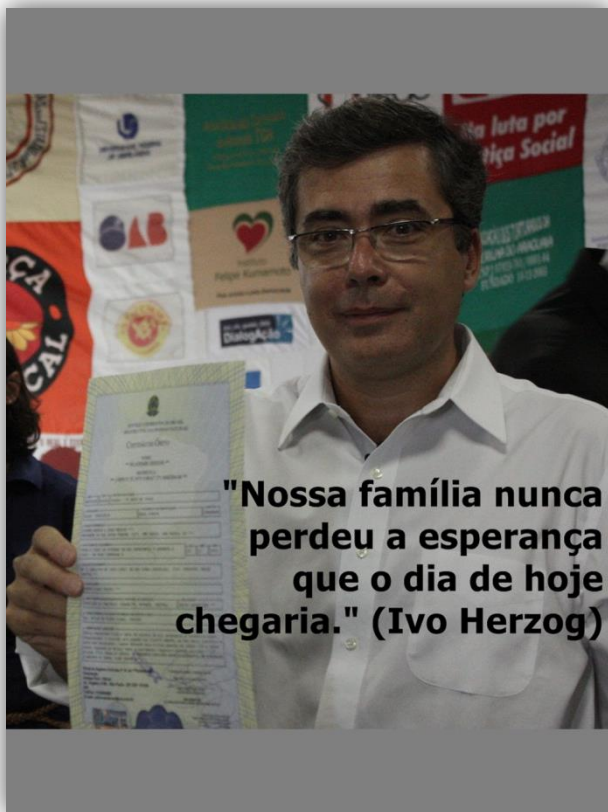
Carlos Lamarca

Cartel que identifica, en el lado derecho, a Carlos Lamarca, entre otros militantes buscados por la represión. Lamarca, militar del Ejército, se acercó a grupos de oposición a la dictadura después del golpe de 1964. El 24 de enero de 1969 abandonó el Ejército y entró en la clandestinidad, tras conseguir retirar 63 fusiles FAL de su unidad de infantería, convirtiéndose junto a Carlos Marighella, en el principal enemigo del régimen dictatorial. Marighella fue asesinado en noviembre de 1969 por las fuerzas de la represión y la intensa persecución a Lamarca finalizó con su ejecución el 17 de septiembre de 1971, a los 33 años, en Ipujiara, sertão de Bahía, durante la denominada Operación Pajussara, compuesta por efectivos de las tres Fuerzas Militares y policías civiles y militares. Fondos de la Comisión Especial sobre Muertos y Desaparecidos Políticos. Archivo Nacional.





Carlos Marighella



"Nossa família nunca perdeu a esperança que o dia de hoje chegaria." (Ivo Herzog)

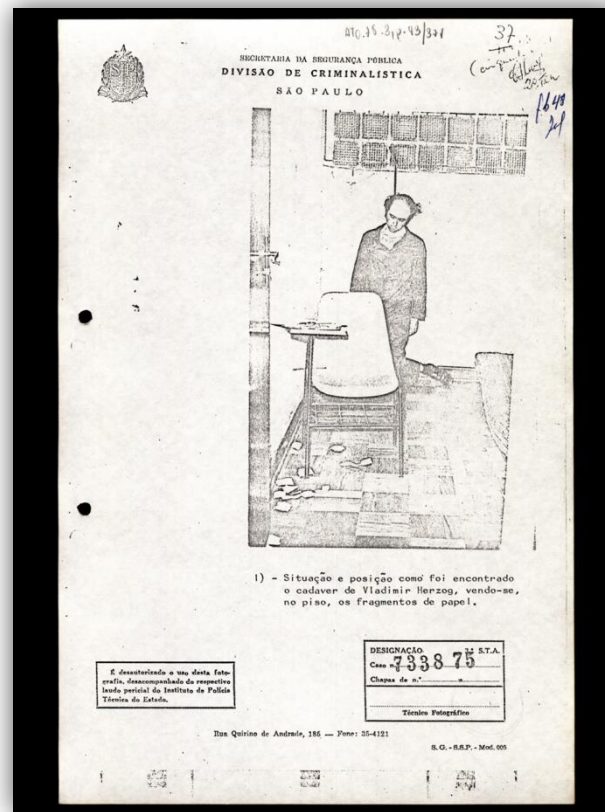
Ivo Herzog e Vladimir Herzog morto

Ivo Herzog recebeu da CNV o novo atestado de óbito de seu pai, Vladimir Herzog, assassinado aos 38 anos em 1975, que alterou a causa da morte de asfixia mecânica para *"lesões e maus tratos sofridos durante o interrogatório em dependência do 2º Exército (DOI-Codi)"*, pondo fim à farsa do suicídio do jornalista, montada pela ditadura após a sua morte. O laudo pericial da CNV atestou que existiam características no corpo de Vladimir Herzog indicando que a morte ocorreu por asfixia mecânica e que houve a simulação de um enforcamento, o qual foi levado a efeito, provavelmente, imediatamente após Vladimir Herzog ter sido estrangulado. Portanto, o *"diagnóstico diferencial para o evento é de homicídio por estrangulamento, com a montagem de um sistema de força e a colocação do corpo em suspensão incompleta de forma a simular um enforcamento"*.

Acervo CNV e acervo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Arquivo Nacional.

São Paulo, 25 de março de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



1) - Situação e posição como foi encontrado o cadáver de Vladimir Herzog, vendo-se, no piso, os fragmentos de papel.

E. Desenterrado a seu data, foto perfil, desacompanhado da respectiva laudo pericial do Instituto de Polícia Técnica do Estado.

DESIGNAÇÃO
733875
Casa de nº
Técnicos Fotográficos

Rua Quirino de Almeida, 185 — Fone: 35-4121

S.G. - S.A.P. - Mod. 005

Ivo Herzog y Vladimir Herzog muerto

Ivo Herzog recibió de la CNV el nuevo certificado de defunción de su padre, Vladimir Herzog, asesinado cuando tenía 38 años, en 1975, en el que se alteraba la causa de la muerte por asfixia mecánica para *"lesiones y malos tratos sufridos durante el interrogatorio en el 2º Ejército (DOI-CODI)"*, poniendo fin a la mentira del suicidio del periodista, montada por la dictadura después de su muerte. El informe pericial de la CNV certifica que existían características en el cuerpo de Vladimir Herzog indicando que la muerte ocurrió por asfixia mecánica y que hubo la simulación de un ahorcamiento, que efectivamente se realizó pero probablemente después de haber sido estrangulado. Por tanto, el *"diagnóstico diferencial para el evento es de homicidio por estrangulamiento, con el montaje de un sistema de fuerza y la colocación del cuerpo en suspensión incompleta de forma a simular un ahorcamiento"*.

Fondo CNV y fondo de la Comisión Especial sobre Muertos y Desaparecidos Políticos. Archivo Nacional.

São Paulo, 25 de marzo de 2013.

Fondo de la CNV. Archivo Nacional.

BNM digital

Mesa de homenagem a Dom Evaristo Arns no Lançamento do “Brasil: Nunca Mais Digital”, com o Cardeal Dom Odilo Scherer, Walter Altmann, pastor luterano e Frei Beto. O BNM Digital é o desdobramento de um projeto liderado, nos anos 80, pelo pastor presbiteriano Jaime Wright e pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns. 900 mil páginas de registros oficiais de abusos da ditadura militar estão na internet disponíveis para pesquisa. Os documentos, que datam das décadas de 70 e 80, foram copiados e contrabandeados para a sede do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em Genebra, Suíça, e para o Center for Research Libraries (CRL), em Chicago, Estados Unidos, entre o final da década de 70 e o início dos anos 80. A conselheira Rosa Maria Cardoso da Cunha, referiu-se ao BNM: “*O que vocês fizeram estabeleceu parâmetros para nosso trabalho*”, afirmou. “*Certamente, o ‘Brasil: Nunca Mais’ é o principal antecedente da Comissão Nacional da Verdade na busca da revelação da verdade sobre as graves violações de direitos humanos*”.

Sede da 3ª Região da Procuradoria Geral da República. São Paulo, 09 de agosto de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



BNM digital

Mesa de homenaje a D. Evaristo Arns en la presentación de “Brasil: Nunca Mais Digital”, con el Cardenal D. Odilo Scherer, Walter Altmann, pastor luterano y Fray Beto. El BNM Digital es el desdoblamiento de un proyecto liderado, en los años 80, por el pastor presbiteriano Jaime Wright y por el arzobispo D. Paulo Evaristo Arns. 900 mil páginas de registros oficiales de abusos de la dictadura militar están disponibles en internet para su investigación. Los documentos, que datan de las décadas de los 70 y 80, fueron copiados y llevados de contrabando a la sede del Consejo Mundial de Iglesias (CMI), en Ginebra, Suiza y al Center for Research Libraries (CRL) de Chicago, en Estados Unidos, entre el final de la década de los 70 y el inicio de los 80. La consejera Rosa Maria Cardoso Cunha, se refirió al BNM, diciendo: “*Lo que habéis hecho ha establecido los parámetros de nuestro trabajo. (...) ‘Ciertamente, ‘Brasil: Nunca Mais’ es el principal antecedente de la Comisión Nacional de la Verdad en la búsqueda de rebelar la verdad sobre las graves violaciones de derechos humanos*”.

Sede de la 3ª Región da la Fiscalía General de la República. São Paulo, 9 de agosto de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Audiência

Audiência conjunta realizada pela CNV e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva sobre as mortes de oito militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) em São Paulo. Análise pericial dos laudos e documentos produzidos por peritos da CNV sobre as mortes de dois deles, os irmãos Iuri Xavier Pereira e Alex de Paula Xavier Pereira integrantes da ALN, apontam que as lesões existentes eram incompatíveis com as lesões causadas por tiroteio com a polícia, versão oficial da ditadura de cinco dos casos relatados na audiência. O Relatório da CNV registra que do total de mortos identificados pela CNV, as principais causas falsas de morte são: 32% confrontos com arma de fogo; 17% suicídios, 15% mortes em manifestações, do total. Em menor medida, versões de mortes por acidentes e atropelamentos, correspondentes a 5% do total e aquelas classificadas como naturais, com índice de 5%. Diversas classificações de menor incidência relativa somam 14% do total e por fim, 12% dos casos não há registro de causa da morte.

Assembleia legislativa. São Paulo, 24 de fevereiro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Audiencia

Audiencia conjunta realizada por la CNV y la Comisión de la Verdad del Estado de São Paulo Rubens Paiva sobre la muerte de ocho militantes de Acción Libertadora Nacional (ALN) en São Paulo. El análisis pericial de los laudos y documentos elaborados por los peritos sobre la muerte de dos ellos, los hermanos Iuri Xavier Pereira y Alex de Paula Xavier Pereira integrantes de la ALN, apuntan que las lesiones existentes son incompatibles con las causadas por un tiroteo con la policía, versión oficial de la dictadura para cinco de los casos descritos en la Audiencia. El Informe de la CNV recoge que las principales causas falsas de muerte para el total de muertos identificados por la Comisión son: el 32% enfrentamientos con armas de fuego, el 17% suicidios y el 15% muertes en manifestaciones. En menor medida, aparecen también muertes por accidentes y atropellos, que corresponden al 5% del total y otras clasificadas como "naturales", también con una incidencia del 5%. Diversas causas menos mencionadas suman el 14% del total y, por último, en el 12% de los casos no hay registro de la causa de la muerte. Asamblea Legislativa de São Paulo, 24 de febrero de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Jornal Em Tempo

Jornal Em Tempo, de agosto de 1980.
Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Periódico Em Tempo

Periódico Em Tempo, de agosto 1980.
Fondos del SNI. Archivo Nacional.

Cerimônia "40 anos depois Alexandre vive!"

Cerimônia "40 anos depois Alexandre vive!" realizada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e por várias entidades de Direitos Humanos. E com a presença de conselheiros da CNV. Alexandre Vanucchi Leme, estudante de geologia da Universidade de São Paulo (USP) e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Vannucchi tinha 22 anos quando foi preso pelo DOI-CODI do II Exército, em 16 de março de 1973. Ex-presos testemunharam que Alexandre havia morrido no dia 17 decorrente da tortura. Os órgãos de repressão divulgaram, à época, duas versões da causa da morte do estudante: que teria sido atropelado por um caminhão e que ele teria se jogado contra o caminhão, em um ato suicida. Consta no atestado de óbito que Vannucchi morreu em decorrência de lesão traumática crânio-encefálica causada pelo suposto atropelamento. Em 08 de outubro de 2013, a CNV encaminhou documentação sobre o caso à Justiça solicitando a retificação da causa da morte do registro de óbito de Alexandre. O pedido foi deferido e houve a retificação para constar que a morte decorreu de lesões provocadas por tortura e maus tratos.

Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP), 14 de março de 2013.

Ceremonia "¡40 años después Alexandre vive!"

Ceremonia "¡40 años después Alexandre vive!" realizada por la Comisión de Amnistía del Ministerio de Justicia y por varias entidades de Derechos Humanos, con la presencia de consejeros de la CNV. Alexandre Vanucchi Leme, estudiante de geología de la Universidad de São Paulo (USP) y militante de Acción Libertadora Nacional (ALN) tenía 22 años cuando fue detenido por el DOI-COI del II Ejército, el 16 marzo de 1973. Algunos ex presos afirmaron que Alexandre había muerto el día 17 como resultado de la tortura. Los órganos de represión divulgaron en la época dos versiones de la causa de la muerte del estudiante: que había sido atropellado por un camión y que él mismo se había arrojado a la calzada, en un acto suicida. En el certificado de defunción consta que Vanucchi murió a causa de una lesión traumática cráneo-encefálica causada por un supuesto atropellamiento. El 8 de octubre de 2013, la CNV dirigió la documentación sobre el caso a la Justicia solicitando la rectificación de la causa de la muerte del registro de defunción de Alexandre. La petición fue aceptada y se rectificó el documento para que constara que la muerte se produjo a raíz de la tortura y malos tratos sufridos.

Instituto de Geociencias de la Universidad de São Paulo, 14 de marzo de 2013.



8.

Desaparecimentos
forçados

8.

Desapariciones
forzadas

8. DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

O desaparecimento forçado é considerado pelo Relatório da CNV um delito de natureza múltipla, autônoma e permanente, em sintonia com a jurisprudência da Corte Interamericana de Derechos Humanos, tendo em vista que os diferentes direitos violados não podem ser analisados separadamente. Assim, o Relatório da CNV afirma que o desaparecimento forçado não cessa enquanto não se conhecer o paradeiro da vítima e enquanto não se certificar de sua identidade. Não bastando, portanto, para a cessação da conduta, que a morte seja presumida por meio da emissão de certidão de óbito ou de algum reconhecimento oficial do Estado.

Em 4 de setembro de 1990, foi aberta a vala clandestina de Perus, localizada no cemitério Dom Bosco, na cidade de São Paulo, onde foram encontradas cerca de mil ossadas, entre indigentes, vítimas dos esquadrões da morte e presos políticos. Além da utilização de valas clandestinas, descobriu-se, igualmente, a prática do sepultamento de presos políticos assassinados, utilizando-se a identidade falsa que usavam na clandestinidade, conforme atestam os livros de registros dos cemitérios. Estas descobertas tiveram um importante papel em revelar a rede existente entre os órgãos de repressão, institutos de medicina legal e cemitérios, que resultou, também, na localização de sítios clandestinos de sepultamento de cadáveres sem identificação.

Seguindo essa linha de investigação, equipe de pesquisadores da CNV, em parceria com o Núcleo pericial, estabeleceu um promissor campo de pesquisa para localização de restos mortais de desaparecidos forçados sepultados na cidade do Rio de Janeiro, que consiste no cruzamento das fichas datiloscópicas existentes no Instituto de Identificação Félix Pacheco, com as fichas datiloscópicas de “desconhecidos, desconhecidas, homem, mulher” registrados nos livros de Entrada de Cadáveres do Instituto Médico Legal, em datas próximas ao desaparecimento de militantes.

8. DESAPARICIONES FORZOSAS

La desaparición forzosa es considerada en el Informe de la CNV un delito de naturaleza múltiple, autónoma y permanente, en sintonía con la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, teniendo en cuenta que los diferentes derechos violados no pueden ser analizados separadamente. Así, el Informe de la CNV afirma que la desaparición forzosa no acaba mientras no se conoce el paradero de la víctima y no se identifica su identidad, no bastando, por tanto, que se presuma la muerte de la misma mediante la emisión de un certificado de defunción o algún reconocimiento oficial del Estado.

El 4 de septiembre de 1990, se abrió la fosa clandestina de Perus, localizada en el Cementerio Dom Bosco, en la ciudad de São Paulo, donde se encontraron cerca de mil restos óseos entre indigentes víctimas de los escuadrones de la muerte y presos políticos. Además de la utilización de fosas clandestinas, se descubrió igualmente la práctica del enterramiento de presos políticos asesinados utilizando la identidad falsa que usaban en la clandestinidad, con forme demuestran los libros de registros de los cementerios. Estos descubrimientos desempeñaron un importante papel a la hora de revelar la red existente entre los órganos de represión, los institutos de medicina legal y los cementerios, y facilitó la localización de lugares clandestinos de enterramiento de cadáveres sin identificación.

Siguiendo esa línea de investigación, el equipo de la CNV, en colaboración con el Núcleo Pericial, estableció un prometedor campo de investigación para localizar restos mortales de desaparecidos forzosos sepultados en la ciudad de Río de Janeiro, que consiste en el cruce de las fichas dactiloscópicas existentes en el Instituto de Identificación Félix Pacheco, y las fichas dactiloscópicas de “desconocidos, desconocidas, hombre, mujer”, registrados en los libros de Entrada de Cadáveres del Instituto Médico Legal, en fechas próximas a la desaparición de los militantes.



Centro da cidade do Rio de Janeiro, 1979

Acervo do SNI. Arquivo Nacional.

Centro de la ciudad de Río de Janeiro, 1979.

Fondos del SNI. Archivo Nacional.

Paulo Stuart Wright

Em audiência pública em parceria com a Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina, sobre o caso Paulo Stuart Wright, o conselheiro da CNV José Carlos Dias recebe documentação localizada por Manoel Moraes, integrante da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara, em Pernambuco, e coordenador de pesquisa, sobre os casos de morte e desaparecimentos de militantes pernambucanos. Paulo Stuart era deputado federal, foi cassado em 1964 e tornou-se dirigente da Ação Popular Marxista Leninista (APML). Paulo Stuart foi sequestrado por agentes do DOI-CODI do II Exército em São Paulo, em setembro de 1973, e é hoje um dos 234 desaparecidos políticos reconhecidos pela CNV. O pastor Jaime Wright, que temia pela vida de seu irmão, solicitou a defesa do advogado José Carlos Dias, que impetrou *habeas corpus* em nome de Paulo Stuart Wright e, em nome de sua identidade falsa, Pedro João Tin, após obter confirmação de que Paulo fora visto na sala de identificação do DOI-CODI de São Paulo. Seu irmão, o pastor Jaime Wright que, posteriormente foi um dos responsáveis pela organização do projeto "Brasil: Nunca Mais", lutou durante toda a vida para localizar o irmão. À direita, Manoel Moraes membro da entrega de documentação sobre o desaparecimento de Paulo Stuart Wright. Assembleia Legislativa, Florianópolis, 04 de setembro de 2013. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Paulo Stuart Wright

En audiencia pública en colaboración con la Comisión Estatal de la Verdad de Santa Catarina, sobre el caso del Paulo Stuart Wright, el consejero de la CNV José Carlos Dias recibe documentación localizada por Manoel Moraes, integrante de la Comisión Estatal de la Memoria y Verdad D. Hélder Câmara, en Pernambuco, y coordinador de la investigación, sobre los casos de muerte y desapariciones de militantes pernambucanos. Paulo Stuart era diputado federal, fue destituido en 1964 y se convirtió en dirigente de la Acción Popular Marxista Leninista (APML). Fue secuestrado por agentes del DOI-COI del II Ejército en São Paulo, en septiembre de 1973, y es hoy uno de los 234 desaparecidos políticos reconocidos por la CNV. El pastor Jaime Wright, que temía por la vida de su hermano, solicitó la defensa del abogado José Carlos Dias, que interpuso *habeas corpus* en nombre de Paulo Stuart Wright y, en nombre de su identidad falsa, Pedro João Tin, después de obtener la confirmación de que Paulo había sido visto en la sala de identificación del DOI-COI de São Paulo. Su hermano, el pastor Jaime Wright, que posteriormente fue uno de los responsables de la organización de proyecto "Brasil: Nunca Más", luchó durante toda su vida para localizar a su hermano. A la derecha, Manoel Moraes durante la entrega del informe sobre la desaparición de Paulo Stuart Wright. Asamblea Legislativa, Florianópolis, 04 de septiembre de 2013. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Mário Alves

Mário Aves, natural do estado da Bahia, jornalista, foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, em 1968 foi fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Preso em 16 de janeiro de 1970, foi levado para o DOI-CODI no Rio de Janeiro, e segundo o testemunho de presos políticos, Mário Alves foi barbaramente torturado até a morte, ocorrida no dia seguinte à sua detenção, aos 46 anos. Entre suas sevícias, sofreu o empalamento com cassetete de madeira com estrias de ferro e teve o corpo escovado com arame. Seu corpo jamais foi encontrado.

Auditório da Caixa dos Advogados Aposentados do Rio. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2013.

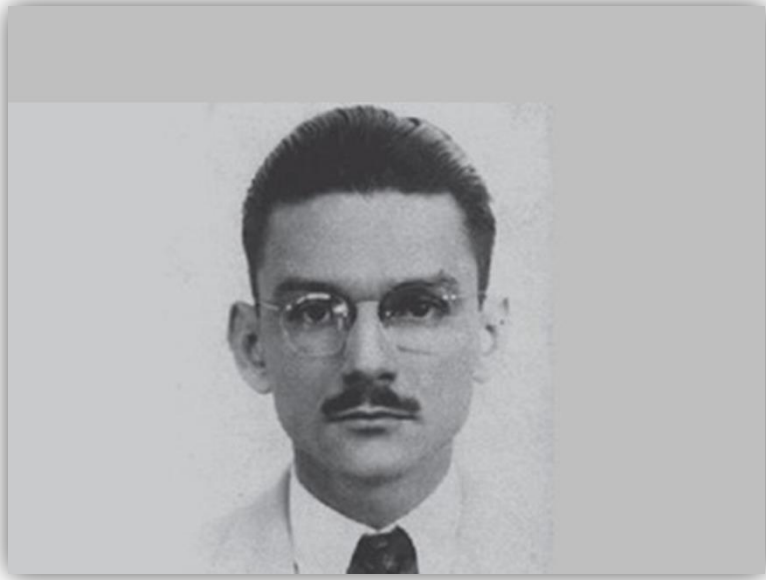
Acervo da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.

Mario Alves

Mário Alves, natural del Estado de Bahía, periodista, miembro del Partido Comunista Brasileño (PCB), fue el fundador en 1968 del Partido Comunista Brasileño Revolucionario (PCBR). Detenido el 16 de enero de 1970, Mário Alves fue conducido al DOI-CODI de Río de Janeiro y, según el testimonio de presos políticos, fue brutalmente torturado hasta la muerte, ocurrida al día siguiente de su detención, a los 46 años de edad. Entre los maltratos sufridos se encuentran el empalamiento con una porra de madera con estrías de hierro o ver su cuerpo frotado con alambre. Su cadáver jamás fue encontrado.

Auditorio de la Caja de los Abogados Jubilados de Río. Río de Janeiro, 2 de octubre de 2013.

Fondos de la Comisión de la Verdad de Río de Janeiro.





Dulene Garcez

Ex-tenente Dulene Garcez ,acusado da tortura e morte de Mário Alves. Compareceu à audiência pública da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, mas se limitou a “*nada declarar*”.

Auditório da Caixa dos Advogados Aposentados do Rio. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2013.

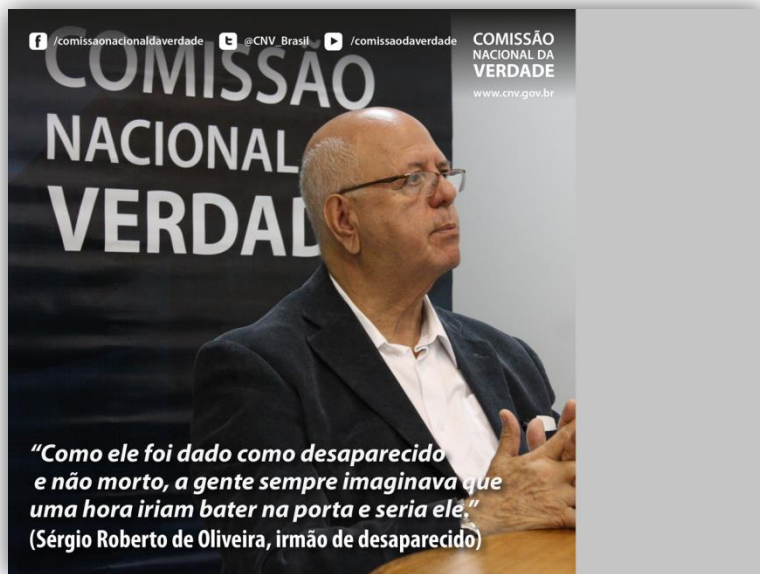
Acervo da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.

Dulene Garcez

Ex teniente Dulene Garcez, acusado de la tortura y muerte de Mário Alves. Compareció ante la audiencia pública de la Comisión de la Verdad de Río de Janeiro, pero se limitó a decir “*nada que declarar*”.

Auditorio de la Caja de los Abogados Jubilados de Río. Río de Janeiro, 02 de octubre de 2013.

Fondos de la Comisión de la Verdad de Río de Janeiro.



Sérgio Roberto de Oliveira

Há 45 anos, o advogado Sérgio Roberto de Oliveira, irmão de Celso Gilberto de Oliveira, desaparecido desde dezembro de 1970, espera descobrir o que aconteceu com seu irmão quando foi preso, aos 25 anos de idade, por agentes do CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica) e entregue ao DOI-CODI do I Exército, no Rio de Janeiro, por suposto envolvimento no sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. A CNV informou a Sérgio Roberto ter encontrado documento no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Arquivo Nacional, que confirma sua morte. O documento, datado de 04 de janeiro de 1971, afirma que Celso foi morto ao tentar fugir no curso de uma diligência realizada para localizar o cativo do embaixador. A CNV não acredita que a versão seja verossímil e que o mais provável é que Celso tenha sido torturado até a morte. Entretanto, o documento é o primeiro que confirma a morte dele.

Sede da CNV. Brasília, 17 de outubro de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Sérgio Roberto de Oliveira

Hace 45 años que el abogado Sérgio Roberto de Oliveira, hermano de Celso Gilberto de Oliveira, desaparecido desde diciembre de 1970, espera descubrir lo que sucedió con su hermano cuando fue detenido, a los 25 años, por agentes del CISA (el Servicio de Inteligencia de la Aviación) y entregado al DOI-CODI del I Ejército, en Río de Janeiro, por su supuesta implicación en el secuestro del embajador suizo Giovanni Enrico Bucher. La CNV informó a Sérgio Roberto que había encontrado un documento en los fondos del Servicio Nacional de Informaciones (SIN), en el Archivo Nacional, que confirma su muerte. El documento datado el 4 de enero de 1971, afirma que Celso murió al intentar huir en el transcurso de una diligencia realizada para localizar el lugar de cautiverio del embajador. La CNV no cree que la versión oficial sea verosímil, siendo lo más probable que Celso haya sido torturado hasta la muerte. Mientras tanto, el documento es el primer registro que confirma su muerte.

Sede de la CNV. Brasília, 17 de octubre de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Maria Beatriz Paiva Keller

Em cerimônia pública do Governo do Rio Grande do Sul, uma das filhas de Rubens Paiva, Maria Beatriz Paiva Keller, discursa no ato de entrega de documentos à CNV que estavam em poder do coronel Júlio Miguel Molinas Dias, ex-comandante do DOI-CODI do I Exército, assassinado em 1º de novembro de 2012. A documentação permitiu a elucidação da dinâmica da prisão, tortura e desaparecimento de Rubens Paiva. Palácio Piratini, Porto Alegre, 27 de novembro de 2012. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Maria Beatriz Paiva Keller

Durante una ceremonia pública del Gobierno de Río Grande do Sul, una de las hijas de Rubens Paiva, Maria Beatriz Paiva Keller, pronuncia un discurso en el acto de entrega a la CNV de los documentos que estaban en poder del coronel Júlio Miguel Molinas Dias, ex comandante del DOI-COI del I Ejército, asesinado el 1 de noviembre de 2012. La documentación permitió aclarar la dinámica de la prisión, tortura y desaparición de Rubens Paiva. Palacio Piratini, Porto Alegre, 27 de noviembre de 2012. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Caso Rubens Paiva. Audiência

Os conselheiros Rosa Cardoso, Pedro Dallari e o secretário-executivo da CNV, André Saboia, apresentam o Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a morte e desaparecimento de Rubens Beyrodt Paiva. Rubens Paiva, deputado federal, foi cassado no primeiro Ato Institucional publicado em 09 de abril de 1964. Em 20 de janeiro de 1971, foi detido ilegalmente em sua residência por militares do CISA, na presença de sua família e levado, em seu próprio carro, para ser interrogado no quartel da 3ª Zona Aérea, no centro do Rio de Janeiro. Ainda no mesmo dia 20 de janeiro, foi entregue aos militares do DOI-CODI do I Exército que, inicialmente, negaram sua detenção. Posteriormente, a versão oficial sustentada pelo Exército até os dias de hoje, foi que Rubens Paiva fora resgatado por militantes no trajeto entre sua casa e o DOI, e nunca mais teria sido visto. Contudo, 43 anos depois a CNV conseguiu elucidar o caso, ao analisar a documentação que estava em poder do ex-comandante do DOI CODI à época, coronel Júlio Miguel Molinas Dias, que confirma a entrada de Rubens Paiva no DOI-CODI em 20 de janeiro de 1971. Outro fato importante foi a denúncia de um militar, testemunha ocular da tortura sofrida por Rubens Paiva no DOI na tarde de 21 de janeiro, que para preservação de sua identidade foi denominado pela CNV como “Agente Y”, afirmou ter alertado o comandante da instalação, o então major Antônio Nogueira Belham, sobre as consequências da tortura infligidas à Rubens Paiva. O general Antônio Nogueira Belham, em seus dois depoimentos prestados à CNV negou todas as acusações. A CNV, com base na denúncia do “Agente Y”, identificou o interrogador Antônio Fernando Hughes, como um dos torturadores que levou a morte Rubens Paiva, em 21 de janeiro de 1971 no DOI- CODI do Rio de Janeiro. Auditorio do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2014. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Caso Rubens Paiva. Audiencia

Los consejeros Rosa Cardoso, Pedro Dallari y el secretario ejecutivo de la CNV, André Saboia, presentan el Informe Preliminar de Investigación sobre la muerte y desaparición de Rubens Beyrodt Paiva. Rubens Paiva, diputado federal, fue destituido en el primer Acto Institucional publicado el 9 de abril de 1964. El 20 de enero de 1971, fue detenido ilegalmente en su residencia por militares del CISA, en presencia de su familia y llevado, en su propio coche, para ser interrogado en el Cuartel de la 3ª Zona Aérea, en el centro de Río de Janeiro. Ese mismo día fue entregado a los militares del DOI-CODI del I Ejército que, inicialmente, negaron su detención. La versión oficial defendida por el Ejército hasta hoy es que Rubens Paiva fue rescatado por militantes en el trayecto entre su casa y el DOI y que no se le había vuelto a ver nunca más. Con todo, 43 años después la CNV consiguió aclarar el caso, al analizar la documentación que estaba en poder del ex comandante del DOI-CODI en la época, el coronel Júlio Miguel Molinas Dias, que confirma la entrada de Rubens Paiva en el DOI-CODI el 20 de enero de 1971. Otro hecho importante fue la denuncia de un militar, testigo ocular de la tortura sufrida por Rubens Paiva en el DOI la tarde del 21 de enero y que para preservar su intimidad fue denominado por la CNV como “Agente Y”. Éste afirmó haber alertado al comandante de la instalación, el entonces mayor Antônio Nogueira Belham, de las consecuencias de la tortura infringida a Rubens Paiva. El general Antônio Nogueira Belham, en las dos declaraciones prestadas a la CNV, negó todas las acusaciones. La CNV, basándose en la denuncia del “Agente Y”, identificó al interrogador Antônio Fernando Hughes, como uno de los torturadores que llevó a la muerte a Rubens Paiva el 21 de enero de 1971 en el DOI-COI de Río de Janeiro. Auditorio del Arquivo Nacional, Río de Janeiro, 27 de febrero de 2014. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Filho do desaparecido Felix Escobar, recebe óbito do pai

A pesquisa da CNV desenvolvida nos arquivos do Instituto Médico Legal (IML) e do Instituto de Identificação Félix Pacheco (IIFP), ambos vinculados à Polícia Civil do Rio de Janeiro, e no Arquivo Público do Estado (APERJ), possibilitou a confrontação positiva entre guias de sepultamentos de militantes enterrados como indigentes em cemitérios do Rio de Janeiro e as fichas datiloscópicas que comprovam a identificação civil dos desaparecidos.

Salão Nobre do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

El hijo del desaparecido Félix Escobar, recibe el certificado de defunción de su padre

La investigación de la CNV desarrollada en los archivos del Instituto Médico Legal (IML) y del Instituto de Identificación Félix Pacheco (IIFP), ambos vinculados a la Policía Civil de Río de Janeiro, y en el Archivo Público del Estado (APERJ), permitió la comparación positiva de las guías de enterramientos de militantes sepultados como indigentes en cementerios de Río de Janeiro y las fichas dactiloscópicas que demuestran la identificación civil de los desaparecidos.

Salón Noble del Archivo Nacional, Río de Janeiro, 4 de febrero de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Audiência do caso Stuart Angel Jones

Os conselheiros Maria Rita Kehl, Rosa Cardoso, Pedro Dallari e o secretário-executivo da CNV André Saboia, apresentam o relatório preliminar de pesquisa sobre a morte e desaparecimento de Stuart Edgard Angel Jones, dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que foi detido em 14 de maio de 1971, no local marcado para encontro com o militante Alex Polari, que havia sido preso e estava sendo usado como “isca” pelos agentes da repressão. Nos dias anteriores ao sequestro de Stuart, ocorreram muitas prisões de militantes da Vanguarda Popular Armada (VPR) e do MR-8, empreendidas com o intuito de localizar o paradeiro de Carlos Lamarca, alçado ao posto de inimigo nº 1 do regime militar, após a morte de Carlos Marighella e que sabiam ter passado a atuar no comando do MR-8. Stuart Angel ficou detido na Base Aérea do Galeão, e desde então é um dos desaparecidos. Auditório do Arquivo Nacional, 06 de setembro de 2014. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Audiencia del caso Stuart Angel Jones

Los consejeros Maria Rita Kehl, Rosa Cardoso, Pedro Dallari y el secretario ejecutivo de la CNV, André Saboia, presentan el informe preliminar de investigación sobre la muerte y desaparición de Stuart Edgard Jones, dirigente del Movimiento Revolucionario 8 de Octubre (MR-8), que fue detenido el 14 de mayo de 1971, en el lugar fijado para el encuentro con el militante Alex Polari, que había sido detenido y estaba siendo utilizado como “cebo” por los agentes de la represión. En los días anteriores al secuestro de Stuart, se produjo el encarcelamiento de muchos militantes de la Vanguardia Popular Armada (VPR) y del MR-8, con el objeto de localizar el paradero de Carlos Lamarca, elevado al puesto de enemigo número 1 del régimen militar, tras la muerte de Carlos Marighella y que sabían que había pasado a actuar al frente del MR-8. Stuart Angel estuvo detenido en la base aérea de Galeão, y desde entonces es uno de los desaparecidos. Auditorio del Archivo Nacional, 06 de septiembre de 2014. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Alvaro Moreira testemunha no caso Stuart Angel Jones

Depoimento do capitão da aeronáutica reformado Alvaro Moreira de Oliveira Filho trouxe novas informações sobre o caso. Álvaro prestou depoimento à CNV em 17 de fevereiro de 2014, em Salvador, e relatou que Stuart Angel foi enterrado na cabeceira da pista da Base Aérea de Santa Cruz, segundo lhe contara seu amigo o sargento da Aeronáutica, José do Nascimento Cabral, já falecido. José do Nascimento Cabral presenciou a chegada em uma noite na Base Aérea de Santa Cruz de grupo de oficiais comandados pelo brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que ordenou o fechamento da pista de pouso. Por José Nascimento estar de plantão na torre de controle da base, pode observar toda a movimentação para ocultação de um cadáver de pessoa e, que soube posteriormente, ser de Stuart Edgar Angel Jones. Em março de 2014, a CNV recebeu novas informações de oficial reformado da aeronáutica, cuja identidade foi preservada nos termos da Lei 12.528/2011, e que corroboram as informações de que a Base Aérea de Santa Cruz foi usada no início da década de 1970 para a detenção ilegal e tortura de presos políticos, assim como base para operações de ocultação de cadáveres. Auditório do Arquivo Nacional, 06 de setembro de 2014. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Alvaro Moreira presta testimonio en el caso de Stuart Angel Jones

El testimonio del capitán de la aviación reformado Álvaro Moreira de Oliveira Filho aportó nuevas informaciones sobre el caso. Álvaro prestó declaración a la CNV el 17 de febrero de 2014, en Salvador y relató que Stuart Angel fue enterrado en la cabecera de la pista de la Base Aérea de Santa Cruz, según le contó su amigo el sargento de aviación José do Nascimento Cabral, ya fallecido. José do Nascimento Cabral presenció una noche la llegada a la Base Aérea de Santa Cruz del grupo de oficiales dirigidos por el brigadier João Paulo Moreira Burnier, que ordenó el cierre de la pista de aterrizaje. Al estar de guardia en la torre de control de la base, José do Nascimento pudo observar toda la movilización desplegada para ocultar el cadáver de una persona que, posteriormente supo, se trataba de Stuart Edgard Angel Jones. En marzo de 2014, la Comisión Nacional de la Verdad recibió nuevos detalles del oficial reformado de la aviación, cuya identidad fue preservada en los términos de la Ley 12.528/2011, y que corroboran las informaciones de que la Base Aérea de Santa Cruz fue usada a principios de la década de los 70 para la detención ilegal y tortura de presos políticos, así como de base de operaciones de ocultación de cadáveres. Auditorio del Archivo Nacional, 06 de septiembre de 2014. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Plateia da audiência em Olinda

Audiência pública para tomada de depoimentos de ex- agentes da repressão realizada em parceria com a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara (CEMVDHC), do estado de Pernambuco. Centro de Convenções de Pernambuco. Olinda, 13 de outubro de 2014.

Público de la audiencia en Olinda

Audiencia pública para la recogida de testimonios de ex agentes de la represión realizada en colaboración con la Comisión Estatal de la Memoria y Verdad D. Hélder Câmara (CEMVDHC), del estado de Pernambuco. Centro de Convenciones de Pernambuco, Olinda, 13 de octubre de 2014.

9.

Locais associados a
graves violações de
Direitos Humanos

9.

Lugares asociados a
graves violaciones de
Derechos Humanos

9. LOCAIS ASSOCIADOS A GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

O Núcleo pericial da CNV realizou diligências técnicas com o objetivo de reconhecer e caracterizar locais e métodos de tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Nas dependências visitadas, por meio da colaboração de testemunhas e vítimas de tortura, os peritos criminais elaboraram croquis que representaram à época dos fatos, a distribuição de celas ou cômodos nas instalações visitadas. Assim, a equipe pericial levantou informações e produziu croquis relativos a 15 unidades militares e outros locais utilizados para cometimento de graves violações de direitos humanos, localizados em diversos estados brasileiros.

Em 18 de fevereiro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade entregou ao Ministro da Defesa, Celso Amorim, requerimento em que solicitou às Forças Armadas abram sindicâncias administrativas para apurar, especificamente, como sete instalações militares localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco foram utilizadas sistematicamente para a prática de tortura e mortes durante o regime militar (1964-1985). O requerimento foi acompanhado de um relatório preliminar de pesquisa, em que a Comissão Nacional da Verdade aponta o uso comprovado de unidades militares do Exército, Marinha e Aeronáutica como palco de graves violações de direitos humanos. No requerimento, a CNV ressalta que é imperioso o esclarecimento de todas as circunstâncias administrativas que conduziram ao desvirtuamento do fim público estabelecido para aquelas instalações, configurando o ilícito administrativo do desvio de finalidade, já que não se pode conceber que próprios públicos (...) pudessem ter sido formalmente destinados à prática de atos ilegais.

Em 2 de julho de 2014 a CNV publicou nota à imprensa em resposta aos relatórios encaminhados pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica: “Em que pese considerar positivo o acatamento da solicitação da CNV por parte do Ministério da Defesa e dos Comandos Militares, a CNV deplora e lamenta profundamente o entendimento exarado nos três relatórios, de que não há comprovação da ocorrência de tortura e outras graves violações de direitos humanos nas instalações militares investigadas. Diante da completa incorreção dessa conclusão, registre-se – conforme informações que foram detalhadas pela CNV por ocasião da solicitação de instauração das sindicâncias – que o Estado brasileiro, em virtude até mesmo de lei aprovada em 1995 pelo Congresso Nacional (Lei federal nº 9.140, de 04.12.1995), já reconheceu sua responsabilidade por aquelas condutas criminosas de militares e policiais praticadas durante a ditadura, incorrendo inclusive no pagamento de indenizações por conta justamente de fatos agora surpreendentemente negados”.

9. LUGARES ASOCIADOS A GRAVES VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS

El Núcleo pericial de la CNV realizó diligencias técnicas con el objetivo de reconocer y caracterizar los lugares de tortura, ejecución, desaparición forzosa y ocultación de cadáver. En las dependencias visitadas, mediante la colaboración de testigos y víctimas de tortura, los peritos elaboraron croquis que representaron la época de los hechos, la distribución de las celdas o habitaciones en las instalaciones visitadas. Así, el equipo pericial elaboró informaciones y croquis relativos a 15 unidades militares y otros lugares utilizados para la comisión de graves violaciones de derechos humanos, ubicados en diversos estados brasileños.

El 18 de febrero de 2014, la CNV entregó al Ministro de Defensa, Celso Amorim, un requerimiento en el que solicitó que las Fuerzas Armadas tomaran medidas administrativas oportunas para apurar cómo siete instalaciones militares localizadas en Río de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais y Pernambuco, fueron utilizadas sistemáticamente para la práctica de la tortura y muerte durante el régimen militar (1964-1985). El requerimiento fue acompañado de un informe preliminar de investigación, en el que la CNV apunta el uso comprobado de unidades militares del Ejército, Marina y Aviación como escenario de graves violaciones de derechos humanos. En el requerimiento, la CNV resalta que “es imperativo aclarar todas las circunstancias administrativas que condujeron a desvirtuar el fin público establecido para aquellas instalaciones, configurando el ilícito administrativo del desvío de la finalidad, ya que no se puede concebir que edificios públicos (...) pudiesen haber sido formalmente destinados a la práctica de actos ilegales”.

El 2 de julio de 2014 la CNV publicó una nota de prensa en respuesta a los informes presentados por los comandantes de la Marina, del Ejército y la Aviación: “Pese a considerar positivo el acatamiento de la solicitud de la CNV por parte del Ministerio de Defensa y de los Mandos Militares, la CNV deplora y lamenta profundamente la opinión recogida en los tres informes, de que no hay pruebas de que se produjeran torturas y otras graves violaciones de derechos humanos en las instalaciones militares investigadas. Ante la completa incorrección de esa conclusión, téngase en cuenta – conforme las informaciones que fueron detalladas por la CNV con ocasión de la solicitud de instauración de las medidas – que el Estado brasileño, en virtud de la ley aprobada en 1995 por el Congreso Nacional (Ley Federal nº 9.140 de 04.12.1995), ya reconoció su responsabilidad por aquellas conductas criminales de militares y policías cometidas durante la dictadura, incurriendo incluso en el pago de indemnizaciones por cuenta de hechos ahora sorprendentemente negados”.



Casa da Morte de Petrópolis

Conhecida como a “Casa da Morte de Petrópolis”, o imóvel foi usado como instalação clandestina de tortura e extermínio, localizada na bucólica cidade serrana do estado do Rio de Janeiro. A “Casa da Morte” foi uma estrutura criada pelo Centro de Informações do Exército (CIE), no início do ano de 1971, quando os órgãos passaram a contar com bases secretas e equipes especializadas, visando à execução de uma política de extermínio e desaparecimento forçado das principais lideranças das organizações em luta aberta contra o regime ditatorial.

Petrópolis, 07 de dezembro de 2012.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Casa de la Muerte de Petrópolis

Conocida como “Casa de la Muerte de Petrópolis”, el inmueble fue utilizado como instalación clandestina de tortura y exterminio en la bucólica ciudad serrana del estado de Río de Janeiro. La “Casa de la muerte” fue una estructura creada por el Centro de Informaciones del Ejército (CIE) a principios del año 1971, cuando los organismos pasaron a contar con bases secretas y equipos especializados con el objeto de poner en práctica una política de exterminio y desapariciones forzosas de los principales líderes de las organizaciones en lucha abierta contra el régimen dictatorial.

Petrópolis, 07 de diciembre de 2012.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Marival Chaves

Em depoimento à CNV, o ex- agente da repressão Paulo Malhães, à época capitão de cavalaria lotado no CIE, e um dos coordenadores da “Casa da Morte”, apontou o tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen, chefe de contrainformações do CIE, como o responsável pela casa. Muitos presos em poder dos diversos DOI-CODI foram levados para a “Casa da Morte”. Em depoimento à CNV, em 07 de fevereiro de 2014, Marival Chaves confirmou que o método de esquartejamento dos corpos era usado na Casa da Morte, em Petrópolis, e apontou Félix Freire Dias como o principal responsável por esquartejar corpos. Petrópolis, 07 de dezembro de 2012. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Marival Chaves

En su testimonio a la CNV, el ex agente de la represión Paulo Malhães, en la época capitán de caballería destinado en el CIE, y uno de los coordinadores de la “Casa de la Muerte”, señaló al teniente coronel Cyro Guedes Etchegoyen, jefe de contraespionaje del CIE, como responsable de la casa. Muchos presos en poder de los diversos DOI-CODI fueron llevados a la “Casa de la Muerte”. En su declaración a la CNV el 7 de febrero de 2014, Marival Chaves confirmó que en la casa de Petrópolis se usaba el método de descuartizamiento de los cuerpos y señaló a Félix Freire Dias como el principal responsable de descuartizar cadáveres. Petrópolis, 07 de diciembre de 2012. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Ex-DOI-CODI em São Paulo

O ex-presos político Ivan Seixas, participa da diligência ao prédio da Polícia Civil, onde funcionou o DOI-CODI em São Paulo. Ivan Seixas tinha apenas 16 anos quando foi preso, juntamente com seu pai, Joaquim Alencar de Seixas. Foi barbaramente torturado, que incluiu ter sido obrigado a assistir ao início da sessão de tortura de seu pai. A versão oficial da ditadura divulgou que Joaquim morreu em decorrência de confronto ocorrido na rua, com as forças de repressão no dia 16 de abril de 1971. Na verdade, Joaquim não sobreviveria a tortura, vindo a falecer no DOI-CODI em 17 de abril de 1971. O DOI-CODI foi comandado pelo major Carlos Alberto Brilhante Ustra, entre 29 de setembro de 1970 e 23 de janeiro de 1974, período no qual (e sob sua responsabilidade) ocorreram cerca de 50 mortes e desaparecimentos forçados. Os restos mortais de Joaquim foram localizados no cemitério Dom Bosco, em Perus.

São Paulo, 27 de novembro de 2013.

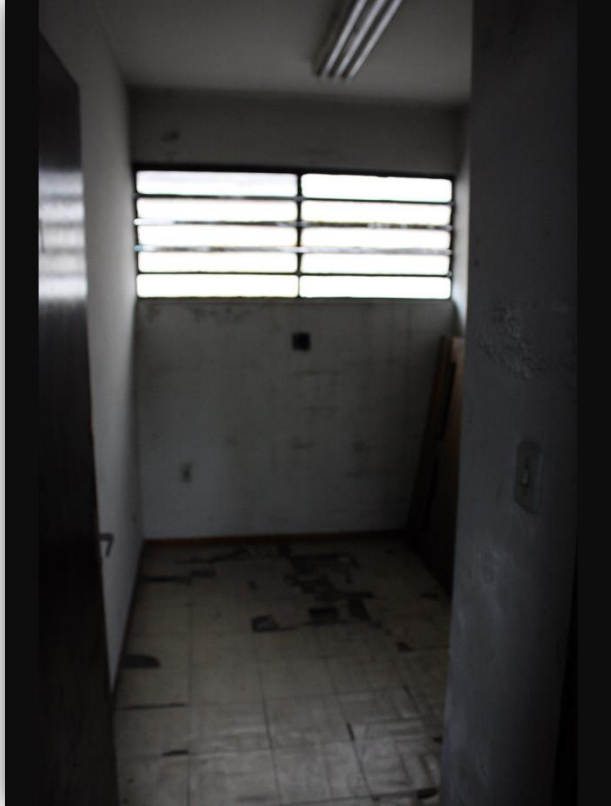
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Ex-DOI-CODI en São Paulo

El ex preso político Ivan Seixas participa en las diligencias realizadas en el edificio de la Policía Civil, donde funcionó el DOI-CODI en São Paulo. Ivan Seixas tenía solo 16 años cuando fue detenido junto a su padre, Joaquim Alencar de Seixas. Fue brutalmente torturado, obligándole, entre otras cosas, a presenciar la sesión de tortura de su propio padre. La versión oficial de la dictadura aseguró que Joaquim murió como resultado de un enfrentamiento ocurrido en la calle con las fuerzas de la represión el 16 de abril de 1971. En realidad Joaquim no sobrevivió a la tortura, falleciendo en el DOI-CODI el 17 de abril de 1971. El DOI-CODI fue dirigido por el mayor Carlos Alberto Brilhante Ustra entre el 29 de septiembre de 1970 y el 23 de enero de 1974, periodo en el cual, bajo su responsabilidad, se produjeron cerca de 50 muertes y desapariciones forzadas. Los restos mortales de Joaquim fueron localizados en el Cementerio Dom Bosco, en Perus.

São Paulo, 27 de noviembre de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Cela do DOI de São Paulo

Local identificado como antiga sala de tortura dos presos no DOI de São Paulo.

São Paulo, 27 de novembro de 2013.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Celda del DOI de São Paul

Lugar identificado como antigua sala de tortura de los presos en el DOI-CODI de São Paulo.

São Paulo, 27 de noviembre de 2013.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Base Aérea do Galeão

Cinco ex-presos, sendo três ex-militares, reconhecem locais de prisão e tortura durante a diligência da CNV à Base Aérea do Galeão, na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. A instalação abrigava prisioneiros do CISA, o órgão de repressão da Aeronáutica. Os presos políticos capturados pela equipe do então brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, eram levados para as dependências do CISA, entre eles, o militante Stuart Angel Jones. O militar que servia no local, José Bezerra da Silva, denunciou à CNV a existência de cárceres subterrâneos, no local onde hoje existe uma área de lazer. Bezerra foi preso e torturado por ter manifestado aos colegas que era uma covardia as agressões sofridas pelo preso Stuart Angel Jones. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Base Aérea del Galeão

Cinco ex presos, tres de ellos ex militares, reconocen lugares de prisión y tortura durante la visita de la CNV a la Base Aérea del Galeão, en la Isla do Governador. La instalación albergaba a prisioneros del CISA, el órgano de represión de la Aviación. Los presos políticos capturados por el equipo del entonces brigadier João Paulo Moreira Burnier, eran llevados a las dependencias del CISA, entre ellos el militante Stuart Angel Jones. Un militar que servía en la base, José Bezerra da Silva, denunció a la CNV la existencia de cárceles subterráneas, en el sitio en el que hoy se ubica una zona de ocio. Bezerra fue detenido y torturado por haber comentado con sus compañeros que las agresiones sufridas por el preso Stuart Angel Jones eran de cobardes.

Río de Janeiro, 30 de mayo de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Usina de Cambahyba em Campos de Goytacazes e perito Mauro Yared fotografa placa do forno

Na diligência da CNV, ocorrida em agosto de 2014, o ex-delegado da Polícia Civil do Espírito Santo e ex-agente do SNI, Claudio Guerra, que publicamente assumiu sua responsabilidade em mortes, transportes e ocultação de cadáveres de militantes, mostra aos peritos o forno da Usina Cambahyba, local onde foram incinerados os corpos por ele recolhidos da Casa da Morte, em Petrópolis, e do DOI-CODI do Rio de Janeiro. Segundo Guerra, ele encostava o carro no portão da Casa da Morte e os corpos eram entregues pelo coronel Freddie Perdigão, codinome “Doutor Flávio”. A usina pertencia a Hely Ribeiro Gomes, já falecido e ex-vice-governador do estado do Rio de Janeiro. Na verificação das informações prestadas por Guerra, a perícia da CNV apurou que tanto o tamanho das portas dos fornos como a temperatura alcançada seriam condizentes à sua utilização para incinerar corpos. Outra informação apurada condizente com o relato do ex-agente da repressão, é a data de fabricação das caldeiras, 1974, de acordo com a placa instalada no local, identificada pelo perito Mauro Yared.

Campos dos Goytacazes, 07 de agosto de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Fábrica de Cambahyba em Campos de Goytacazes y perito Mauro Yared fotografa placa del horno

En la diligencia de la CNV desarrollada en agosto de 2014, el ex delegado de la Policía Civil del estado de Espírito Santo y ex agente del SNI, Claudio Guerra, que públicamente asumió su responsabilidad en la muerte, traslado y ocultación de cadáveres de militantes, muestra a los peritos el horno de la Planta Cambahyba, lugar en el que fueron incinerados los cuerpos recluidos por él en la Casa de la Muerte, en Petrópolis, y del DOI-CODI de Río de Janeiro. Según Guerra, él aparcaba el coche en el portal de la Casa de la Muerte y el coronel Freddie Perdigão, con el nombre en clave de “Doctor Flávio”, le entregaba los cuerpos. La fábrica pertenecía a Hely Ribeiro Gomes, ya fallecido y ex vice gobernador del estado de Río de Janeiro. Durante la verificación de las informaciones aportadas por Guerra, los peritos de la CNV concluyeron que tanto el tamaño de las puertas de los hornos como la temperatura alcanzada permitirían la incineración de cuerpos. Otra información coincidente con el relato de ex agente de la represión, es la fecha de fabricación de las calderas, 1974, de acuerdo con la placa fijada en el lugar, identificada por el perito Mauro Yared.

Campo dos Goytacazes, 07 de agosto de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Preparação da diligência ao ex-DOI-CODI

O chefe dos peritos da CNV, Pedro Cunha explica a metodologia da diligência da CNV.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Preparación de la diligencia al Ex DOI-CODI

El jefe de los peritos de la CNV, Pedro Cunha explica la metodología del proceso.

Río de Janeiro, 23 de septiembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Ex-DOI-CODI no Rio de Janeiro. Fachada do prédio e Grupo de ex-presos

1º Batalhão de Polícia do Exército, onde funcionou o DOI-CODI, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Estima-se que no DOI-CODI, 15 presos políticos foram executados e outros 33 tiveram seus cadáveres ocultados, desaparecidos até hoje. Os ex-presos que sobreviveram à tortura, fizeram o reconhecimento de vários locais onde ocorreu a prática de tortura para os peritos da CNV: a “sala roxa”, local onde a temperatura variava ao extremo, conhecido como geladeira; a sala onde a vítima teve colocado sobre seu corpo um jacaré; a sala onde vítima ficou no “pau-de-arara”. Na maioria dos casos, no “pau de arara” o preso sofria também a aplicação de choques elétricos, mas podia ser submetido a toda sorte de sevícias; o local de simulação de fuzilamento; e, por fim, a enfermaria, onde o médico Amílcar Lobo medicava os presos para que voltassem à sala de tortura.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Ex-DOI-CODI en Río de Janeiro. Fachada del edificio y Grupo de ex-presos

1º Batallón de Policía del Ejército, donde funcionó el DOI-CODI, en el Barrio da Tijuca, en la ciudad de Río de Janeiro. Se estima que en el DOI-CODI fueron ejecutados 15 presos políticos y se ocultó el cuerpo de otros 33, que hasta hoy siguen desaparecidos. Los ex presos que sobrevivieron a la tortura, realizaron un reconocimiento de varios lugares donde se cometió tan deleznable práctica ante los peritos de la CNV: la “sala morada”, donde la temperatura cambiaba hasta el extremo, conocida como frigorífico; la sala donde se puso un caimán vivo sobre el cuerpo de la víctima; la sala donde la víctima fue colgada del llamado “pau de arara”. En la mayoría de los casos, en el “pau de arara” el preso sufría también electro choques y podía ser sometido a todo tipo de maltratos; el lugar donde se simulaba el fusilamiento; y, por último, la enfermería, donde el médico Amílcar Lobo trataba a los presos para que volviesen a la sala de tortura.

Río de Janeiro, 23 de septiembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Grupo de ex-presos

Da esquerda à direita: a conselheira Rosa Cardoso, João Ricardo Dornalles, integrante da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, e os ex-presos do DOI-CODI, Francisco Celso Calmon, Paulo César Ribeiro, Gildásio Cozenza, Newton Leão Duarte e Ana Bursztyn Miranda. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2014. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Grupo de ex-presos

De izquierda a derecha: la consejera Rosa Cardoso, João Ricardo Dornalles, integrante de la Comisión de la Verdad de Río, y los ex presos del DOI-CODI Francisco Celso Calmon, Paulo César Ribeiro, Gildásio Cozenza, Newton Leão Duarte y Ana Bursztyn Miranda. Río de Janeiro, 23 de septiembre de 2014. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Militares do Hospital Central do Exército recebem a comitiva da CNV

Militares do Hospital Central do Exército recebem a comitiva da CNV, formada por vítimas, familiares, assessores e peritos.
Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Militares del Hospital Central de Ejército reciben a la comitiva de la CNV

Militares del Hospital Central de Ejército reciben a la comitiva de la CNV, integrada por víctimas, familiares, asesores y peritos.
Río de Janeiro, 23 de septiembre de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Ex-DOI-CODI de Belo Horizonte

Diligência no atual 12º Regimento de Infantaria do Exército, unidade anteriormente denominada de 12º Batalhão de Infantaria, onde funcionou o DOI-CODI de Belo Horizonte. A diligência da CNV foi acompanhada pela Comissão da Verdade de Minas Gerais Belo Horizonte e pela presença de quatro ex-presos: Gildásio e Gilse Cosenza, Carlos Atônio Melgaço Valadares e Emely Salazar.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2014.

Ex-DOI-CODI de Belo Horizonte

Diligencia en el actual 12º Regimiento de Infantería del Ejército, unidad anteriormente denominada 12º Batallón de Infantería, donde funcionó el DOI-CODI de Belo Horizonte. El trabajo de la CNV fue seguido por la Comisión de la Verdad de Minas Gerais y por cuatro ex presos: Gildásio y Gilse Cosenza, Carlos Atônio Melgaço Valadares y Emely Salazar.

Belo Horizonte, 30 de septiembre de 2014.



Diligência no atual 12º Regimento de Infantaria do Exército

Diligência no atual 12º Regimento de Infantaria do Exército, unidade anteriormente denominada de 12º Batalhão de Infantaria, onde funcionou o DOI-CODI de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Diligencia en el actual 12º Regimiento de Infantería del Ejército

Diligencia en el actual 12º Regimiento de Infantería del Ejército, unidad anteriormente denominada 12º Batallón de Infantería, donde funcionó el DOI-CODI de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 30 de septiembre de 2014.

Fondo de la CNV. Archivo Nacional.



Médico Carlos Antonio Melgaço Valadares

O médico Carlos Antonio Melgaço Valadares conta detalhes de sua ida ao antigo 12º Regimento de Infantaria e da tortura que o deixou por dois meses em uma cama de hospital.

12º Batalhão de Infantaria.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2014.

Médico Carlos Antonio Melgaço Valadares

El médico Carlos Antonio Melgaço Valadares cuenta los detalles de su estancia en el antiguo 12º Regimiento de Infantería y de la tortura que lo dejó durante dos meses postrado en una cama de hospital. 12º Batallón de Infantería.

Belo Horizonte, 30 de septiembre de 2014.



Foto da escada de acesso às salas de tortura do DOI-CODI de Recife

Ex-presos reconhecem o local onde funcionavam as salas de tortura do DOI-CODI na cidade do Recife, apesar das reformas e novas construções que transformaram o antigo complexo repressivo. A CNV e a Comissão da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara, do estado de Pernambuco, ouviram os relatos dos horrores vividos por quatro ex-presos, Marcelo Mesel, Alanir Cardoso, Lilian Gondim e José Adeildo Ramos, durante o reconhecimento dos locais de prisão e tortura.

Recife, 04 de outubro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Foto de la escalera de acceso a las salas de tortura del DOI-CODI de Recife

Ex presos reconocen el lugar donde funcionaban las salas de tortura del DOI-CODI en la ciudad de Recife, a pesar de las reformas y de las nuevas construcciones que transformaron el antiguo complejo represivo. La CNV y la Comisión de la Memoria y Verdad D. Hélder Câmara, del estado de Pernambuco, escucharon los relatos de los horrores vividos por cuatro ex presos, Marcelo Mesel, Alanir Cardoso, Lilian Gondim y José Adeildo Ramos, durante el reconocimiento de los lugares de prisión y tortura.

Recife, 04 de octubre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Lilian Godim relata as torturas sofridas na sala

Lilian Godim relata las torturas a las que fue sometida en la sala



Ex-agente da repressão aponta local do DOI-CODI de Recife

O coronel reformado da Polícia Militar de Pernambuco, José Carlos Acampora de Paula Machado identifica para a CNV o local onde funcionou o DOI-CODI na cidade do Recife, ligado ao antigo quartel do IV Exército, hoje área do Hospital Militar. A informação prestada foi de grande utilidade para o êxito da diligência que seria realizada no dia seguinte pela CNV. Acampora disse ainda que os trabalhos no DOI eram divididos e que atuava somente em capturas. "Havia tortura, sim, mas eu não participava", afirmou o ex-coronel, que afirmou ter sido treinado em técnicas de tortura, como choques e afogamento, mas concluiu dizendo: "Eu não participei de tortura, mas eu sei o que deve ser feito".

Recife, 13 de outubro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Ex-agente de la represión indica lugar del DOI-CODI de Recife

El coronel reformado de la Policía Militar de Pernambuco, José Carlos Acampora de Paula Machado identifica para la CNV el lugar donde funcionó el DOI-CODI en la ciudad de Recife, vinculado al antiguo cuartel del IV Ejército, hoy área del Hospital Militar. La información prestada fue de gran utilidad para el éxito de la diligencia realizada al día siguiente por la CNV. Acampora dijo también que los trabajos en el DOI se repartían y que él actuaba solamente en capturas. "Había tortura, sí, pero yo no participaba", afirmó el ex coronel, que aseguró haber sido entrenado en técnicas de tortura como choques eléctricos y ahogamiento, y concluyó diciendo: "Yo no participé de las torturas, pero sé lo que se debe hacer".

Recife, 13 de octubre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Foto da Casa dos Oitis

A “Casa dos Oitis”, o principal local de tortura do complexo da Base Naval das Ilhas das Flores, assim denominada por estar situada na ilha na Ponta dos Oitis. A “Casa dos Oitis” foi localizada com o auxílio da memória dos dez ex-presos políticos e um ex-soldado do corpo de fuzileiros navais, que denunciaram que homens e mulheres foram torturados na casa, com uso de “pau-de-arara”, choques, “telefone” (tapa nos ouvidos) e palmatória. As mulheres relataram que eram obrigadas a ficar nuas diante dos torturadores; o uso de toalhas molhadas para espancamento e as sevícias sexuais. “A gente era cercada nua, por homens ameaçando de abuso sexual o tempo todo”, contou Iná Meireles. Martha Alvarez chorou ao lembrar que um de seus braços foi fraturado em três partes após a tortura com palmatória. Ziléa Reznik, primeira mulher presa na Ilha das Flores, em 1969, também reconheceu a sala em que foi torturada, na casa da Ponta dos Oitis. O ex-soldado do corpo de fuzileiros navais, Heleno Cruz, que serviu na Ilha das Flores de junho de 1970 a junho de 1971, relatou que os interrogatórios com tortura eram conduzidos por oficiais do CENIMAR, órgão de repressão da Marinha, que chegavam de barco atracando em frente à casa, que está localizada à beira da Baía de Guanabara.

Base Naval das Ilhas das Flores, São Gonçalo, 21 de outubro de 2014. Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Foto de la Casa dos Oitis

La “Casa de los Oitis”, el principal lugar de tortura del complejo de la Base Naval de la Isla das Flores, así denominada por estar situada en la Punta de los Oitis de la isla. La “Casa de los Oitis” fue localizada con ayuda de diez ex presos políticos y un soldado del cuerpo de fusileros navales, que denunciaron que hombres y mujeres fueron torturados en la casa, donde se recurría al uso del “pau de arara”, choques eléctricos, “teléfono” (golpe en los oídos) y porras. Las mujeres relataron que eran obligadas a quedarse desnudas frente a sus torturadores; el uso de toallas mojadas para golpearlas y los abusos sexuales. “Éramos cercadas desnudas por hombres que nos amenazaban todo el rato con abusos sexuales”, contó Iná Meireles. Martha Alvarez lloró al recordar cómo le rompieron un brazo por tres sitios tras una tortura con la porra. Ziléa Reznik, primera mujer detenida en la Isla de las Flores, en 1969, también reconoció la sala en la fue torturada en la Casa de la Punta de los Oitis. El ex soldado del cuerpo de fusileros navales, Heleno Cruz, que sirvió en la Isla de junio de 1970 a junio de 1971, relató que los interrogatorios con tortura eran dirigidos por oficiales del CENIMAR, órgano de represión de la Marina, que llegaban en barco, atracando frente a la casa, localizada a la orilla de la Bahía de Guanabara.

Base Naval de la Isla de las Flores, São Gonçalo, 21 de octubre de 2014. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

10.

Perícias

10.

Investigaciones
periciales

10. PERÍCIAS

Fugas, confrontos armados com as forças de repressão, atropelamentos, acidentes e suicídios fazem parte da história oficial da repressão política no Brasil sobre a causa das mortes dos opositores políticos ao regime militar. O mandato legal da CNV determinou a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, de documentos e de dados, motivando a CNV a criar um núcleo pericial, composto por peritos, investigadores e técnicos de áreas específicas da criminalística. A equipe pericial investigou casos de falso suicídio, de execução individual e coletiva, de morte em decorrência de tortura e de morte com simulação de confronto com agentes da repressão. Assim, a Comissão Nacional da Verdade realizou exames periciais, diretos e indiretos; elaborou laudos periciais e relatórios técnicos; acompanhou procedimentos de exumação; realizou visitas a arquivos policiais e instituições congêneres para busca e pesquisa de documentos; coletou depoimentos; e realizou entrevistas; visando elucidar as circunstâncias de mortes de vítimas da ação repressora do Estado ditatorial. A equipe pericial se debruçou sobre a vasta documentação produzida pelos órgãos do regime ditatorial, e que foram objetos de sua análise: a) laudos de local, laboratoriais, balísticos e cadavéricos; análises periciais já realizadas e relatórios técnicos de exumações; fotografias ou negativos dos exames de local e cadavérico, dentre outros; b) plantas, fotografias aéreas e levantamentos topográficos.

O trabalho realizado pela equipe pericial da CNV foi responsável pela desconstrução de versões oficiais do regime sobre a morte de militantes, sendo, portanto, determinante para a produção de conhecimento sobre as modalidades de execução utilizadas nas unidades militares e policiais, assim como os métodos de tortura empregados nos presos políticos.

10. INVESTIGACIONES PERICIALES

Fugas, enfrentamientos armados con las fuerzas de represión, atropellamientos, accidentes y suicidios forman parte de la historia oficial de la represión política en Brasil sobre la causa de las muertes de los opositores políticos al régimen. El mandato legal de la CNV determinó la realización de análisis periciales y diligencias para la recogida o recuperación de informaciones, de documentos y datos, llevando a la CNV a crear un núcleo pericial, compuesto por peritos, investigadores y técnicos de áreas específicas de la criminalística. El equipo pericial investigó casos de falso suicidio, de ejecución individual y colectiva, de muerte como resultado de la tortura y de muerte simulada por un enfrentamiento con los agentes de la represión. Así la CNV realizó exámenes periciales, directos e indirectos; elaboró laudos periciales e informes técnicos; llevó a cabo procedimientos de exhumación; realizó visitas a archivos policiales e instituciones afines para buscar documentos; recogió testimonios; y realizó entrevistas visando elucidar las circunstancias de la muerte de las víctimas de la acción represora del Estado dictatorial. El equipo pericial se sumergió en la vasta documentación producida por los órganos del régimen que fueron objeto de su análisis: a) laudos de lugar, balísticos, cadavéricos y de laboratorio; análisis periciales ya realizados e informes técnicos de exhumaciones; fotografías o negativos de los exámenes del lugar y el cadáver, entre otros; b) plantas, fotografías aéreas y levantamientos topográficos.

El trabajo realizado por el equipo pericial de la CNV fue el responsable de desmontar las versiones oficiales del régimen sobre la muerte de militantes, siendo, por tanto, determinante para permitir el conocimiento de las modalidades de ejecución utilizadas en las unidades militares y policiales, así como los métodos de tortura empleados con los presos políticos.



Análise pericial das assinaturas

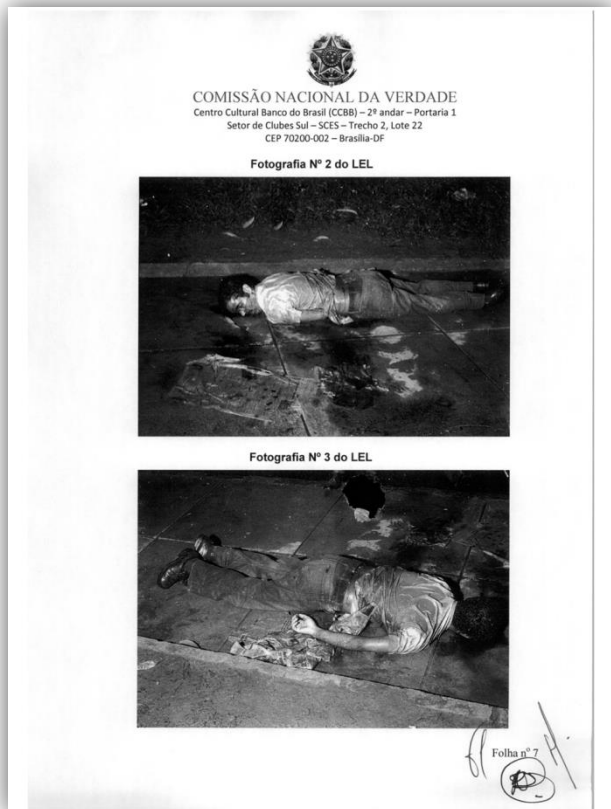
Análise pericial das assinaturas constantes dos termos de interrogatório de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, solicitado à CNV por seus familiares. Merlino foi levado da casa de sua mãe no dia 15 de julho de 1971 por agentes do DOI-CODI/II Exército em São Paulo e, de acordo com o seu atestado de óbito, faleceu no dia 19. A causa da morte divulgada pelos órgãos da repressão política indicava que Merlino havia sido atropelado na rodovia BR-116, enquanto era transportado para o Paraná com a finalidade de reconhecer militantes do POC (Partido Operário Comunista), organização da qual era integrante. Contradizendo esses fatos, militantes políticos que estiveram presos junto com Merlino no DOI-CODI narram que o jornalista foi submetido a longas sessões de tortura até ficar muito debilitado fisicamente e apresentar sinais de gangrena nas pernas devido ao pau-de-arara. Surgiram novas informações sobre o caso de Merlino, inclusive evidenciando participação de Aparecido Laertes Calandra, Dirceu Gravina, ex-agentes do DOI-CODI/II Exército, como autores da tortura que vitimou Merlino.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Análisis pericial de las firmas

Análisis pericial de las firmas que aparecen en el interrogatorio de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, solicitado a la CNV por sus familiares. Merlino fue sacado de casa de su madre el 15 de junio de 1971 por agentes del DOI-CODI/II Ejército de São Paulo y, según su certificado de defunción, falleció el día 19. La causa de la muerte divulgada por los órganos de la represión aludía a que Merlino había sido atropellado en la autovía BR-116, mientras era transportado a Paraná con la finalidad de reconocer a militantes del POC (Partido Obrero Comunista), organización a la que pertenecía. Contradiendo esos hechos, militantes políticos que estuvieron presos con Merlino en el DOI-CODI narran que el periodista fue sometido a largas sesiones de tortura que lo debilitaron mucho físicamente hasta presentar señales de gangrena en las piernas debido al “pau de arara”. Aparecieron nuevos detalles del caso de Merlino, poniendo incluso en evidencia la participación de Aparecido Laertes Calandra y Dirceu Gravina, ex agentes del DOI-CODI/II Ejército, como autores de la tortura que acabó con Merlino.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Fotografias da morte de Lincoln Bicalho Roque

Fotografias da morte de Lincoln Bicalho Roque, militante do PCdoB, morto em 13 de março de 1973, seu corpo foi localizado próximo ao Pavilhão de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, com pelo menos 15 ferimentos provocados por projéteis de armas de fogo. Os peritos da CNV concluíram que a morte não se deu em decorrência de resistência armada, e que a vítima, após caída, fora atingida por pelo menos três projéteis expelidos por arma de fogo, sendo um na cabeça, e dois na parte posterior do tronco, quando a vítima já estava morta. Saliente-se que disparos de arma efetuados na parte posterior do corpo, em especial na cabeça, com a vítima no solo, são comumente encontrados em casos de execução. Fotografias do “Laudo pericial indireto da morte de Lincoln Bicalho Roque” da CNV.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Fotografías de la muerte de Lincoln Bicalho Roque

Fotografías de la muerte de Lincoln Bicalho Roque, militante del PCdoB, muerto el 13 marzo de 1973. Su cuerpo fue localizado cerca del Pabellón de San Cristóbal, en Río de Janeiro, con por lo menos 15 heridas causadas por proyectiles de armas de fuego. Los peritos de la CNV concluyeron que la muerte no se produjo como resultado de su resistencia armada y que la víctima, tras caer al suelo, fue alcanzada por lo menos con tres proyectiles, uno de ellos en la cabeza y dos en la parte posterior del tronco, cuando la víctima ya estaba muerta. Recuérdese que los disparos efectuados en la parte posterior del cuerpo, en especial en la cabeza, con la víctima en el suelo, son comúnmente encontrados en casos de ejecución. Fotografías del “Laudo pericial indirecto de la muerte de Lincoln Bicalho Roque” de la CNV.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Reunião da assessoria da CNV com equipe da Secretaria para os Direitos Humanos da Presidência do Uruguai

A ditadura no Uruguai assassinou mais de 150 pessoas contrárias ao regime entre os anos de 1973 e 1985. José Lopez relatou que observando fotografias aéreas das instalações militares percebeu a existência de áreas reflorestadas de forma perfeitamente homogênea, realizadas às vésperas da queda do regime autoritário. O reflorestamento foi feito após os militares terem retirado os corpos e restos mortais dos cemitérios clandestinos. Testemunhas relatam que vários corpos foram jogados no rio da Prata durante uma operação que visava eliminar provas das atrocidades cometidas pelos militares uruguaios durante o regime. Os trabalhos de escavações realizados por antropólogos forenses e arqueólogos, em busca dos corpos e restos mortais dos mais de 175 uruguaios declarados desaparecidos, entre eles, 120 desapareceram em território argentino, resultaram na localização e identificação de cinco corpos. Os trabalhos e a análise das ossadas continuam sendo realizados. Da esquerda para direita: Vivien Ishaq, gerente-executiva do Relatório da CNV, Graciela Jorge, diretora geral da Secretaria para o Passado Recente da Presidência da República do Uruguai, Jose Lopez Mazz, antropólogo forense uruguaio, Silvia Whitaker, assessora da CNV, Álvaro Rico, historiador e cientista político uruguaio, Andre Saboia Martins, secretário-executivo da CNV.

Sede da CNV, Brasília, 12 de julho de 2013.

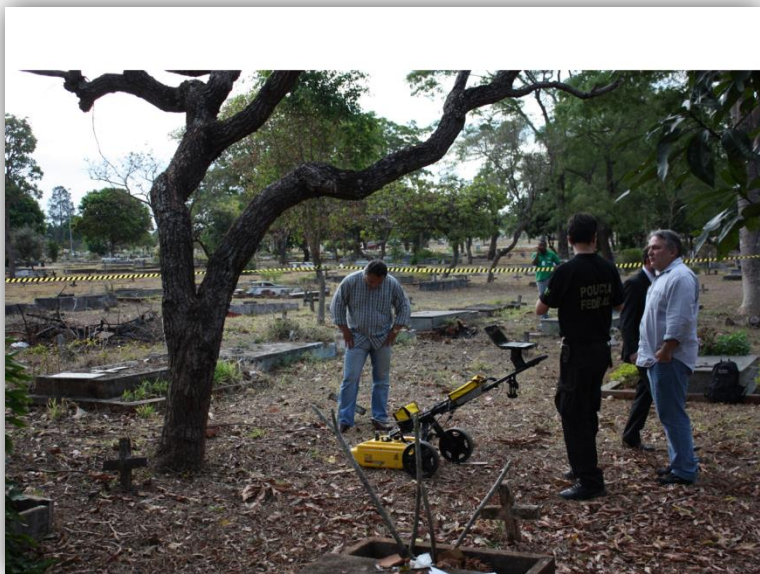
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Reunión de la asesoría de la CNV con el equipo de la Secretaría para los Derechos Humanos de la Presidencia de Uruguay

La dictadura en Uruguay asesinó a más de 150 personas contrarias al régimen entre los años 1973 y 1985. José López relató que, observando fotografías aéreas de las instalaciones militares, percibió la existencia de áreas reforestadas de forma perfectamente homogénea, la víspera de la caída del régimen autoritario. La reforestación tuvo lugar después de que los militares retiraran los cuerpos y restos mortales de los cementerios clandestinos. Algunos testigos relatan que varios cuerpos fueron lanzados al Río de la Plata durante una operación que visaba eliminar pruebas de las atrocidades cometidas por los militares uruguayos durante el régimen. Los trabajos de excavación realizados por antropólogos forenses y arqueólogos, en busca de los cuerpos y restos mortales de más de 175 uruguayos declarados desaparecidos, entre los cuales 120 desaparecieron en territorio argentino, dieron lugar a la localización e identificación de cinco cuerpos. Los trabajos continúan y diversos esqueletos siguen siendo analizados. De izquierda a derecha: Vivien Ishaq, gerente ejecutiva del Informe de la CNV, Graciela Jorge, Directora General de la Secretaría para el Pasado Reciente de la Presidencia de la República de Uruguay, José López Mazz, antropólogo forense uruguayo, la asesora de la CNV, Silvia Whitaker, Álvaro Rico, historiador y politólogo uruguayo y André Saboia Martins, secretario ejecutivo de la CNV. Sede de la CNV, Brasília, 12 de julio de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Localização de Epaminondas

Preparação para escaneamento do solo do cemitério para retirada dos restos mortais do primeiro desaparecido localizado pela CNV, Epaminondas Gomes de Oliveira. Sapateiro, líder comunista e ex-prefeito da cidade maranhense de Pastos Bons, morto em razão de tortura sofrida no Pelotão de Investigação Criminais do Exército, em 20 de agosto de 1971, em Brasília. Da esquerda para direita; os peritos da CNV, Pedro Luiz Cunha e Mauro Yared.

Cemitério Campo da Esperança. Brasília, 19 de setembro de 2013.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Localización de Epaminondas

Preparación para escanear el suelo del cementerio con el objeto de recuperar los restos mortales del primer desaparecido localizado por la CNV, Epaminondas Gomes de Oliveira. Zapatero, líder comunista y ex alcalde de la ciudad maranhense de Pastos Bons, muerto a raíz de la tortura sufrida en el Pelotón de Investigación Criminal del Ejército, el 20 de agosto de 1971, en Brasilia. De izquierda a derecha: los peritos de la CNV, Pedro Luiz Cunha y Mauro Yared.

Cementerio Campo de la Esperanza. Brasilia, 19 de septiembre de 2013.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Preparativos para exumação dos restos mortais de Arnaldo Cardoso Rocha

Preparativos para exumação dos restos mortais de Arnaldo Cardoso Rocha, acompanhados pela viúva Iara Xavier Pereira. Cemitério Parque da Colina.

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Preparativos para exhumación de los restos mortales de Arnaldo Cardoso Rocha

Preparativos para exhumación de los restos mortales de Arnaldo Cardoso Rocha, acompanhados por la viuda Lara Xavier Pereira. Cementerio Parque de la Colina.

Belo Horizonte, 28 de diciembre de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Foto da apresentação do laudo do Arnaldo e da exumação do corpo

Arnaldo foi executado aos 23 anos de idade, em 15 de março de 1973, por uma equipe de agentes do DOI-CODI de São Paulo. Após a exumação dos restos mortais, o laudo da perícia criminal da CNV desmonta a versão oficial de morte em confronto com agentes da repressão em São Paulo. Segundo a análise pericial, Arnaldo teria levado o dobro de tiros do que o registrado no documento oficial e, o padrão de simetria e a bilateralidade das lesões indica intencionalidade, sendo altamente sugestivo o uso de arma de fogo como instrumento de tortura. Uma hipótese para a simetria dos achados teria sido a tortura praticada por meio de tiro ao alvo, podendo o corpo de Arnaldo ter sido pendurado em posição de açougue. O laudo foi apresentado em 12 de novembro de 2013, no Fórum Mundial de Direitos Humanos. A exumação foi realizada pela Polícia Federal e pelo Instituto Médico Legal do Distrito Federal, por solicitação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a pedido da viúva de Arnaldo, Iara Xavier Pereira.

Centro Internacional de Convenções do Brasil, Brasília, 12 de novembro de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo nacional.



Foto de la presentación del laudo de Arnaldo y de la exhumación del cuerpo

Arnaldo fue ejecutado a los 23 años de edad, el 15 de marzo de 1973, por un equipo de agentes del DOI-CODI de São Paulo. Después de la exhumación de sus restos mortales, el laudo pericial de la CNV desmonta la versión oficial de la muerte en un enfrentamiento con agentes de la represión en São Paulo. Según el análisis realizado, Arnaldo recibió el doble de disparos de los registrados en el documento oficial y el patrón de asimetría y la bilateralidad de las lesiones indican intencionalidad, sugiriendo en gran medida el uso de un arma de fuego como instrumento de tortura. Una hipótesis para la simetría de los hallazgos sería la tortura mediante el tiro al blanco, pudiendo haber sido colgado el cuerpo de Arnaldo en postura de azote. El laudo fue presentado el 12 de noviembre de 2013, en el Forum Mundial de Derechos Humanos. La exhumación fue realizada por la Policía Federal y por el Instituto Médico Legal del Distrito Federal, a solicitud de la Comisión Especial sobre Muertos y Desaparecidos Políticos, a petición de la viuda de Arnaldo, Iara Xavier Pereira.

Centro Internacional de Convenciones de Brasil, Brasilia, 12 de noviembre de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Peritos da exumação do ex-presidente João Goulart

Equipe técnica formada pela Polícia Federal, especialistas de Cuba, Argentina e Uruguai, responsáveis pela exumação dos restos mortais do ex-presidente deposto, João Goulart, sob coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A exumação foi feita a pedido da família, que quer esclarecer a causa da morte do presidente. No dia 1º de agosto de 2014, foi divulgado o laudo inconclusivo. Com os elementos disponíveis não foi possível determinar se Jango foi vítima de um crime ou se morreu de causas naturais.

São Borja, 13 de novembro de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Peritos de la exhumación del ex presidente João Goulart

Equipo técnico formado por la Policía Federal, especialistas de Cuba, Argentina y Uruguay, responsables de la exhumación de los restos mortales del ex presidente depuesto João Goulart, bajo la supervisión de la Secretaría de los Derechos Humanos de la Presidencia de la República. La exhumación fue realizada a petición de la familia, que quiso esclarecer la causa de la muerte del presidente. El 1 de agosto de 2014, se divulgó el laudo que resultó inconcluyente. Con los elementos disponibles no fue posible determinar si Jango fue víctima de un crimen o si murió por causas naturales.

São Borja, 13 de noviembre de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Mário Rocha Filho colhe amostra de material genético no Instituto Nacional de Criminalística, em Brasília

Mário Rocha Filho, irmão do desaparecido João Leonardo da Silva Rocha, cede amostras de material genético. João Leonardo, estudante de Direito, militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo), foi morto pela Polícia Militar na cidade de Palmas do Monte Alto, no sertão da Bahia, em 4 de novembro de 1975. Ao longo das investigações, a CNV colheu amostras genéticas de familiares de mortos e desaparecidos para o caso de futura localização de sepultamento e exumação de restos mortais. Instituto Nacional de Criminalística, Brasília, 18 de março de 2014.

Mário Rocha Filho cede una muestra de material genético en el Instituto Nacional de Criminalística de Brasilia

Mário Rocha Filho, hermano del desaparecido João Leonardo da Silva Rocha, cede muestras de material genético. João Leonardo, estudiante de Derecho, militante del Movimiento de Liberación Popular (Molipo), murió a manos de la Policía Militar en la ciudad de Palmas do Monte Alto, en el *sertão* bahiano, el 4 de noviembre de 1975. A lo largo de sus investigaciones, la CNV recogió muestras genéticas de familiares de muertos y desaparecidos para el caso de que se produjera la futura localización de la sepultura y la exhumación de los restos mortales. Instituto Nacional de Criminalística, Brasilia, 18 de marzo de 2014.





Apresentação do laudo Juscelino Kubitschek

Sessão pública para apresentação do relatório sobre o acidente de carro que causou a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek e do motorista Geraldo Ribeiro. A equipe pericial da CNV conclui que “não há nos documentos, laudos e fotografias trazidos para a presente análise qualquer elemento material que, sequer, sugira, que os ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e Geraldo Ribeiro tenham sido assassinados, vítimas de homicídio doloso. O conjunto de vestígios materiais indicam que ambos morreram em virtude de um acidente de trânsito”. Da esquerda para direita, André Saboia Martins, secretário-executivo da CNV, Pedro Dallari, coordenador da CNV e o conselheiro da CNV José Paulo Cavalcanti Filho.

Cinema do Centro Cultural do Banco do Brasil, Brasília, 22 de abril de 2014.

Presentación del laudo de Juscelino Kubitschek

Sesión pública para presentar el informe sobre el accidente de coche que causó la muerte del ex presidente Juscelino Kubitschek y de su chófer Geraldo Ribeiro. El equipo pericial de la CNV concluyó que “no hay en los documentos, laudos y fotografías examinados en el presente análisis ningún elemento material que, siquiera sugiera, que el ex presidente Juscelino Kubitschek y Geraldo Ribeiro hayan sido asesinados, víctimas de homicidio doloso. El conjunto de restos materiales indican que ambos murieron como resultado de un accidente de tráfico”. De izquierda a derecha, André Saboia Martins, secretario ejecutivo de la CNV, Pedro Dallari, coordinador de la CNV y el consejero de la CNV José Paulo Cavalcanti Filho.

Cine del Centro Cultural del Banco de Brasil, Brasilia, 22 de abril de 2014.

Apresentação do laudo sobre a morte de Higino João Pio

O perito criminal Pedro Cunha, assessor da CNV apresenta laudo resultante da reavaliação da documentação disponível sobre a morte de Higino João Pio, na audiência da CNV e da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, de Santa Catarina. A morte de Higino João Pio, prefeito de Balneário Camboriú, em 1965, foi divulgada na versão oficial da ditadura como decorrente de suicídio por enforcamento. Em fevereiro de 1969, Higino foi levado pela Polícia Federal (PF) à Escola de Aprendizes de Marinheiros de Florianópolis para esclarecer denúncias de irregularidades administrativas e enriquecimento ilícito. O pronunciamento técnico da CNV, porém, chegou à conclusão oposta, diversos itens dos laudos oficiais são inconsistentes: a ausência de equimoses no rosto, que tocava a parede; o sulco no pescoço, que é típico de estrangulamento; o corpo com os pés apoiados no chão, o que não promoveria a constrição total do pescoço; as mãos à frente do corpo, e não suspensas na lateral do torso, indicando que elas haviam sido amarradas; a não flexão dos joelhos, visto que os pés se apoiavam no chão, comprovando que o corpo já apresentava rigidez cadavérica completa quando foi colocado na posição em que foi encontrado. Assim, a conclusão é que não houve enforcamento e, em consequência, tampouco houve suicídio.

Florianópolis, 02 de junho de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Presentación del laudo sobre la muerte de Higino João Pio

El perito criminal Pedro Cunha, asesor de la CNV presenta el laudo resultante de la reevaluación de la documentación disponible sobre la muerte de Higinio João Pio, en la audiencia de la CNV y de la Comisión Estatal de la Verdad Paulo Stuart Wright, de Santa Catarina. La muerte de Higinio João Pio, alcalde de Balneário Camboriú en 1965, fue presentada como un suicidio por ahorcamiento por la dictadura. En febrero de 1969, Higinio fue detenido por la Policía Federal (PF) y llevado a la Escuela de Aprendices de Marineros de Florianópolis para aclarar unas denuncias por irregularidades administrativas y enriquecimiento ilícito. El estudio técnico de la CNV, sin embargo, llegó a la conclusión opuesta. Diversos puntos de los laudos oficiales son inconsistentes: la ausencia de petequias en la cara que tocaba la pared; el surco en el cuello, que es típico del estrangulamiento; las manos frente al cuerpo y no suspendidas a los lados del torso, indicando que las había tenido atadas; la no flexión de las rodillas, puesto que los pies se apoyaban en el suelo, demostrando que el cuerpo ya presentaba rigidez cadavérica completa cuando fue colocado en la posición en la que se descubrió el cadáver. Así, la conclusión es que no hubo ahorcamiento y, en consecuencia, tampoco suicidio.

Florianópolis, 02 de junio de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



11.

Autoria e
recomendações

11.

Autoría y
recomendaciones

11. AUTORIA E RECOMENDAÇÕES

Em cumprimento do seu mandato legal, e com a finalidade de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, a CNV buscou esclarecer a autoria dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, por meio da identificação das pessoas cujas condutas concretas, por ação ou omissão, contribuíram para a ocorrência das graves violações de direitos humanos descritas no seu Relatório. Para a identificação de autoria, a CNV buscou sempre fundamentá-la a partir de documentos, depoimentos de vítimas e testemunhos, inclusive de agentes públicos que participam de repressão. A CNV concluiu que os graves atentados contra os direitos humanos não foram fruto da ação isolada de alguns agentes, mas ao contrário, foi resultado de uma política de Estado. O Estado brasileiro, à época da ditadura, optou pela prática da tortura, morte e ocultação de cadáveres na luta política contra a oposição. O resultado das investigações da CNV possibilitou a identificação de 377 agentes públicos como autores de graves violações de direitos humanos. O Relatório demonstrou que a ocorrência de graves violações de direitos humanos envolveu a atuação de diferentes estruturas de comando, com áreas especializadas no âmbito das unidades e estabelecimentos militares; cooperação entre as Forças Armadas e órgãos policiais; comunicação permanente entre o SNI e as estruturas de informações dos ministérios civis, intercâmbio de informações entre serviços de inteligência; unidades de informações dos ministérios civis e funcionamento permanente de equipes de investigação, interrogatório e busca. A CNV conclui pelo afastamento integral da hipótese de que estas violações resultaram de condutas individualizadas, excepcionais ou alheias aos padrões de conduta estabelecidos pelas Forças Armadas. Assim, a identificação da autoria de graves violações de direitos humanos considerou a participação coordenada de agentes em diferentes níveis hierárquicos e no exercício de funções distintas, organizados sob a forma de cadeias de comando em cada unidade organizacional. Foram identificados os autores materiais, que cometeram ou participaram, pessoal e diretamente, dos crimes, bem como os autores intelectuais, idealizadores e mandantes de tais violações. Assim, no topo da cadeia de comando foram responsabilizados os presidentes da República, todos a partir do golpe militar, seguidos dos chefes superiores das unidades da estrutura do Estado em que ocorreram as violações. O mandato da Comissão Nacional da Verdade permitiu que fossem estabelecidas Recomendações, entre as quais se encontram o estabelecimento de órgão permanente com atribuição de dar seguimento às ações e recomendações da CNV; o prosseguimento das atividades voltadas à localização, identificação e entrega aos familiares dos restos mortais dos desaparecidos políticos; a extinção da Justiça Militar, a desmilitarização das polícias, o reconhecimento, pelas Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional, a proibição da realização de atos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964, a revogação da Lei de Segurança Nacional.

11. AUTORÍA Y RECOMENDACIONES

En cumplimiento de su mandato legal y con la finalidad de hacer efectivo el derecho a la memoria y a la verdad histórica, la CNV buscó aclarar la autoría de los casos de tortura, muerte, desaparición forzosa y ocultación de cadáver, por medio de la identificación de las personas cuyas conductas concretas, por acción u omisión, contribuyeron a que se produjeran las graves violaciones de derechos humanos descritas en su Informe. Para identificar la autoría, la CNV procuró siempre fundamentarla en documentos, declaraciones de víctimas y testigos, incluso de agentes públicos que participaron en la represión. La CNV concluyó que los graves atentados contra los derechos humanos no fueron fruto de la acción aislada de algunos agentes, sino el resultado de una política de Estado. El Estado brasileño, en la época de la dictadura, optó por la práctica de la tortura, muerte y ocultación de cadáveres en la lucha política contra la oposición. El resultado de las investigaciones de la CNV permitió la identificación de 377 agentes públicos como autores de graves violaciones de derechos humanos. El Informe demostró que dichas violaciones implicaron la actuación de diferentes estructuras de mando, con áreas especializadas en el ámbito de las unidades y establecimientos militares; cooperación entre las Fuerzas Armadas y órganos policiales; comunicación permanente con el SNI y las estructuras de información de los ministerios civiles; intercambio de informaciones entre servicios de inteligencia; unidades de informaciones de los ministerios civiles y funcionamiento permanente de equipos de investigación, interrogatorio y búsqueda. La CNV concluye la necesidad de descartar la hipótesis de que estas violaciones fueran resultado de conductas individuales, excepcionales o ajenas a los patrones de conducta establecidos por las Fuerzas Armadas. Así, la identificación de la autoría de las graves violaciones de derechos humanos tuvo en cuenta la participación coordinada de agentes en diferentes niveles jerárquicos y en el ejercicio de funciones distintas, organizados bajo la forma de cadenas de mando en cada unidad. Se identificaron los autores materiales, que cometieron o participaron, personal y directamente, en los crímenes así como los autores intelectuales, ideólogos y ordenantes de tales violaciones. En lo alto de la cadena de mando se responsabilizó a los presidentes de la República, todos a partir del golpe militar, seguidos de los jefes superiores de las unidades de la estructura del Estado en la que se produjeron las violaciones. El mandato de la CNV permitió que se establecieran Recomendaciones, entre las cuales se encuentran el establecimiento de un órgano permanente con atribuciones para dar continuidad a las acciones y recomendaciones de la CNV; el proseguimiento de las actividades orientadas a la localización, identificación y entrega a los familiares de los restos mortales de los desaparecidos políticos; la extinción de la Justicia Militar, la desmilitarización de las polícias, el reconocimiento, por parte de las Fuerzas Armadas, de su responsabilidad institucional, la prohibición de realizar actos oficiales en conmemoración al golpe militar de 1964 y la revocación de la Ley de Seguridad Nacional.

Carlos Alberto Brilhante Ustra com Cláudio Fonteles

O conselheiro Cláudio Fonteles apresenta ao ex-comandante do DOI-CODI de São Paulo, Carlos Alberto Brilhante Ustra, documento do SNI localizado pela CNV, que registra o controle quantitativo de entrada de presos e de registro de mortes, produzido pelo próprio DOI-CODI. Cláudio Fonteles contestou assim, o argumento do coronel de que as mortes aconteceram em combate. Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-) é coronel do Exército, recebeu do Exército Brasileiro a Medalha do Pacificador com Palma em 1972. Comandou o DOI-CODI do II Exército entre setembro de 1970 e janeiro de 1974, período em que ocorreram, ao menos, 45 mortes e desaparecimentos forçados, sob a sua responsabilidade e dos seus agentes do DOI-CODI. O Relatório da CNV denunciou Ustra como tendo participação direta em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres de 45 presos políticos. Carlos Alberto Brilhante Ustra, falou à CNV, vangloriando-se por ter recebido a chamada “Medalha do Pacificador”: “[...] é o Exército brasileiro que assumiu, por ordem do presidente da República a ordem de combater o terrorismo e sob as quais eu cumpri todas as ordens, ordens legais, nenhuma ordem ilegal, digo de passagem”.
Auditório do Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília, 10 de maio de 2013.



Carlos Alberto Brilhante Ustra con Cláudio Fonteles

El consejero Cláudio Fonteles presenta al ex comandante del DOI-CODI de São Paulo, Carlos Alberto Brilhante Ustra, un documento del SNI elaborado por el propio DOI-CODI y localizado por la CNV, que registra el control cuantitativo de entrada de presos y el registro de muertes. Cláudio Fonteles desmontó así el argumento del coronel de que las muertes se produjeron en combate. Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-) es coronel del Ejército brasileño y recibió la Medalla del Pacificador con Palma en 1972. Dirigió el DOI-CODI del II Ejército entre septiembre de 1970 y enero de 1974, periodo en el que se produjeron por lo menos 45 muertes y desapariciones forzadas, bajo su responsabilidad y la de sus agentes del DOI-CODI. El Informe de la CNV denunció la participación directa de Ustra en casos de detención ilegal, tortura, ejecución, desaparición forzosa y ocultación de cadáveres de 45 presos políticos. Carlos Alberto Brilhante Ustra, se dirigió a la CNV vanagloriándose por haber recibido la llamada “Medalla del Pacificador”: “[...] es el Ejército brasileño el que asumió, por indicación del presidente de la República, la orden de combatir al terrorismo y bajo ella yo cumplí todas las órdenes, órdenes legales, ninguna orden ilegal, digo de pasada”.
Auditorio del Centro Cultural del Banco de Brasil, Brasília, 10 de mayo de 2013.



"Eu fui torturado pelo senhor"

"Eu fui torturado pelo senhor", disse o vereador Gilberto Natalini apontando para o coronel do Exército Carlos Brilhante Ustra. O militar respondeu aos gritos: "Não faço acareação com terrorista." A sessão de tomada de depoimento foi interrompida por alguns minutos e depois prosseguiu sem incidentes.

Auditório do Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília, 10 de maio de 2013.

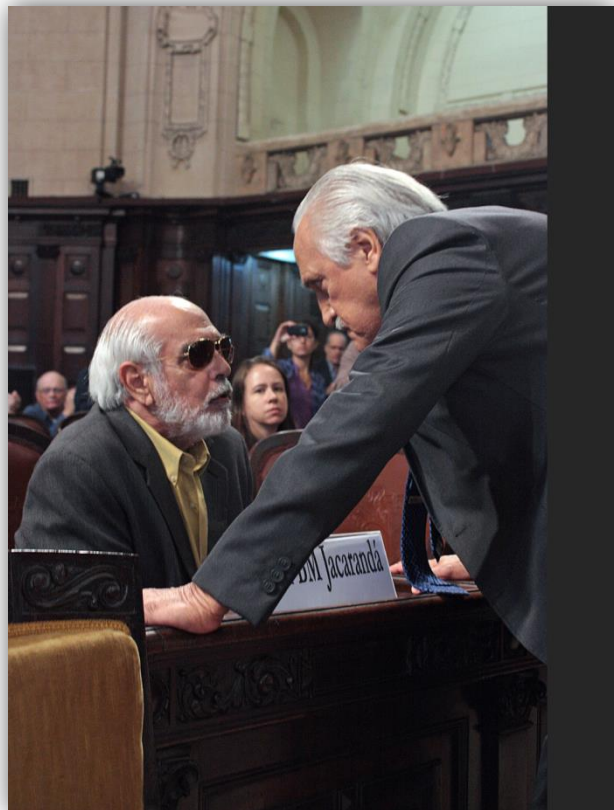
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

"Yo fui torturado por usted"

"Yo fui torturado por usted", dijo el concejal Gilberto Natalini señalando al coronel del Ejército Carlos Brilhante Ustra. El militar respondió gritando: "No hablo con terroristas". La sesión de recogida de declaraciones fue interrumpida durante unos minutos y después prosiguió sin incidentes.

Auditório del Centro Cultural del Banco de Brasil, Brasília, 10 de mayo de 2013.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Valter da Costa Jacarandá

Valter da Costa Jacarandá (1939-), coronel aposentado do Corpo de Bombeiros, sendo confrontado por uma de suas vítimas de tortura, José Carlos Tórtima. O ex-agente da repressão Jacarandá atuou no 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, e teve participação em casos de prisão ilegal, tortura e desaparecimento forçado. Uma de suas vítimas foi Mário Alves, morto em 16 de janeiro de 1970. Em seu depoimento público, reconheceu a prática de tortura, sem mencionar casos específicos. "Eles confessaram o assassinato de Mário quando quiseram me intimidar. Me perguntaram: *“quer o mesmo tratamento, sua puta?”*”, lembrou a ex-presa Maria Dalva Leite de Castro, quando os torturadores ameaçavam introduzir no seu ânus um cassetete com arame farpado, “perfurando o intestino e causando hemorragia interna”, nas palavras dos algozes, lembrou. O Ministério Público Federal apurou a responsabilidade pela tortura e morte de Mário Alves, e denunciou Valter da Costa Jacarandá e outros quatro ex-agentes da repressão, em 13 de maio de 2013.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2013.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Valter da Costa Jacarandá

Valter da Costa Jacarandá (1939-), coronel retirado del Cuerpo de Bomberos, enfrentado a uma de sus víctimas de tortura, José Carlos Tórtima. El ex agente de la represión Jacarandá actuó en el 1º Batallón de Policía del Ejército (BPE), en Río de Janeiro y participó en casos de prisión ilegal, tortura y desaparición forzosa. Una de sus víctimas fue Mário Alves, muerto el 16 de enero de 1970. En su declaración pública, reconoció la práctica de la tortura, sin mencionar casos específicos. “Ellos confesaron el asesinato de Mário cuando me intentaron intimidar. Me preguntaron: *¿quieres el mismo trato, puta?*”, recordó la ex presa Maria Dalva Leite de Castro, cuando los torturadores amenazaron con introducir en su ano una porra con alambre de espinos “perforando el intestino y causando una hemorragia interna”, en palabras de sus atormentadores. El Ministerio Público Federal apuró la responsabilidad por la tortura y muerte de Mário Alves y denunció a Valter da Costa Jacarandá y a otros cuatro ex agentes de la represión, el 13 de mayo de 2013.

Asamblea Legislativa del Estado de Río de Janeiro, 14 de agosto de 2013. Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Caso Stuart Angel

Audiência sobre o caso de desaparecido Stuart Angel Jones. No slide, à esquerda João Paulo Moreira Burnier (1919-2000) Brigadeiro do ar. Comandou a 3ª Zona Aérea de 1970 a 1971. No período, agentes da Aeronáutica, sob seu comando direto, destacaram-se pela participação em prisões ilegais, tortura, mortes e desaparecimentos forçados de opositores políticos da ditadura militar. Relatos de militares e de ex-presos políticos imputam ao brigadeiro Burnier a participação em tortura, assim como na ocultação do cadáver de Stuart Angel Jones. E, LUCIO VALLE BARROSO (1933-) Coronel-aviador. Serviu no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro. Atuou como chefe de operações da 3ª Zona Aérea, sob o comando do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. Foi denunciado por ex-presos políticos como tendo participado da tortura que levou Stuart Angel à morte.

Auditório do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 09 de junho de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Caso Stuart Angel

Audiencia sobre el caso del desaparecido Stuart Angel Jones. En la foto, a la izquierda João Paulo Moreira Burnier (1919-2000), Brigadier del Aire. Dirigió la 3ª Zona Aérea de 1970 a 1971. En ese periodo, agentes de la Aviación, bajo su mando directo, se destacaron por su participación en prisiones ilegales, tortura, muertes y desapariciones forzadas de opositores políticos de la dictadura militar. Relatos de militares y de ex-presos políticos imputan al brigadier Burnier la participación en la tortura, así como la ocultación del cadáver de Stuart Angel Jones. Y, Lucio Valle Barroso (1933-) Coronel de la Aviación. Sirvió en el Destacamento de Operaciones de Información - Centro de Operaciones de Defensa Interna (DOI-CODI) del I Ejército, en Río de Janeiro. Actuó como jefe de operaciones de la 3ª Zona Aérea, a las órdenes del brigadier João Paulo Moreira Burnier. Fue denunciado por ex-presos políticos por haber participado en la tortura que llevó a Stuart Angel Jones a la muerte.

Auditório del Arquivo Nacional, Río de Janeiro, 09 de junho de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.





Paulo Malhães

Chegada do ex-agente da repressão Paulo Malhães para prestar depoimento à CNV.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, em 25 de março de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Paulo Malhães

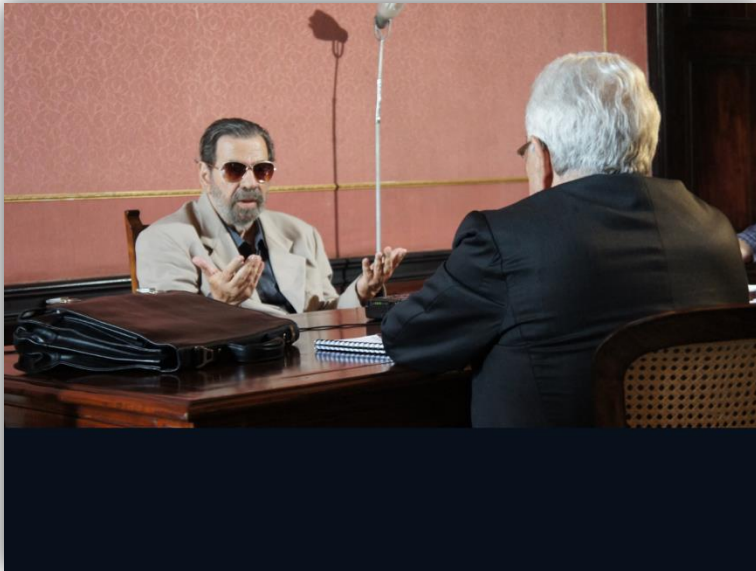
Llegada del ex agente de la represión Paulo Malhães para prestar declaración a la CNV.

Archivo Nacional, Río de Janeiro, 25 de marzo de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Paulo Malhães

Paulo Malhães (1938-2014), coronel do Exército, serviu no Centro de Informações do Exército (CIE). Com intensa participação em atividades de repressão, atuou em diversos estados brasileiros, inclusive na Casa da Morte de Petrópolis, no Rio de Janeiro. De acordo com depoimento que prestou à CNV, esteve, também, em operações que contaram com a cooperação de agentes argentinos e chilenos. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver de inúmeros militantes, sendo citado mais de uma centena de vezes, no Relatório da CNV. A importância de sua atuação para as ações de repressão política está expressa em sua folha funcional onde há inúmeros elogios recebidos de seus superiores: “em várias situações críticas, revelou notável sangue-frio, arrojo, discernimento e bom senso. Graças ao seu desempenho, acumulou o capitão Malhães uma valiosa experiência que, inegavelmente, o torna um dos elementos mais capazes para o exercício de missões de informações”, registrou em abril de 1968, seu chefe no CIE, o coronel Milton Tavares de Souza. Em 1974, recebeu elogios do chefe do CIE no Rio de Janeiro, tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen, pela coragem, desembaraço, iniciativa demonstrados na “luta contra o inimigo interno”, e recebeu a Medalha do Pacificador com Palma. Convocado pela CNV, prestou depoimento por ocasião de audiência pública sobre a Casa da Morte, de Petrópolis (RJ), e suas revelações tiveram imensa repercussão nacional. Exatos trinta dias após prestar depoimento à CNV, foi assassinado em abril de 2014, tendo a Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro concluído pela ocorrência do crime de latrocínio (roubo seguido de morte).

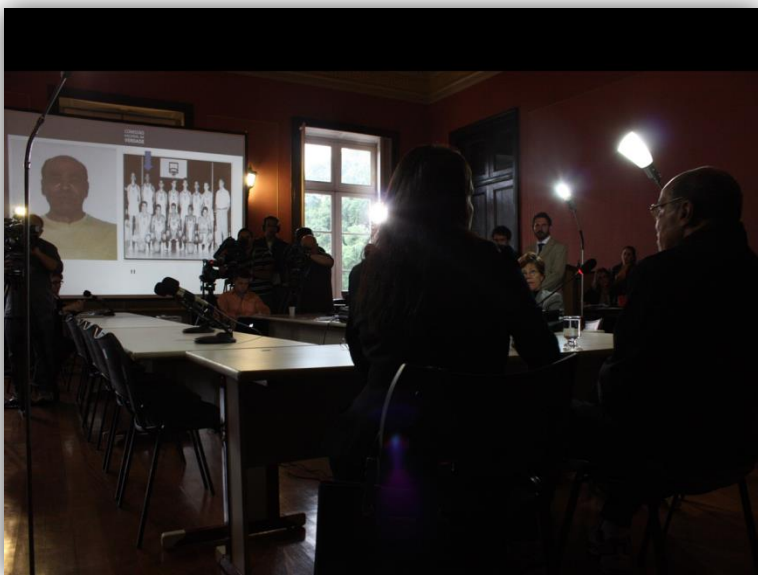
Salão Nobre do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, em 25 de março de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Paulo Malhães

Paulo Malhães (1938-2014) coronel del Ejército, sirvió en el Centro de Informaciones del Ejército (CIE). Con intensa participación en actividades de represión, actuó en diversos estados brasileños, incluso en la Casa de la Muerte de Petrópolis, en Río de Janeiro. De acuerdo con el testimonio que prestó a la CNV, estuvo presente también en operaciones que contaron con la cooperación de agentes argentinos y chilenos. Participó en casos de detención ilegal, tortura, desaparición forzosa y ocultación de cadáver de innumerables militantes, siendo citado más de un centenar de veces en el Informe de la CNV. La importancia de su actuación para las acciones de represión política está recogida expresamente en su hoja de servicios donde hay numerosos elogios recibidos por sus superiores: “en varias situaciones críticas, reveló notable sangre fría, arrojo, discernimiento y sentido común. Gracias a su labor, el capitán Malhães acumuló una valiosa experiencia que, innegablemente, lo convierte en uno de los elementos más capaces para el ejercicio de misiones de información”, registró en abril de 1968 su jefe del CIE, el coronel Milton Tavares de Souza. En 1974, recibió elogios del jefe del CIE de Río de Janeiro, el teniente coronel Cyro Guedes Etchegoyen, por el coraje, desenvoltura e iniciativa demostrados en la “lucha contra el enemigo interno”, y recibió la Medalla del Pacificador con Palma. Convocado por la CNV, prestó declaración durante la audiencia pública sobre la Casa de la Muerte de Petrópolis (RJ) y sus revelaciones tuvieron inmensa repercusión nacional. Exactos treinta días después de prestar declaración, fue asesinado en abril de 2014. La Policía Civil del estado de Río Janeiro calificó el caso de latrocínio (robo seguido de muerte).

Salón Noble del Archivo Nacional, Río de Janeiro, 25 de marzo de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Ubirajara Ribeiro de Souza

Sessão do depoimento do ex-agente da repressão Ubirajara Ribeiro de Souza, que orientado por sua advogada, negou-se a responder às perguntas dos conselheiros da CNV sobre sua participação em tortura e mortes na Casa da Morte de Petrópolis, apontada pela única sobrevivente do centro de tortura, a ex-presa política Inês Etienne Romeu.

Salão Nobre do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Ubirajara Ribeiro de Souza

Sesión de declaración del ex agente de la represión Ubirajara Ribeiro de Souza, que aconsejado por su abogada, se negó a responder a las preguntas de los consejeros de la CNV sobre su participación en las torturas y muertes ocurridas en la Casa de la Muerte de Petrópolis, apunta por la única superviviente del centro de tortura, la ex presa política Inês Etienne Romeu.

Salón Noble del Archivo Nacional, Río de Janeiro, 28 de julio de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Homero César Machado

Homero César Machado (1940-), coronel do Exército. Foi chefe de equipe de interrogatório da Operação Bandeirante (Oban) em 1969 e 1970 e do DOI-CODI de São Paulo, ao menos até 1974. Teve participação em casos de prisão, tortura, execução e desaparecimentos forçados. Uma das suas vítimas foi frei Tito de Alencar Lima, cujas sevícias sofridas deixaram marcas emocionais insuperáveis, levando-o ao suicídio em 10 de agosto 1974. O depoimento à CNV do juiz-auditor aposentado da Justiça Militar Federal de São Paulo, Nelson da Silva Machado Guimarães, reconheceu a tortura sofrida por frei Tito, na diligência ao Hospital do Exército: “*E lá entrando [no Hospital do Exército], surpreendi o médico de plantão e disse: “há um preso meu aqui; eu quero vê-lo”. E aí o médico, era um jovem oficial, me levou a um lugar onde estava frei Tito, deitado, despido, com evidentes marcas do pau de arara nos pulsos e nos tornozelos*”. Homero César Machado foi convocado pela Comissão Nacional da Verdade e o depoimento foi ouvido por algumas de suas vítimas, mas mesmo negando a tortura, afirmou: “*nós éramos agentes, delegados da instituição. Eu cumpria ordens. Quem deve dar explicações é a instituição. Ele [o comando das Forças Armadas] é quem tem de pedir desculpas à Nação*”.

Banco do Brasil, São Paulo, 1º de setembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.



Homero César Machado

Homero César Machado (1940-), coronel del Ejército. Fue jefe del equipo de interrogatorio de la Operación Bandeirante (Oban) en 1969 y 1970 y del DOI-CODI de São Paulo, al menos hasta 1974. Participó en casos de prisión, tortura, ejecución y desapariciones forzadas. Una de sus víctimas fue fray Tito de Alencar Lima, al que los abusos sufridos dejaron marcas emocionales insuperables, llevándolo al suicidio el 10 de agosto de 1974. El testimonio a la CNV del juez auditor de la Justicia Militar Federal de São Paulo, Nelson da Silva Machado Guimarães, reconoció la tortura sufrida por fray Tito, en la diligencia al Hospital del Ejército: “*Y entrando allí [en el Hospital del Ejército], sorprendí al médico de guardia y le dije: hay un preso mío aquí; quiero verlo. El médico era un oficial joven y me llevó a un lugar donde estaba fray Tito, acostado, desnudo, con evidentes marcas del pau de arara en las muñecas y los tobillos*”.

Homero César Machado fue convocado por la CNV y su declaración fue escuchada por algunas de sus víctimas, pero incluso negando la tortura afirmó: “*nosotros éramos agentes, delegados de la institución. Yo cumplía órdenes. Quien tiene que dar explicaciones es la institución. Él [el mando de las Fuerzas Armadas] es el que tiene que pedir disculpas a la Nación*”.

Banco de Brasil, São Paulo, 01 de septiembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



José Antônio Nogueira Belham

José Antônio Nogueira Belham (1934-), general de divisão. Entre novembro de 1970 a maio de 1971, foi chefe do DOI-CODI do I Exército, no Rio de Janeiro, onde permaneceu como adjunto até setembro de 1971. Sob seu comando, o DOI-CODI teve responsabilidade por mais de dezena de casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres de militantes presos na instalação. Esteve no Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, de abril de 1977 a novembro de 1981, período no qual chefiou a seção de operações. Serviu no SNI, em Brasília, de abril de 1984 a abril de 1987. Foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, por homicídio, ocultação de cadáver e associação criminosa armada, pela morte e ocultação de cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva. Convocado pela CNV compareceu à audiência, mas optou por permanecer em silêncio.

Sede da CNV, Brasília, 09 de setembro de 2014.

Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

José Antônio Nogueira Belham

José Antônio Nogueira Belham (1934-), general de división. Entre noviembre de 1970 y mayo de 1971 fue el jefe del DOI-CODI del I Ejército, en Río de Janeiro, donde permaneció como adjunto hasta septiembre de 1971. Bajo su mando, el DOI-CODI fue el responsable de más de una decena de casos de detención ilegal, tortura, ejecución, desaparición forzosa y ocultación de cadáveres de militantes detenidos en la instalación. Estuvo en el Centro de Informaciones del Ejército (CIE) en Brasília, de abril de 1977 a noviembre de 1981, período en cual dirigió la sección de operaciones. Sirvió en el SNI, en Brasília, de abril de 1984 a abril de 1987. Fue denunciado criminalmente por el Ministerio Público Federal en mayo de 2014 por homicidio, ocultación de cadáver y asociación criminal armada, por la muerte y ocultación del cuerpo del ex diputado Rubens Beyrodt Paiva. Convocado por la CNV, compareció a la audiencia pública, pero optó por permanecer en silencio.

Sede de la CNV, Brasília, 09 de septiembre de 2014.

Fondos de la CNV. Archivo Nacional.



Antonio Hughes de Carvalho

Antônio Hughes de Carvalho (1942-2005) foi reconhecido Inês Etienne Romeu, em depoimento à CNV em 15 de março de 2014, como o torturador de codinome “Alan”, que atuava na Casa da Morte de Petrópolis, no Rio de Janeiro. A testemunha ocular, denominada pela CNV como “Agente Y”, também declarou em 24 de abril de 2013, tê-lo visto torturar o deputado Rubens Paiva em uma sala de interrogatórios do DOI do I Exército, no Rio de Janeiro, sob o comando do então major José Antônio Nogueira Belham.



Antonio Hughes de Carvalho

Antonio Hughes de Carvalho (1942-2005) fue reconocido por Inês Etienne Romeu, en su declaración a la CNV el 15 de marzo de 2014, como el torturador con el nombre en clave de “Alan”, que actuaba en la Casa de la Muerte de Petrópolis, en Río de Janeiro. El testigo ocular, denominado por la CNV como “Agente Y”, también declaró el 24 de abril de 2013 haberlo visto torturar al diputado Rubens Paiva en una sala de interrogatorios del DOI del I Ejército, en Río de Janeiro, bajo la dirección del entonces mayor José Antônio Nogueira Belham.



Entrega do Relatório da CNV ao Ministério Público Federal

Os conselheiros Pedro Dallari e Rosa Maria Cardoso da Cunha entregam ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, o Relatório da CNV. Um passo importante foi dado pelo Procurador-Geral, que apresentou parecer em 28 de agosto de 2014, data em que a Lei de Anistia completou 35 anos, no qual sustentou o efeito vinculante da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a Guerrilha do Araguaia para todos os poderes e órgãos estatais e a impossibilidade de que a prescrição e a anistia constituam impedimento para o processamento dos crimes contra a humanidade cometidos pelo Estado ditatorial brasileiro. O parecer consolida o posicionamento que tem sido adotado pelo Ministério Público Federal desde a criação em 2012 de grupo de trabalho relacionado ao tema da Justiça de Transição, já instaurou mais de duzentos procedimentos criminais e ações penais que visam à responsabilização criminal de agentes militares e civis por desaparecimentos forçados.

Procuradoria Geral da República, Brasília, 10 de dezembro de 2014.
Acervo da CNV. Arquivo Nacional.

Entrega del Informe de la CNV al Ministerio Público Federal

Los consejeros Pedro Dallari y Rosa Maria Cardoso da Cunha entregan al Fiscal General de la República, Rodrigo Janot, el Informe de la CNV. El Fiscal General dio un paso importante al presentar el 28 agosto de 2014, fecha en la que ley de Amnistía cumplía 35 años, un parecer en el que sustentó el efecto vinculante de la sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos sobre la Guerrilla de Araguaia para todos los poderes y órganos estatales, y la imposibilidad de que la prescripción y amnistía constituyan un impedimento para el procesamiento de los crímenes contra la humanidad cometidos por el Estado dictatorial brasileño. El parecer consolida la postura adoptada por el Ministerio Público Federal desde la creación en 2012 del grupo de trabajo relacionado con el tema de la Justicia de Transición, instaurando ya más de doscientos procedimientos criminales y acciones penales que visan la apurar la responsabilidad criminal de agentes militares y civiles por desapariciones forzadas.

Fiscalía General de la República, Brasilia, 10 de diciembre de 2014.
Fondos de la CNV. Archivo Nacional.

Organização (Organización):



Colaboração (Colaboración):

